

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR

**Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil  
de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953).**

Porto Alegre

2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR

**Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil  
de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953).**

*Dissertação de mestrado realizada para a obtenção do grau de Mestre pelo curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS – 2009.*

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar.

Porto Alegre  
2011.

VITOR CLARET BATALHONE JÚNIOR

**Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil  
de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953).**

*Dissertação de mestrado realizada para a obtenção do grau de Mestre pelo curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS – 2009.*

Aprovado em:

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Temístocles Cezar (Orientador) – UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Paschoal Guimarães – UERJ

---

Prof. Dr. Fábio Kühn – UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann – UFRGS

Porto Alegre

2011.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que me foi concedido ao longo dos últimos dois anos, e que possibilitou que eu me dedicasse plenamente ao desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em História da UFRGS pela oportunidade de ter realizado meus estudos.

Gostaria de agradecer especialmente ao pessoal da secretaria do Programa que muito colaboraram comigo. Aos professores Anderson Vargas, Benito Schmidt, Francisco Marshall, José Avancini e Marçal Paredes, com quem tive o grande privilégio de discutir sobre meu trabalho e outras idéias ao longo das disciplinas cursadas.

Agradeço à professora Mara Rodrigues por aceitado participar de meu colóquio de qualificação, colaborando com a evolução de meus estudos. Ao professor Eduardo Neumann, minha imensa gratidão por ter aceitado o convite de compor a banca examinadora. Agradeço também ao professor Fábio Kühn, não somente por ter participado do colóquio de qualificação e da banca examinadora, mas especialmente por ter colaborado comigo e por ter deixado um importante marca na estruturação e no mérito deste estudo. Também de maneira especial, agradeço imensamente à professora Lúcia Guimarães por ter aceitado compor a banca examinadora e discutir comigo este trabalho, proporcionando críticas e sugestões inestimáveis.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao professor Temístocles Cezar, pela orientação amistosa e por ter sempre confiado nas minhas capacidades acadêmicas, a quem muito devo pela realização desta dissertação, assim como de outros pequenos sucessos acadêmicos e pessoais. Obrigado.

Agradeço também a todos os meus amigos por sempre terem estado comigo. Aos confrades Toscanos. A Lucas e Renato, meus amigos antigos porém sempre presentes. Aos amigos de pós-graduação: Débora Vogt, Eliete Tiburski, Evandro dos Santos, Fabrício Antunes, Juliano Antonioli, Luciana Boeira, Marcello Giacomoni e Rafael Kunst.

A todos os Calhordas da História, sem exceção, por nunca desistirem da minha amizade relapsa porém sincera, mas, com o perdão pela indiscrição, especialmente a: Dênis (só Dênis, para não confundirem com a dupla Dênis e Renan – Supermercado Corrêa, sempre a sua melhor opção), Eduardo Wright, Fábio “The Cro-Magnon” Bicca, Fernando Valenzuela, Guilherme Galvão, Iuri Bauler (grande cicerone das Laranjeiras e flamenguista por um dia),

Marcos Schülz (mineiro honorário, porque não é qualquer pessoa que encara a combinação cachaça com torresmo), Pedro Telles (um dos meus principais interlocutores, meu “par na história”) e Vicente Burzlaff (um outro grande interlocutor, revisor, exterminador de “destas” e companheiro de inúmeras cervejas): vocês são os caras. Obrigado amiguinhos!

A Silas Alves e Nino Prestes pelos jogos de Mario Kart, pela comunhão do mesmo teto, por terem se tornado meus irmãos, pela inestimável amizade forjada sincera e deliberadamente.

A toda minha família ampliada. A Matilde Mãe, Vitor Pai e Venâncio “Lazim” (meu alterego, meu grande amigo e companheiro) por terem tornado tudo isso possível, pelo suporte infinito e inestimável, pelo amor indescritível. A Carolina Sinhorelli de Oliveira, meu coração, pelo amor também indescritível e debochado, por me aguentar apesar de toda minha chatice, “malice” e gordura.

*All the children say!*  
*We don't need another hero*  
*We don't need to know the way home*  
*All we want is life beyond...*  
*The Thunderdome*

Tina Turner

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca de como o processo de anotação crítica da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, realizado pelos historiadores João Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia colaborou no processo de instituição discursiva do Visconde de Porto Seguro enquanto a autoridade fundamental da historiografia brasileira durante aproximadamente cem anos, quando da publicação da quarta edição de sua *História* anotada por Garcia. O exame das notas de rodapé e de finais de seção são os objetos privilegiados de análise pois acreditamos que desta forma o reconhecimento essencial a todo fenômeno de autoridade pode ser observado na própria materialidade e discurso constitutivo da referida obra.

## ABSTRACT

This master thesis aims to present a conderation on how the critical annotation process of Francisco Adolfo de Varnhagen's masterpiece, *História geral do Brasil*, made by the historians João Capistrano de Abreu and Rodolfo Garcia worked for the establishment of the discursive authority of Visconde de Porto Seguro on the Brazilian history for almost one hundred years, when the fourth edition of his *História*, annotated by Garcia, was published. The footnotes and the final section notes of Varnhagen's work are privileged objects of analysis for our postulate because the essential acknowledgement process of any authority phenomenon can be observed on its own constitutive materiality and discourse.



## SUMÁRIO

<b>Introdução: Sobre a instituição de uma autoridade historiográfica.....</b>	<b>10.</b>
<b>1. Assentando os rodapés.....</b>	<b>24.</b>
<b>1.1. A fonte da autoridade.....</b>	<b>25.</b>
<b>1.2. Os documentos e o passado colonial.....</b>	<b>34.</b>
<b>2. <i>História da Colonização Portuguesa no Brasil</i>: história colonial do Brasil ou história das colônias de Portugal?.....</b>	<b>49.</b>
<b>2.1. Escrevendo a <i>História da Colonização Portuguesa no Brasil</i>.....</b>	<b>50.</b>
<b>2.2. “O verdadeiro ponto de vista nacional”: a “História Pátria” entre dois monumentos.....</b>	<b>58.</b>
<b>3. O fundador da “História Pátria”.....</b>	<b>79.</b>
<b>3.1. O fenômeno da autoridade: a fundação, o excesso, a duração e o reconhecimento.....</b>	<b>80.</b>
<b>3.2. Um projeto historiográfico.....</b>	<b>96.</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>113.</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>116.</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>117.</b>

## Introdução: Sobre a instituição de uma autoridade historiográfica

“– Mãos a bolos! Mãos a bolos! – É preciso dar, e reconhecer nele o mestre.”<sup>1</sup>

“Nobre e tocante vida votada ao trabalho e ao dever!  
Grande exemplo a seguir e a venerar!”<sup>2</sup>

Escrever a história do Brasil em meados do século XIX significava adotar como *perspectiva orientadora* para sua escrita, o foco da história do Estado, da Nação e da Coroa. Isso porque “uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”.<sup>3</sup> Assim foi fundado em 1838, no “bojo do processo de consolidação do Estado Nacional”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que deveria orientar as “reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer[ia] definir para a Nação brasileira”.<sup>4</sup>

De acordo com o discurso programático proferido pelo primeiro-secretário Januário da Cunha Barbosa em 25 de novembro de 1838, “os estatutos da recém-criada instituição, então aprovados” definiam como uma das “diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos [. . .] a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil”.<sup>5</sup> Primeiro era necessário descobrir, coletar e reunir a documentação necessária. A partir da década de 1850, “o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos”.<sup>6</sup> Ainda assim, a escrita de uma história geral do Brasil não constava como empresa primeira no programa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>1</sup> Capistrano sobre Varnhagen e sua *História geral do Brasil*. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaios e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931, p.215.

<sup>2</sup> Idem, p.133.

<sup>3</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p.5-27, 1988, p.6. Devemos entender por *perspectiva orientadora*, “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” e adquire sentido em relação à experiência e à práxis da vida humana, direcionando-as. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001, p.31-32.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., p.6-7.

<sup>5</sup> Idem, p.9.

<sup>6</sup> Ibidem, p.11.

Em primeiro lugar, acreditava-se ser necessário coletar documentos e produzir trabalhos monográficos diversos sobre a história do Brasil.

Destarte, considerando o IHGB como o *lugar social* privilegiado da produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX até as três primeiras décadas do século XX,<sup>7</sup> o presente estudo se dedicará à obra que posteriormente seria reconhecida como “o monumento”<sup>8</sup> da historiografia brasileira, a saber: a *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, originalmente publicada em dois tomos entre 1854 e 1857.

A escrita da *História geral do Brasil* ocorreu sob a égide do Instituto Histórico, não fugindo portanto à perspectiva orientadora de viés nacional.<sup>9</sup> Como bem nos lembrou Cezar, na obra de Varnhagen “a idéia de nação funciona como um conceito organizador e como um recurso narrativo”.<sup>10</sup> O Visconde contou, além disso, com grandes incentivos para a descoberta de documentos relevantes à construção da *História Pátria*, uma vez que além de membro correspondente do IHGB na Europa, Varnhagen foi também diplomata de carreira.<sup>11</sup> Nesse período, o IHGB contou com grandes recursos financeiros oriundos do Estado Imperial, os quais chegaram a 75% do orçamento do IHGB. Essa verba era destinada especialmente para o financiamento “de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros”.<sup>12</sup>

Varnhagen escreveu em sua “Dedicatória a sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II” para a segunda edição de sua obra maior, que buscou sempre “pela maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros, aclarados pelo aparecimento de novos documentos ou por mais acurados exames”.<sup>13</sup> Sendo assim, Varnhagen construiu sua

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.66-77.

<sup>8</sup> “O monumento já foi erigido, e, como esta era a única parte de suas últimas vontades que não estava cumprida, o eminente brasileiro pode agora descansar satisfeito no túmulo que o encerra em território estrangeiro. É uma satisfação legítima e que ele conquistou dignamente. Na sua infância ele erguera o pensamento a uma história de sua Pátria, e realizou-o”. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.195. Ver também: WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.186, 193, 195, 203-212. MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000, p.45, 69-70, 77, 82-85, 107-113. RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil. A historiografia conservadora*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional / Instituto Nacional do Livro, 1978-1988, p.18, 29-31.

<sup>9</sup> O original está em francês. Toda tradução das obras aqui utilizadas é de total responsabilidade minha. CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002, p.12-14.

<sup>10</sup> Idem, p.576.

<sup>11</sup> “Voltando a Portugal, nomeado adido à nossa legação, não arrefece um só instante. [ . . . ] No Peru, em Venezuela, em Cuba, como em São Petersburgo, Stockholmo e Rio de Janeiro, em todos os lugares que habita, ou atravessa, levado pelos deveres de diplomata [ . . . ]”. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.129-131.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., p.9.

<sup>13</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953, p.V.

*História geral do Brasil* segundo o princípio de que o maior número de documentos coletados e tornados públicos tornariam sua história mais “verdadeira”, narrando “os factos como se passaram”.<sup>14</sup>

Entretanto, Varnhagen não obteve logo de início o reconhecimento desejado. Possivelmente “as escolhas de Varnhagen na elaboração de sua obra significaram no momento da edição de seu primeiro volume não o reconhecimento que o autor julgara merecer, mas certo silêncio sobretudo entre os sócios do IHGB do grupo ligado aos literatos indianistas, que tinham a simpatia do Imperador”.<sup>15</sup> Esta resistência inicial à aceitação da *Historia geral* por seus pares deve ter estimulado Varnhagen a escrever na “Dedicatória”, que “accusarão aos leitores futuros o reinado fecundo que produziu a obra, bem que ainda com defeitos, filha de aturado trabalho de uma vida sempre votada ao estudo e à investigação da verdade”.<sup>16</sup> O que estava em jogo não era tão somente a honra intelectual do Visconde de Porto Seguro, mas também a constituição de uma disciplina e de uma tradição histórica nacional.

Em 1854, o Visconde publicou o primeiro tomo de sua grande obra e, em 1857, o segundo. De acordo com estes dados, poderíamos supor que a história da *História geral do Brasil* houvesse terminado em 1857, com a publicação de seu segundo volume. Mas vale mencionar que terminada, de certa forma, em parte. A trajetória desta obra apenas começara em 1857. Em 1877, uma segunda edição anotada pelo autor saiu do prelo também em dois tomos. Em 1907, o primeiro volume da terceira edição anotada foi publicado por Capistrano de Abreu. As terceira e quarta edições anotadas por Rodolfo Garcia foram publicadas vinte e um anos depois, não sem reconhecer em Capistrano um *jus auctoris*.<sup>17</sup> Nesse processo, os

<sup>14</sup> Idem, p.238.

<sup>15</sup> MOLLO, Helena Miranda. *História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo* In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007, p.101. GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.156, v.1, n.388, p.459-613, jul./set., 1995, p.558-561. Texto disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1995numero0388.pdf>. Acessado em 27/09/2010.

<sup>16</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p.VI.

<sup>17</sup> “A primeira edição da *História geral do Brasil*, nós já o indicamos, foi publicada em dois volumes em Madrid entre 1854 e 1857, e foi particularmente lida e discutida ao longo do século XIX, razão pela qual ela será o objeto central da análise aqui presente. A segunda edição, corrigida e aumentada, foi publicada em Viena em 1877, um ano antes da morte do autor. Capistrano de Abreu começou a publicação de uma terceira tiragem da obra, corrigida e anotada por ele mesmo, em 1906, mas ele não a terminou por causa de um incêndio na casa de edição. Rodolfo Garcia assumiu o projeto em 1928 e publicou, em cinco tomos, a terceira edição integral, com seus comentários e o trabalho de Capistrano de Abreu sobre o texto original de Varnhagen”. CEZAR, Temístocles, op. cit., p.540-541. OLIVEIRA, Maria da Glória. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. n.2, p.86-99, mar., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/9/9>. Acessado em 01/10/2010. GARCIA, Rodolfo. *Explicação*. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p.III.

dois tomos iniciais foram duplicados em volume, somando um total de quatro tomos, ou seja, os dois volumes adicionais às duas primeiras edições da obra, são compostos basicamente de notas de rodapé e de finais de seção. Assim, apesar da oposição inicial à *História geral do Brasil* por parte do grupo indianista do IHGB, creio que quando Varnhagen publicou em Madrid, entre 1854 e 1857, a primeira edição de sua *Historia*, ele lançou também as bases fundadoras do grande monumento da história nacional.<sup>18</sup>

No final do século XIX, Capistrano de Abreu expôs através de dois importantes artigos, sua avaliação sobre alguns dos mais notáveis autores e obras da nascente historiografia brasileira, dentre os quais destacou especialmente Varnhagen e João Francisco Lisboa.<sup>19</sup> Tal crítica consistiu em avaliar as perspectivas orientadoras, as concepções de método para a produção da história pátria, as fontes utilizadas, assim como as divergências teórico-metodológicas entre os mesmos. Ao longo desses textos, Capistrano evidenciou o que, segundo sua perspectiva, considerava a melhor forma de escrever a História Pátria. Essa tarefa dependia em seu patamar mais básico, do “rastreamento e de apuração rigorosa das fontes, de indicação das lacunas, de discussão dos fatos narrados pelo seu predecessor e, por fim, da exaustiva anotação bibliográfica dos documentos contemporâneos e monografias recentes relativas aos temas tratados”.<sup>20</sup> Na etapa específica da escrita dessa história, Capistrano

---

<sup>18</sup> Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, um monumento é um sinal, uma herança do passado que “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. Segundo o autor, após a revolução metodológica decorrente do processo de surgimento da crítica documental moderna originada a partir da repercussão dos tratados de diplomática do século XVII tais como *De re diplomatica* de Dom Jean Mabillon, mas sem desconsiderar o *De falso credito et ementita Constantini donatone declamatio* de Lorenzo Valla datado de 1440, no qual Valla provou serem falsos os diplomas relativos à doação do Estado papal que teria sido feita pelo imperador Constantino, surgia a possibilidade dos monumentos serem transformados em documentos. Desta forma, e passando por uma breve análise da transformação que os métodos quantitativos e o uso de computadores acarretaram aos estudos históricos, Le Goff argumentou que foi possível questionar as relações de poder inscritas na composição e na seleção dos monumentos/documentos, abrindo espaço à percepção das relações complexas que envolvem o trabalho básico do historiador, qual seja, o trabalho com as fontes. LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p.525-541.

<sup>19</sup> Tais artigos são o *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* e *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. O *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* foi originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, de 16 e 20 de Dezembro de 1878, e reproduzido em *Appenso à História Geral do Brasil*, de Varnhagen, tomo 1.º, pg. 502/508, 4.ª ed.. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.126. O *Sobre o Visconde de Porto Seguro* foi publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, do Rio, de 21, 22 e 23 de Novembro de 1882, e reproduzido em *Appenso à História Geral de Varnhagen*, tomo 3.º, pg. 435/444, 3.ª ed.. Idem, p.194. Segundo Oliveira, esses artigos já evidenciavam a concepção de Capistrano sobre os princípios orientadores da escrita da história nacional. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006, p.42, 67. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.138-139, 214-215. A respeito dos artigos de Capistrano de 1878 e 1882, e seu caráter de avaliação da produção historiográfica nacional do referido período, José Honório Rodrigues escreveu que: “A crítica historiográfica foi feita por Capistrano de Abreu, em dois ensaios magníficos [...]”. RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970, p.125.

<sup>20</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.104-105.

desejava que a narrativa fosse guiada pelo “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”, o que segundo o historiador, constituía uma grande falta por parte do Visconde.<sup>21</sup> Segundo Maria da Glória Oliveira, Capistrano deu início a seu projeto historiográfico a partir de tais concepções:

Examinada a crítica aos que o haviam precedido no estudo do passado nacional, restava seguir-lhe os passos na consecução das suas tarefas de historiador. Entre estas, estariam os procedimentos os quais identifiquei como o *momento do arquivo*, correspondentes à entrada em escritura da operação historiográfica: do trabalho documental de crítica e edição das fontes até a constituição da prova documentária. Mesmo tendo formulado o seu projeto de uma história do Brasil a “grandes traços e largas malhas”, Capistrano postergaria constantemente a sua concretização em nome da necessidade do levantamento prévio e do estudo exaustivo de seus documentos fundamentais.

A preeminência com que, para ele, impunha-se a prática de leitor/pesquisador e de editor/compilador era justificada pelas exigências de uma história que se pretendia mais completa do que a de seus antecessores.<sup>22</sup>

Apesar de todo seu refinamento teórico-metodológico e de todo trabalho crítico com as fontes, Capistrano ainda não havia se decidido por escrever uma nova história do Brasil. Entre seus contemporâneos, reinava a dúvida: “Por que não escreveu Capistrano de Abreu uma *História do Brasil*?” Esperava-se do então considerado ‘o mais douto de todos os cultores da história pátria’ que cumprisse as tarefas de grande historiador e que, na condição de ‘herdeiro’ de Varnhagen, apresentasse uma história do Brasil em escala monumental”.<sup>23</sup> O caminho foi outro.

Capistrano reconhecia plenamente os méritos de Varnhagen, pois considerava que, depois da publicação de sua *História geral do Brasil*, não houve ninguém mais que tenha apresentado “a massa ciclópica de materiais que acumulara”,<sup>24</sup> além de ter sido Varnhagen quem primeiro “procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional”.<sup>25</sup> “Ao reconhecimento dessa distinção, descrita por Capistrano como um ‘progresso’ na maneira de se conceber a história pátria, estaria relacionado o estabelecimento de um *pacto fundador* da historiografia brasileira”.<sup>26</sup> Logo, após seus primeiros esforços em publicar edições críticas e anotadas de importantes fontes para construção da história do Brasil, para dar forma mais definida a seu projeto historiográfico, Capistrano optou pelo

<sup>21</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.139.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.162.

<sup>23</sup> Idem, p.130.

<sup>24</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.135.

<sup>25</sup> Idem, p.139.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.72.

trabalho de anotação e crítica da *História geral*, posto que tal momento era reconhecido como ainda não propício à escrita de uma nova história geral do Brasil.<sup>27</sup>

Ora, a imagem da história do Brasil como ‘uma casa edificada na areia’, usada por Capistrano no final da vida, corrobora a percepção dos fundamentos precários para a arquitetura de uma história completa, segundo ele, obliterada pela insuficiência das fontes. Daí a premência de investigar, de cotejar criticamente os testemunhos, de estudar metodicamente os documentos *antes* de escrevê-la. Assim, a elaboração das notas à obra de Varnhagen serve a este propósito e, mais do que um exercício de erudição do historiador, impõe-se como uma pré-condição necessária para a escritura da sua projetada história do Brasil.

Tratava-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de perscrutá-lo, seguir o rastro de suas numerosas fontes, identifica-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a *retificar*, ou seja, tornar mais exata e menos incompleta a sua narrativa.<sup>28</sup>

Segundo Capistrano de Abreu, a história do Brasil dava “a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo a grampiola.”<sup>29</sup> Considerando tal analogia da “casa edificada na areia” proposta por Capistrano, Oliveira escreveu que:

A história, a que se acostumava acrescentar o qualificativo de “pátria”, projetada nos primeiros ensaios críticos do historiador, correspondia a um empreendimento árduo que *não se consumaria mesmo após a dedicação de quase toda uma existência*. E, ao final, Capistrano a vislumbra como “uma casa edificada na areia”. *Seria a percepção de seu próprio projeto erigido sobre bases ineludivelmente incertas* ou, e também, a consciência da relação paradoxal entre o passado investigado e o conhecimento que acerca dele se produz pela decifração metódica dos seus documentos?<sup>30</sup>

Ao contrário do proposto, creio que tais “paredes”, entendidas como as produções historiográficas subseqüentes à *História* de Varnhagen, podem ter sido frágeis, mas não necessariamente o foram as suas bases, posto que essas foram solidamente fundadas pelo Visconde e retificadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Em suma, a proposta deste estudo é buscar descrever o fenômeno discursivo através do qual se reconheceu e consolidou no campo dos acontecimentos discursivos, uma determinada estrutura de história do Brasil, a qual se manteve, com retificações e reestruturações, desde 1854 – com a primeira publicação da *História geral do Brasil* – até meados do século XX, quando a referida obra recebeu suas

<sup>27</sup> “[. . .] em sua crítica a Varnhagen, Capistrano formulara as diretrizes de um projeto historiográfico. Para tanto, era imprescindível dar continuidade à ‘edificação’ iniciada com a obra do Visconde de Porto Seguro, por meio da pesquisa documental e dos estudos monográficos”. Idem, p.87.

<sup>28</sup> Ibidem, p.131-132, 153.

<sup>29</sup> Ibidem, p.51.

<sup>30</sup> Ibidem, p.51-52. Grifos meus.

últimas versões anotadas e criticadas por Rodolfo Garcia. Serão analisados os momentos de *dispersão discursiva* nos quais as escolhas de o quê e de como deveria ser escrita a história do Brasil foram efetuadas por Capistrano e Garcia durante o trabalho de anotação da *História geral*, compreendendo como as *estratégias discursivas* dos anotadores direcionaram suas escolhas quanto ao que deveria ser privilegiado na operação de escrita da história do Brasil, instituindo Varnhagen como autoridade da História Pátria. Não interessa aqui julgar se tais estratégias foram ações conscientes, veladas ou não, ou sequer de origem psicológica de seus agentes, mas sim observar e descrever como e porque foi possível a emergência de um certo grupo de enunciados sobre a história nacional os quais acreditamos estarem vinculados ao reconhecimento do Visconde de Porto Seguro enquanto autoridade da história nacional. Buscamos descrever quais fenômenos discursivos e de crença tornaram possível o surgimento de um grupo de enunciados sobre a história brasileira que pudesse ser compartilhado por pessoas diferentes em épocas diferentes sob o decorrer de uma série temporal e fenomênica que, se não era necessariamente contínua, aspirava à idéia de continuidade. Isso possibilitaria compreendermos melhor o processo de constituição da historiografia brasileira a partir do século XIX, com seus métodos, concepções teóricas e epistemológicas, assim como também suas possibilidades de escolhas e necessárias conseqüências acerca de como se escrever a história nacional.

Lastreando o estudo aqui proposto, encontra-se o conceito de *autoridade* tal qual estipulado por Hannah Arendt em estudo intitulado *Que é Autoridade?*.<sup>31</sup> Neste texto, Arendt propõe uma reflexão sobre as vicissitudes da manutenção e duração dos organismos políticos modernos e as opções sugeridas pela Filosofia Política moderna para justificar e legitimar tais organismos políticos surgidos após o declínio do Império e da Igreja Católica Romana após sua crise ao final da Idade Média e início da Modernidade, mais marcadamente a partir do século XVII.<sup>32</sup> Arendt discorre também sobre a relação intrínseca entre a crise da tradição

---

<sup>31</sup> ARENDT, Hannah. *Que é Autoridade?* In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.127-187.

<sup>32</sup> “A menos que se reconheça que o *pathos* romano da fundação as inspirou, parece-me que nem a grandeza nem a tragédia das revoluções do Ocidente da época moderna podem ser corretamente compreendidas. [ . . . ] Pois, se estou certa ao suspeitar que a crise do mundo atual é basicamente de natureza política, e que o famoso ‘declínio do Ocidente’ consiste fundamentalmente no declínio da trindade romana de religião, tradição e autoridade, com o concomitantemente solapamento das fundações especificamente romanas de domínio político, então as revoluções da época moderna parecem gigantescas tentativas de reparar essas fundações, de renovar o fio rompido da tradição e de restaurar, mediante a fundação de novos organismos políticos, aquilo que durante tantos séculos conferiu aos negócios humanos certa medida de dignidade e grandeza”. Idem, p.165. Utilizo essas grandes divisões da história ocidental apenas para fim de demarcação do fenômeno tratado por Arendt, não ignorando seus inconvenientes, como a concepção teleológica implícita na divisão entre Antigüidade – Idade Média – Modernidade. Sobre a formação do conceito *Modernidade* e respectivos conceitos de movimento que indicam uma alteração na percepção da experiência do tempo e do conceito de *história*, ver KOSELLECK,



política e institucional greco-romana ocidental, o fenômeno de aceleração temporal experimentado pelos agentes históricos e a conseqüente alteração do conceito de *história* em tempos modernos.<sup>33</sup>

Segundo Arendt, uma *autoridade* está estritamente vinculada a um ato original de fundação. Assim, a autora nos remete à origem etimológica da palavra “autoridade” e do início histórico do conceito. Foram os romanos, diante da fundação de Roma, quem primeiro estabeleceram a palavra “autoridade”:<sup>34</sup>

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tendo sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma.<sup>35</sup>

Arendt define então o conceito de *autoridade* como uma medida guia que transforma em padrão regulador, certas verdades oriundas de um ato original de fundação transformadas em regras auto-evidentes que coíbem novos padrões de ação sem um discernimento prévio.<sup>36</sup>

Foi nesse contexto que a palavra e o conceito de autoridade apareceram originalmente. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os chamados pelos romanos de *maiores*. A autoridade dos vivos era sempre derivativa, dependendo, como o coloca Plínio, dos *auctores imperii Romani conditoresque*, da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no número dos vivos. [. . .] Para compreender de modo mais concreto o que significava usufruir de autoridade, é útil observar que a palavra *auctores* pode ser utilizada como o verdadeiro antônimo de *artifices*, os construtores e elaboradores efetivos, e isso justamente quando a palavra *auctor* quer dizer a mesma coisa que o nosso “autor”. [. . .] O autor não é aqui o construtor, mas aquele que inspirou toda a empresa e cujo espírito, portanto, muito mais que o do efetivo construtor, se acha representado na própria construção. Distintamente do *artifex*, que tão-somente o fez, é ele o verdadeiro “autor” do edifício, vale dizer seu fundador; com ele tornou-se um “aumentador” da cidade. [.

---

Reinhart. “Modernidade” – *Sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade* In: *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006, p.267-303.

<sup>33</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.131-132. Sobre a crise da tradição cultural ocidental e o fenômeno de aceleração temporal experimentado pelos agentes históricos e a conseqüente alteração do conceito de *história*, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006; \_\_\_\_\_. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004; HARTOG, François. O Tempo desorientado, Tempo e História: “Como escrever a história da França?”. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, n.7, p.7-28, jul., 1997.

<sup>34</sup> Como bem nos informa Arendt, a palavra *auctoritas* é derivada do verbo latino *augere*, que significa “aumentar”. ARENDT, Hannah, op. cit., p.163.

<sup>35</sup> Idem, p.162.

<sup>36</sup> Ibidem, p.147-155.

. .] Mommsen referiu-a como sendo “mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco”, pelo que admite que “a vontade e as ações das pessoas, assim como as das crianças, são sujeitas a erro e engano e necessitam portanto de ‘acréscimo’ e confirmação através da assembléia dos anciãos”.<sup>37</sup>

Destarte, utilizo o conceito de *autoridade* delimitado acima por Arendt para compreender como o processo de anotação da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia conformou a autoridade discursiva de Varnhagen em relação à história e à historiografia brasileiras. Entretanto, com isso não desejamos afirmar que Varnhagen teria sido instituído na grande autoridade da história do Brasil especificamente através do processo de anotação de sua obra principal por Garcia e Capistrano, mas antes, que o referido trabalho de anotação, ao estabelecer o reconhecimento da autoridade de Varnhagen no próprio corpo da obra do Visconde, atuou no sentido de colaborar no fenômeno de conformação discursiva de Varnhagen enquanto a autoridade da história nacional, desde o século XIX até pelo menos meados do século XX.

Considero, portanto, que Varnhagen fundou a “História Pátria” com seu “monumento”, os quais foram “aumentados” pelas notas de rodapé e de final de seções creditadas aos “artífices” Capistrano e Garcia. A necessidade imposta aos “artífices” de se submeterem aos “conselhos” do fundador – estes conselhos sendo entendidos enquanto a emanção da autoridade das escolhas e realizações referentes aos enunciados de Varnhagen sobre a história nacional – considerando que seu “monumento” guardou seu “espírito” – ou seja, as características teórico-metodológicas de tal conjunto de enunciados – não elimina o fato de os anotadores necessitarem operar a retificação da dita fundação, posto que é preciso entender a constituição da historiografia moderna como potencialmente aberta sobre acúmulos sucessivos e graduais.<sup>38</sup> Para Capistrano, assim como para José Honório Rodrigues, a autoridade de um autor apenas se constitui após um trabalho de crítica sobre sua obra.<sup>39</sup> Crítica que representa o reconhecimento inerente e necessário a toda relação de autoridade. Somente assim, tal como sugerido por Arendt e Mommsen, podemos conceber Varnhagen como *autoridade* da história nacional, uma vez que ao se colocarem como perpetuadores críticos da obra do Visconde, seus anotadores são instituídos também como autoridades da história do Brasil a partir do final do século XIX e início do XX.

Um enunciado, como sugere Michel Foucault, é “um acontecimento estranho”:

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.163-165.

<sup>38</sup> KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 2006, p.282-296.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit.,2006, p.112.

[. . .] inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.<sup>40</sup>

Portanto, para articular o conceito de *autoridade* oriundo da cultura clássica greco-romana, tal qual definido por Arendt, utilizarei também o conceito de *fundador de discursividade* estabelecido por Foucault. Segundo o autor:

[. . .] ao longo do século XIX europeu, apareceram tipos de autor bastante singulares, que não se podem confundir com os “grandes” autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores de ciências. Chamemos-lhes então, de forma um pouco arbitrária, “fundadores de discursividade”. [. . .] Em contrapartida, quando falo de Marx e Freud como “instauradores de discursividade”, quero dizer que eles não só tornaram possível um certo número de analogias como também tornaram possível (e de que maneira) um certo número de diferenças. Eles abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram.<sup>41</sup>

Dessa forma, considerando que um *fundador de discursividade* opera também um ato de fundação tornando-se uma *autoridade*, torna-se possível o uso do referido conceito de *autoridade* estabelecido por Arendt, em relação a uma cultura historiográfica moderna.<sup>42</sup> “Porque, afinal de contas, é mesmo de autoridade que se trata em última instância, mais precisamente de autoridade enunciativa, para distingui-la da autoridade institucional”, como sintetiza Paul Ricoeur.<sup>43</sup>

Em relação ao método a ser utilizado, recorro às reflexões de Michel Foucault presentes em *A arqueologia do saber*. Considerando que a tarefa de anotação da *História geral do Brasil* se inscreve dentro de uma *tradição* historiográfica, ainda que em formação, isso possibilita aos anotadores a redução da alteridade característica do momento de fundação

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p.31-32.

<sup>41</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega Editora, 1997, p.58-60.

<sup>42</sup> Segundo Arendt, o conceito de *autoridade* é passível de ser pensado em outras esferas da vida social que não exclusivamente a da política. Em suma, é legítimo o uso do conceito oriundo da Filosofia Política para operacionalizar reflexões vinculadas a outras esferas da vida social, como a cultura, por exemplo. Arendt nos lembra inclusive, que “o caráter derivativo da autoridade e da tradição em assuntos espirituais não constituiu óbice a que elas se tornassem os traços prevalentes no pensamento filosófico ocidental durante a maior parte de nossa história”. ARENDT, Hannah, op. cit., p.167. Ver também: KOJÈVE, Alexandre. *La notion d'autorité*. Paris: Éditions Gallimard, 2004, p.117. REVAULT D'ALLONNES, Myriam. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008, p.68-71.

<sup>43</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p.74-75.

da historiografia brasileira, a partir da obra de Varnhagen, tornando-os herdeiros do Visconde graças à possibilidade de que as “novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos”.<sup>44</sup> Enquanto essa tradição é ininterrupta, a autoridade do fundador permanece ativa.<sup>45</sup> Será importante pensar as características da autoridade de Varnhagen enquanto aquele que estabeleceu as bases para a consecução de um *projeto* historiográfico potencialmente transformável em *herança* disciplinar, ou seja, tradição.<sup>46</sup>

Desta forma, parto da questão sobre como as séries de discursos articulados por Capistrano e Garcia ao longo do processo de anotação da *História geral*, dentro da *tradição* historiográfica que se constituía, possibilitaram que a alteridade da fundação da “História Pátria” pela referida obra, fosse reduzida a ponto de permitir retificações e críticas ao livro do Visconde de Porto Seguro sem destruí-lo, reconhecendo Varnhagen como *autoridade* da história do Brasil. A proposta é buscar os momentos de *dispersão discursiva* experimentados pelos anotadores, verificando quais *estratégias discursivas*, isto é, quais documentos foram privilegiados, quais posturas teórico-metodológicas permaneceram, assim como analisar se as propostas sugeridas por Varnhagen acerca de como deveria continuar a ser escrita a história do Brasil, foram seguidas por seus anotadores.<sup>47</sup> Pois se é possível observar esta estrutura de continuidade acerca do modo de se escrever a história nacional desde Varnhagen até seus anotadores, é possível então considerar diante da *tradição* em constituição, uma conformação do discurso sobre a história do Brasil em relação ao conjunto de enunciados de Varnhagen

---

<sup>44</sup> “Assim é a noção de tradição: ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos”. FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.23.

<sup>45</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.166.

<sup>46</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.67-68, 74, 85-88.

<sup>47</sup> Sobre estes momentos em que as escolhas possíveis acerca de um discurso são apresentadas a um locutor enunciativo de determinado discurso, Foucault escreveu que: “Mas não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, [. . .] e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às ‘coisas’, ‘despresentificá-las’; [. . .] substituir o tesouro enigmático das ‘coisas’ anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico. [. . .] Finalmente, o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica)”. FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.54-55, 65.

sobre o referido objeto desde meados do século XIX até metade do século XX.<sup>48</sup> De qualquer forma, a *autoridade* de Varnhagen não abole a liberdade de realizar escolhas por parte de seus anotadores, ela apenas restringe o que é possível ou não escolher e realizar.<sup>49</sup>

Entretanto, é importante ressaltar e comentar uma obra pioneira no estudo das notas de rodapé que, se por um lado não serviu de modelo orientador para a realização desta dissertação, foi com certeza uma grande fonte de inspiração para a realização deste estudo. Trata-se de *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*, do historiador americano Anthony Grafton.<sup>50</sup> Nesse livro, Grafton analisa o surgimento da tecnologia das notas de rodapé na historiografia ocidental moderna a partir do século XVII até os nossos dias, mas analisando com maior atenção autores como Ranke, em cuja obra por exemplo, reconhecida como um marco do surgimento da historiografia considerada científica, as notas possibilitaram uma maior fundamentação da narrativa, mostrando as fontes utilizadas, assim como as “discussões”, as “polêmicas” entre o autor e a bibliografia utilizada. Segundo Grafton, a proeminência e a preferência do uso de fontes primárias, do trabalho exaustivo de rastreamento de documentos nos arquivos, implicaram na necessidade de um trabalho mais rigoroso de crítica das fontes a serem citadas ou referenciadas nas notas de rodapé. Além disso, o autor comenta que o privilégio dos documentos primários estaria relacionado à concepção de que as informações processadas desses seriam mais “diretas”, mais “genuínas” do que quaisquer outras fontes de informação. Grafton enfatiza ainda a importância da tradição de exegese documental eclesiástica e das práticas eruditas dos antiquários renascentistas.

Por fim, creio ser importante discorrer a respeito de como serão estruturados os seguintes capítulos. O primeiro capítulo deste estudo versará sobre a fonte da qual emana em última instância a autoridade atribuída a Varnhagen por seus anotadores, em relação à história

---

<sup>48</sup> Oliveira nos atesta, em sua nota de número 64, que o trabalho de anotação da obra de Frei Vicente do Salvador, nos fornece o “exemplo do ‘método’ de crítica das fontes tal como era concebido e praticado por grande parte dos historiadores brasileiros do século XIX desde, pelo menos, Varnhagen”. OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.105.

<sup>49</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.133. Capistrano e Garcia por exemplo, trabalharam exaustivamente para compilar, anotar e criticar as fontes e documentos considerados essenciais para a escrita da história do Brasil, “procedimentos tidos, no século XIX, como decisivos para a disciplinarização dos estudos históricos”. WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.113-114. Alguns destes documentos foram descobertos e criticados primeiramente por Varnhagen, como por exemplo os manuscritos de Gabriel Soares de Sousa, Martim Affonso, Fernão Cardim; Varnhagen reeditou também o *Caramuru* e o *Uruguai*, assim como imprimiu ou reimprimiu “manuscritos raros ou curiosos”, como a carta de Pero Vaz de Caminha. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.128-133. Segundo Ricoeur, é a “[. . .] existência de convenções que delimitam de antemão o campo dos possíveis [. . .]”. RICOEUR, Paul, op. cit., p.238.

<sup>50</sup> GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

do Brasil. Será discutida especialmente a função da grande gama de documentos históricos inéditos utilizados pelo Visconde de Porto Seguro, os quais foram retificados, validados criticamente, enquanto outros foram adicionados, por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia através do processo de anotação da *História geral do Brasil*. Argumentar-se-á que a grande valorização dessas fontes demonstra uma certa concepção de história estritamente guiada pela crença em uma história cuja existência estaria supostamente garantida para além das representações historiográficas construídas acerca de determinadas realidades pretéritas. Isso possibilitava que existisse a noção de que a história do Brasil, para ser mais completa, menos lacunar, dependeria primeiramente, da coleta e crítica das fontes. Interessará sobretudo descrever os limites de tal discurso histórico, o que nos levará ao próximo capítulo.

Em um segundo momento, por meio da reflexão sobre as notas de rodapé da *História geral do Brasil*, tratarei do caso específico de uma coleção comemorativa de livros, espécie de “monumento”, utilizada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, mas que não foi trabalhada por Varnhagen uma vez que foi publicada apenas em 1922, em consequência das comemorações do I Centenário de Independência do Brasil. Trata-se da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, editada por Carlos Malheiro Dias e Albino Sousa Cruz e escrita por inúmeros colaboradores, dentre os quais encontramos Jaime Cortesão e Oliveira Lima. Nas notas de pé de página da *História da Colonização*, assim como nas notas da *História geral do Brasil*, observamos o fenômeno de conformação discursiva da autoridade de Varnhagen em relação à “História Pátria” especificamente em função da valorização que ambas as obras registram quanto à perspectiva orientadora da história e seus pressupostos epistemológicos. Mesmo depois de quase um século, de 1854 a 1922, a *História* de Varnhagen continuava a determinar em grande parte como deveria ser escrita a história do Brasil, especialmente a história do passado colonial.

Por fim, após uma discussão mais aprofundada acerca do conceito e do fenômeno da autoridade, será considerada a questão de como o fenômeno de instituição discursiva da autoridade de Varnhagen em relação à história do Brasil, ou seja, enquanto fundador da historiografia e da “História Pátria”, esteve estritamente vinculado aos problemas discutidos nos capítulos anteriores. Ou seja, será discutido o problema acerca de como a concepção de história vigente à época estava lastreada em um substrato de crenças específico capaz de emanar um potencial de autoridade especificamente através do conjunto de documentos primários levantados para a escrita de um determinado tipo de história, assim como da adoção de uma perspectiva orientadora estritamente nacional; e de como tais elementos permitiram a instituição de Francisco Adolfo de Varnhagen em autoridade, com consequente consolidação

das concepções de história e de historiografia registradas em sua *História geral*, considerando principalmente o processo de formação discursiva disciplinar da história do Brasil, então em construção.

## 1. Assentando os rodapés

Para que exista uma autoridade, primeiramente, é necessário que exista uma relação social, e que um dos elementos desta relação reconheça o potencial de ação do outro sem reagir radicalmente ou negar tal potencial. Uma autoridade é sempre um fenômeno temporal e histórico pois existe em função de sujeitos e estruturas específicas, embora o fenômeno seja estruturalmente o mesmo.<sup>51</sup> É necessário também, para que o fenômeno da autoridade ocorra, que exista uma estrutura hierárquica entre os sujeitos da relação social que originam tal fenômeno, pois o que as partes de uma relação autoritária possuem em comum é justamente tal hierarquia. Assim, o elemento mais alto, o sujeito que ocupa o ápice da hierarquia, possui autoridade e a exerce em relação aos outros sujeitos hierarquicamente abaixo. Entretanto, uma autoridade é sempre fundada em razão de um foco externo que emana potencial de autoridade, o qual necessariamente não está incluído na hierarquia da relação social de autoridade entre os sujeitos. A fonte de autoridade é, portanto, sempre um elemento externo à hierarquia da relação de autoridade.<sup>52</sup>

Portanto, este primeiro capítulo versará sobre a fonte da qual emana em última instância a autoridade do sujeito que ocupou o ápice da hierarquia que conformou um fenômeno de tradição histórica e historiográfica a partir de meados do século XIX: Varnhagen. Reconhecida tal autoridade por parte de seus anotadores, tanto em outros conjuntos textuais-discursivos quanto na própria composição da *História geral* através de suas notas de rodapé e de finais de seção, interessará mostrar como existiram determinadas condições discursivas que permitiram que essa autoridade fosse reconhecida fundamentalmente em razão da extrema valorização do referido foco externo, ou seja, no caso em questão, as fontes históricas utilizadas para a escrita da *História geral do Brasil*. Será discutida especialmente a função da grande gama de documentos históricos inéditos utilizados pelo Visconde de Porto Seguro, os quais foram retificados, validados criticamente, enquanto outros adicionados, por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, através do processo de anotação da referida obra. Mediante a investigação dos registros das notas de rodapé, poderemos perceber como foi importante o grande volume de descobertas de documentos históricos e sua respectiva utilização por parte de Varnhagen para que ele se tornasse uma autoridade. Tais documentos foram para o caso aqui avaliado, o foco externo do qual emana o potencial de autoridade.

---

<sup>51</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.57-65, 118-120.

<sup>52</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.135.



### 1.1. A fonte da autoridade

Por razão da morte de Francisco de Adolfo de Varnhagen em 29 de julho de 1878, João Capistrano de Abreu publicou em 1878 um artigo denominado *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. Em 1882, apenas alguns anos depois de seu *Necrológio* sobre Varnhagen, Capistrano publicou um outro texto, intitulado *Sobre o Visconde de Porto Seguro*. Tais importantes artigos de Capistrano de Abreu já evidenciavam grande parte de sua concepção acerca de como deveria ser escrita a história nacional.<sup>53</sup>

Pensar a constituição da nação e conceber as condições para a escrita da sua história, portanto, são termos indissociáveis de uma mesma operação cujas marcas podem ser detectadas nos escritos ensaísticos de Capistrano das décadas finais do século XIX. Em alguns deles, observa-se como, sob o pretexto de comentar e julgar obras históricas recém publicadas, o historiador circunscreve atributos de seu ofício e, com eles, assinala algumas fronteiras – então em vias de demarcação – de sua disciplina.<sup>54</sup>

Nesses artigos do final do século XIX, Capistrano discutiu a contribuição de autores e obras relacionados à história e à historiografia brasileiras, como por exemplo Varnhagen e João Francisco Lisboa.<sup>55</sup> Como afirmado anteriormente, tais artigos apresentaram uma crítica sobre as perspectivas orientadoras, as concepções de método, as fontes utilizadas e uma curta exposição do trajeto dos estudos históricos no país de então, não faltando uma discussão acerca das divergências existentes entre tais obras e autores. Assim, Capistrano esboçou os elementos principais daquilo que acreditava ser a melhor forma de se escrever a “História Pátria”, cujo patamar básico consistia no rastreamento e na apuração dos documentos considerados pelo autor como fundamentais. Além disso, era necessário indicar as lacunas e discutir os fatos narrados previamente pelo seus antecessores, especificamente aqueles narrados por Varnhagen. Por fim, Capistrano acreditava ser necessário anotar a bibliografia pertinente assim como os documentos relativos à história do Brasil, especialmente os que tangiam o período referente ao passado colonial<sup>56</sup>. Capistrano argumentou ainda que a narrativa da “História Pátria” fosse orientada pelo “o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”. Segundo o autor, o desconhecimento ou o descaso com tais teorias teria sido um dos grandes equívocos

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.42.

<sup>54</sup> Idem, p.47.

<sup>55</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.138-139, 214-215; OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.67.

<sup>56</sup> Idem, p.104-105.

cometidos pelo autor da *História geral do Brasil*.<sup>57</sup> A partir destas concepções, Capistrano deu início a seu projeto historiográfico.

Além disso, Capistrano reconhecia plenamente os méritos de Varnhagen, pois considerava que depois da publicação de sua *História geral* não houve ninguém capaz de apresentar, na expressão emblemática formulada por Capistrano, tal “massa ciclópica de materiais”. Capistrano também reforçou que teria sido Varnhagen quem primeiro e mais apropriadamente colocou-se “sob o verdadeiro ponto de vista nacional” ao construir a narrativa da história nacional.<sup>58</sup> A *História geral do Brasil* de Varnhagen representaria portanto, segundo Capistrano, o evento fundador da historiografia brasileira.<sup>59</sup> Ainda segundo o historiador, o grande conjunto de documentos primários descobertos e acumulados por Varnhagen, assim como o “ponto de vista nacional”, constituíam os dois principais fundamentos da história do Brasil.

Após a fundação dos alicerces da “História Pátria”, a construção continuou pelos rodapés.<sup>60</sup> Capistrano, assim como Garcia, acreditava que a escrita de uma outra história geral do Brasil demandaria ser “mais completa do que a de seus antecessores”, coligindo e criticando novos documentos e estudos com o propósito de melhor elucidar os espaços, as lacunas existentes na historiografia brasileira, como por exemplo, o século XVI e a questão das bandeiras. Como afirmou o próprio Capistrano, essa seria uma tarefa progressiva e legada aos futuros historiadores, pois “dentre a mocidade que estuda, será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante”.<sup>61</sup> Assim, historiadores das gerações futuras deveriam esclarecer tais “pontos obscuros do passado” através da coleta e crítica de novos documentos, assim como da avaliação dos trabalhos precedentes e da produção de monografias sobre a história do Brasil.

Entretanto, de uma outra forma, o trabalho de anotação crítica da grande obra de Varnhagen por parte de Capistrano e Garcia parecia desejar fechar as lacunas não somente da história escrita pelo Visconde de Porto Seguro, como também parecia aspirar a complementar

---

<sup>57</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.139.

<sup>58</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.135, 139. Segundo o historiador Arno Wehling, Varnhagen “Evitou também o ‘provincialismo dissolvente’, porque este fragmentaria as realizações culturais e políticas da nação em unidades menores incompletas. Para ele, como para Martius, o historiador deveria escrever do ponto de vista unitário nacional, o que se justificava por fatores políticos e ideológicos de sua conjuntura, mas que poderia também ser intelectualmente justificado pela inconsistência de um *ethos* cultural excessivamente particularista, argumento freqüente de nacionalistas do século XIX contra provincialistas”. WEHLING, Arno, op. cit., p.77.

<sup>59</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.72.

<sup>60</sup> “[. . .] em sua crítica a Varnhagen, Capistrano formulara as diretrizes de um projeto historiográfico. Para tanto, era imprescindível dar continuidade à ‘edificação’ iniciada com a obra do Visconde de Porto Seguro, por meio da pesquisa documental e dos estudos monográficos”. Idem, p.87.

<sup>61</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.199, 204-205.

as lacunas de uma história do Brasil para além da *História geral* de Varnhagen. A *História geral* era a base, a fundação, da história e da historiografia do Brasil. Um passado e uma história cuja existência, segundo o discurso de Capistrano e Garcia, pareciam estar garantidos para além da existência de sua representação escrita.

Segundo o “espírito dominante na historiografia da época”, as pesquisas documentais e as revisões críticas da historiografia serviriam justamente ao propósito de melhor evidenciar a história nacional. Tais revisões críticas prezavam fundamentalmente pela descoberta de novos documentos, os quais poderiam ou não corroborar com tais interpretações.<sup>62</sup> No caso de Varnhagen podemos alegar que houve basicamente retificação de sua obra com o intuito de sua consolidação. O documento, devidamente analisado e avaliado através do processo de crítica documental tão caro ao século XIX, assim como aos historiadores do início do século XX, era o objeto central no fenômeno cognitivo de construção e representação de uma realidade pretérita; como se possuísse a capacidade quase suprema de atestar uma verdade histórica, como se o trabalho cognitivo realizado pelo historiador fosse uma parte menor. Bastaria portanto coletar e cotejar múltiplos documentos para que, recompondo os fatos do passado em uma sucessão que se acreditava correta, se iluminasse a história aos espíritos do presente.

Assim, haveria uma correlação integral entre a realidade histórica ontologicamente preexistente e o produto da combinação entre as fontes. Suas eventuais limitações dever-se-iam às deficiências de informação: para épocas ou situações com escassa documentação, as conclusões poderiam ser apenas aproximativas.<sup>63</sup>

Entretanto, falar em preencher lacunas da história implica em larga medida a crença na existência de uma história e de um passado que existiriam para além das representações que os seres humanos criam sobre tais realidades. Se acreditamos que a história não existe efetivamente para além de nossas representações, como pensar que existem lacunas que devem ser necessariamente preenchidas? Quem é que determina onde estão e quais são os espaços das lacunas? Por que pensar em preencher lacunas da história se acreditamos que a história não existe efetivamente para além de nossas representações? Se for imperativo que tais lacunas sejam preenchidas, é porque se acredita que um passado conformado em história existiria para além das narrativas e das representações que construímos sobre tal passado; e que, portanto, seria necessário que os historiadores tornassem cognoscível o passado ainda

---

<sup>62</sup> WEHLING, Arno, op. cit., p.139. Como afirmou Varnhagen em sua *História geral do Brasil*, “A tradição, em harmonia com alguns documentos, faz-nos crer”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p.307.

<sup>63</sup> WEHLING, Arno, op. cit., p.142.

velado por tais lacunas históricas; como se a história não dependesse, fundamentalmente, da existência do historiador e de seus questionamentos para existir.<sup>64</sup> O discurso não é uma mera superfície de contato entre uma realidade preexistente e uma tradução linguística potencialmente mais ou menos apropriada, mas define as próprias condições para que os objetos do conhecimento possam ser construídos e articulados discursivamente.

[. . .] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações.<sup>65</sup>

Segundo Koselleck, “linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, mas nunca chegam a coincidir inteiramente”.<sup>66</sup> É justamente essa interdependência entre linguagem e história que constitui o feixe de relações discursivas que determinam e possibilitam a constituição dos discursos e de seus objetos. Tais relações determinantes sobre o discurso e seus objetos são sempre históricas, estando relacionadas em grande parte a instituições e normas, processos políticos, sociais e econômicos. Essas relações, justamente por serem históricas, não existem intrinsecamente aos objetos dos quais foram articulados discursos, mas conformam as condições de possibilidade para a emergência de um grupo de enunciados específicos em determinados momentos.<sup>67</sup> O passado a se historiar não é uma realidade evidente. A história é uma disciplina que exige a construção de seus objetos e métodos para responder a questões históricas determinadas, ou seja, ela é uma disciplina construída sobre a argumentação e sobre um processo de construção ativa das realidades pretéritas acerca das quais os historiadores constroem suas representações do passado.<sup>68</sup> O documento encontrado no arquivo não é necessariamente uma realidade do passado, mas um possível vestígio. Se tal objeto persistiu e ainda se encontra no presente, como pode ser

<sup>64</sup> De toda forma, podemos considerar que todo conhecimento histórico possuiria, metaforicamente, tal natureza “lacunar”, uma vez que toda narrativa histórica é sempre uma narrativa sobre algo que ainda podemos apreender sobre um objeto específico, e não mais uma mera representação de uma estrutura fenomenológica existente para além de suas próprias representações. Sobre tal caráter lacunar da história, Paul Veyne escreveu que “o mais curioso é que as lacunas da história se fecham espontaneamente a nossos olhos e que só as discernimos com esforço, tanto são vagas as nossas idéias sobre o que devemos, *a priori*, esperar encontrar na história, quando a abordamos desprovidos de um questionário elaborado. Um século é um branco nas nossas fontes, e o leitor mal sente a lacuna. O historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 2008, p.26-27.

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.50.

<sup>66</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006, p.267.

<sup>67</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.50.

<sup>68</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.23-25.

passado? Passado é antes de tudo uma qualidade, um adjetivo.<sup>69</sup> A própria escolha dos documentos é já, intrinsecamente, um momento de construção de realidade e de deslocamento de um objeto de seu lugar no mundo a partir de um primeiro conjunto de coordenadas espaço-temporais, para uma outra ordem qualquer posterior.<sup>70</sup>

No século XIX, a história moderna tornou-se seu próprio sujeito. Com pretensão de ser tornada uma totalidade coerente, passou a possuir um conteúdo de realidade efetiva e processual como não houvera antes. Ela passou a condicionar os eventos das histórias até então consideradas como individuais, se tornando um imenso processo generalizado, de quem a escrita e a disciplina não mais se diferenciariam especificamente pelo nome história. “Formulado de um modo conciso, a ‘história’ era uma espécie de categoria transcendental que apontava para a condição de possibilidade das histórias”.<sup>71</sup> Assim, no caso brasileiro, acreditamos que se desejava definir a nação com contornos históricos, de forma que fosse possível lhe garantir “uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”.<sup>72</sup> Desta forma, a história colonial assumiu uma função importante de conformação do passado colonial em passado e história especificamente brasileiros.

Varnhagen escreveu sua história inscrevendo o Brasil no processo temporal progressivo e coletivo concebido como história da humanidade especialmente a partir do foco da expansão marítima européia pioneira, a portuguesa, e conseqüente processo de colonização das novas terras.<sup>73</sup> Martius já havia proposto anteriormente tal história para o Brasil.<sup>74</sup> Para Varnhagen, e com certeza para muitos de seus contemporâneos, era como se o Milagre de Ourique de 25 de julho de 1139 estendesse uma sagrada aura monárquica até 7 de setembro de 1822, abençoando o nascimento do aguardado Império, gestado após três séculos de história colonial.<sup>75</sup> Desta forma, o Visconde de Porto Seguro construiu sua *História geral* segundo a concepção de que “o Brasil é íntegro, uno, [e] independente por obra e graça da Casa de Bragança”, motivo pelo qual o “grande tema de seu livro é a obra da colonização

<sup>69</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p.64.

<sup>70</sup> CERTEAU, Michel de, op. cit., p.81-82.

<sup>71</sup> KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 2004, p.32, 37, 39, 45. Ver também: ARENDT, Hannah. *O Conceito de História – Antigo e Moderno* In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.69-126.

<sup>72</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., p.6.

<sup>73</sup> MATTOS, Selma Rinaldi de, op. cit., p.106-107.

<sup>74</sup> “Considerando a história da humanidade ‘no meio de seu desenvolvimento superior’, Martius propõe como objetivo de um historiador brasileiro inserir a história do país nesse processo, uma vez que o país encontra-se em ‘desenvolvimento progressivo’, como o atestava a mescla de populações”. WEHLING, Arno, op. cit., p.41.

<sup>75</sup> RODRIGUES, José Honório, op. cit., 1978-1988, p.6-8.

portuguesa no Brasil”.<sup>76</sup> Não é em vão que sua obra maior se intitula *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. Ou, conforme afirmou Manoel Salgado Guimarães a respeito da *História* de Varnhagen e da historiografia projetada pelos letrados do Instituto Histórico no século XIX:

Num cenário de natureza exuberante, os feitos dos antepassados lusitanos deveriam inspirar a obra de assentar a monarquia nos trópicos, solidificando os princípios monárquicos como forma de governo e assegurando a continuidade da casa de Bragança. [. . .] No caso do Império Brasileiro, fundado em 1822, e do projeto da primeira geração de letrados congregados em torno do IHGB e da publicação de sua revista trimestral, seriam as demandas decorrentes da necessidade de fundar uma nação no antigo espaço colonial português que tornariam a ida ao passado uma demanda do presente para assegurar um projeto de futuro.<sup>77</sup>

Assim, a idéia de um Brasil uno nacional e territorialmente no século XIX condicionava os historiadores a enxergar na história das antigas colônias portuguesas na América, a história do futuro Estado nacional brasileiro, de forma a colaborar com o processo que experimentaram e motivaram contemporaneamente, enquanto membros do grupo social dominante, de consolidação do Estado e de formação da nação. “Na obra de Varnhagen, os atores e a dinâmica social convergem para um ponto teleológico que é a formação brasileira”.<sup>78</sup>

Entretanto, isso não significa que se tratasse estritamente de motivações psicológicas ou conscientes dos autores em questão, mas sim das condições históricas para a criação de um sujeito e de um objeto do discurso a respeito do qual fosse possível enunciar determinado grupo de discursos.<sup>79</sup>

[. . .] as escolhas estratégicas não surgem diretamente de uma visão de mundo ou de uma predominância de interesses que pertenceriam a este ou àquele sujeito falante; mas que sua própria possibilidade é determinada por pontos de divergência no jogo dos conceitos [. . .].<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Idem, p.13-17. “José Honório Rodrigues já registrou o fato de que o grande tema de Varnhagen foi a obra colonizadora de Portugal no Brasil, enquanto Américo Jacobina Lacombe destacou o apoio dado às linhas gerais da colonização portuguesa. O motivo subjacente, evidente na obra e na correspondência de Varnhagen, foi valorizar o predomínio da origem portuguesa em detrimento dos negros e indígenas, tema delicado numa época de grande afluxo de mão-de-obra africana e na qual correntes antilusitanas destacavam o papel indígenas na colonização”. WEHLING, Arno, op. cit., p.187.

<sup>77</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.75, 83.

<sup>78</sup> WEHLING, Arno, op. cit., p.186. Ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.

<sup>79</sup> FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.66, 76-77.

<sup>80</sup> Idem, p.81.

No caso específico da *História geral do Brasil* de Varnhagen, as notas de rodapé escritas por Capistrano e Garcia permitem que observemos como as escolhas operadas por eles ao longo do trabalho de anotação crítica do grande livro do Visconde cooperaram com tal processo de consolidação da idéia de nação brasileira ao reafirmarem a estrutura teórica e epistemológica dos “quadros de ferro” varnhagenianos. A maior parte das fontes primárias descobertas e utilizadas por Varnhagen na composição da *História geral* também foram posteriormente anotadas e estudadas por Capistrano de Abreu e/ou Rodolfo Garcia.<sup>81</sup> A enorme gama de documentos coletados pelo Visconde parecia emanar de si uma possibilidade de acesso direto ao passado, ou como se acreditava, à história. Portanto, remontando à concepção cara aos historiadores desde pelo menos fins do século XIX, de que as fontes primárias possibilitariam esse acesso mais direto ao passado, podemos pensar que os documentos acumulados por Varnhagen funcionariam como um conjunto de *índices* de realidades pretéritas.<sup>82</sup>

Conforme o filósofo lógico-analítico norte-americano Charles Sanders Peirce, um *índice* é uma modulação de um signo, e um signo, é uma coisa que conduz uma outra coisa a se referir a um objeto que possa ser identificado a si, assim como a concepção real que temos de um objeto é um signo que conecta a idéia que desse objeto temos ao objeto em si. A modulação de um signo em índice leva o signo a estabelecer uma relação a mais direta possível, inclusive espacial, com o objeto de referência, assim como aos sentidos e à memória do sujeito a quem o signo serve de índice.<sup>83</sup> Em relação aos objetos de interesse potencial da disciplina história, um objeto como uma edificação bastante antiga, como um prédio tombado por alguma instituição de patrimônio, por exemplo, poderia funcionar como um índice de uma realidade passada, uma vez que se pode pensar que tal edificação seja o ponto mais próximo possível a chegarmos diretamente em relação ao passado. Entretanto, como já foi dito anteriormente, o passado é antes de tudo uma qualidade, e não uma realidade efetiva que existiria para além das relações cognitivas e representações que temos de uma realidade pretérita qualquer. Assim, os objetos-documentos, por terem persistido desde um passado até o presente, teriam supostamente o poder de estabelecer uma ligação a mais direta possível entre a mente de um sujeito cognoscente (o historiador e/ou seus interlocutores) e a realidade

---

<sup>81</sup> GARCIA, Rodolfo. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969, p.3-9. WEHLING, Arno, op. cit., p.137-139, 153.

<sup>82</sup> Sobre a crença de que as fontes primárias possibilitariam acesso mais direto ao passado, ver: GRAFTON, Anthony, op. cit., p.55.

<sup>83</sup> PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.74.

passada da qual é oriundo. Obviamente essas relações não são absolutas, mas sim dependentes da relação entre os objetos-documentos e a mente do sujeito cognoscente.<sup>84</sup>

Nesse sentido, Paul Veyne nos argumentou que “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’”. Os documentos e sua respectiva composição narrativa não nos possibilitam, por razão de suas naturezas específicas, essa espécie de acesso potencialmente direto ao passado, pois “a história não é senão respostas a nossas indagações”, condicionadas pelo interesse do historiador, pelo estado de conservação da documentação ou “de quanta coisa mais” possa interferir na relação entre a mente cognoscente e seu objeto de análise.<sup>85</sup>

Entretanto, para os historiadores em questão neste estudo, parecia de suma importância coletar e criticar o maior número possível de documentos sobre a história colonial, pois se acreditava que quanto mais documentos – os quais possibilitariam tal acesso direto do historiador ao passado para narrar a história sem lacunas – mais verdadeira e completa seria a história narrada em relação ao passado desejado. Dessa forma, creio que Varnhagen valorizou especificamente as fontes coloniais para definir sua concepção da história e da nação brasileira, assim como também o fizeram seus anotadores e críticos. No supracitado conjunto das nações modernas, parecia ser preciso bem definir, sem falhas ou lacunas, a história e a identidade de um povo.

As interpretações de Varnhagen fundamentavam-se quase sempre em ‘descobertas’, ou seja, em filões documentais ignorados ou esquecidos por seus predecessores. O ‘preconceito do inédito’, extremamente forte na historiografia historista, supunha a intimidade com as fontes arquivísticas, entendida como indício seguro para a informação correta e o alcance da verdade histórica; subjacente a este preconceito encontrava-se o suposto idealista de uma realidade preexistente imutável, aguardando sua correta identificação pelo sujeito. A afirmação da cientificidade da história num contexto intelectual de conhecimentos com fronteiras cada vez mais bem-definidas passava, assim, obrigatoriamente, pelo estabelecimento de um *corpus* documental, a partir do qual seria construído o conhecimento histórico, uma vez que todas as demais opções – a filosofia da história, a ficção histórica, a retórica, a crônica e a erudição maurina – eram apenas aproximações imperfeitas deste nómeno fenomênico que a documentação revelava.<sup>86</sup>

Tal “culto” ao documento constituiu portanto, um primeiro momento no processo de constituição de uma memória nacional e da “História Pátria”. Com a *História geral do Brasil*

<sup>84</sup> Idem, p.64-70.

<sup>85</sup> VEYNE, Paul, op. cit., p.18, 36-37.

<sup>86</sup> WEHLING, Arno, op. cit., p.153, 193.



e sua respectiva massa documental, garantia-se a possibilidade de narrar a história colonial segundo “o verdadeiro ponto de vista nacional”, ou seja, um processo cujo ápice era então o Segundo Reinado. Como afirmou Capistrano de Abreu, “Varnhagen atende somente ao Brasil”.<sup>87</sup>

Uma vez postas as bases para a construção e difusão da história nacional de molde varnhageniano – cujos elementos destacados até então foram: uma história com existência potencial para além das representações, primado do documento primário e *perspectiva orientadora* nacional –, restava a Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, os papéis de defensores da grande narrativa histórica de Varnhagen sobre o Brasil. Através das notas de rodapé da *História geral* é possível perceber momentos de *dispersão discursiva* nos quais se definiram os limites e as condições de existência dos enunciados acerca da história do Brasil, desde pelo menos 1854 até meados do século XX. Isso não quer dizer que não houve progressivamente alteração da formação discursiva em questão, e que enunciados alternativos não foram capazes de surgir, mas sim, que esse grande discurso mostrou-se como fundamental e determinante dos outros conjuntos de enunciados acerca da história do Brasil, o que nos permite pensar numa consolidação discursiva da autoridade de Varnhagen como o fundador da história nacional, processo observável e corroborado pela anotação de sua *História*, uma vez que em tais notas encontram-se de forma privilegiada, registros do reconhecimento da autoridade do Visconde de Porto Seguro. Nesse processo, os autores ou fontes que iam ao encontro da linha central proposta por Varnhagen foram mais valorizados e privilegiados para compor tal anotação.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.139.

<sup>88</sup> Sobre estes momentos em que as escolhas possíveis acerca de um discurso são apresentadas em relação a um determinado conjunto de discurso, Foucault escreveu que: “Mas não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, [. . .] e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às ‘coisas’, ‘despresentificá-las’; [. . .] substituir o tesouro enigmático das ‘coisas’ anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico. [. . .] Finalmente, o campo enunciativo compreende o que se poderia chamar um *domínio de memória* (trata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica)”. FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.53-54, 64.

## 1.2. Os documentos e o passado colonial

Varnhagen morreu em Viena, em 29 de julho de 1878, aos 62 anos de idade, pouco após a publicação da segunda edição de sua *História geral do Brasil*.<sup>89</sup> Posteriormente, o historiador João Capistrano de Abreu e o historiador e bibliotecário Rodolfo Garcia assumiram para si a temerosa e longa tarefa de anotar a então grande obra da historiografia brasileira. Para a realização dessa complexa tarefa, Capistrano e Garcia possuíam à disposição além das inúmeras obras que Varnhagen descobriu, coletou, criticou e editou, muitas outras as quais não tinham vindo a público durante a vida do Visconde. Nas eruditas notas escritas e adicionadas pelos dois anotadores à *História geral do Brasil*, podemos observar referências e citações de monografias inéditas, de documentos recém descobertos e publicados, de múltiplos números da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, além de volumes como os *Annaes da Bibliotheca Nacional*, datados a partir de 1876, e dos volumes da *Primeira Visitação do Santo Offício*.<sup>90</sup>

Esse último conjunto de textos foi prefaciado por Capistrano e por Rodolfo Garcia e inicialmente publicado pela Sociedade Capistrano de Abreu em 1922, na série “Eduardo Padro”.<sup>91</sup> A análise dessas obras nos oferece alguns elementos importantes para evoluir a reflexão sobre a conformação discursiva de Varnagen em autoridade da história do Brasil através da anotação da *História geral*. Começamos portanto, com a análise do *Prefácio* escrito por Capistrano de Abreu em adição à *Primeira visitação do Santo Offício as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-92)*. Em seu *Prefácio*, Capistrano dissertou não somente sobre as características gerais do conteúdo do volume, comentando algumas das confissões, como também escreveu uma história sumária da primeira visita da instituição à colônia portuguesa, especulando seus motivos.<sup>92</sup>

<sup>89</sup> CEZAR, Temístocles, op. cit., p.186.

<sup>90</sup> “Do Instituto [Capistrano de Abreu] destacaria sempre o zelo proveniente de seus fundadores na coleta e organização dos documentos interessantes à história pátria, grande parte dos quais transcritos nas páginas de sua Revista Trimensal”. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Capítulos de Capistrano*. In: *Modernos Descobrimentos do Brasil*. <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/capistrano/frame.htm>. Acessado em 19/09/2010.

<sup>91</sup> MENDONÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Offício as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935; \_\_\_\_\_. *Primeira visitação do Santo Offício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925; \_\_\_\_\_. *Primeira visitação do Santo Offício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.

<sup>92</sup> ABREU, J. C.. *Prefácio de J. Capistrano de Abreu*. In: MENDONÇA, Heitor Furtado de, op. cit., 1935, p.I-XXIX.

Para compor seu texto, além das inúmeras referências a revistas, especialmente as do Arquivo Histórico Português, e aos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Capistrano também utilizou de forma mais recorrente a *Mediaeval heresy & the Inquisition* de Turberville e a *Historia dos Cristãos novos Portuguezes*, de seu amigo João Lúcio d’Azevedo.<sup>93</sup> Entretanto, o que nos desperta maior interesse para o estudo em questão é que grande número das informações históricas utilizadas pelo autor estão relacionadas aos documentos utilizados por Varnahgen em sua *História geral*, ou mesmo por Capistrano e Rodolfo Garcia na anotação do grande livro do Visconde de Porto Seguro. José de Anchieta, Nóbrega, Gândavo, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares, apesar de não aparecerem nas notas de referência ao pé de página, surgem constantemente no corpo do texto para garantirem a narrativa de Capistrano.<sup>94</sup> Nas *Denúncias da Bahia*, cuja *Introdução* também foi escrita por Capistrano de Abreu, encontramos novamente como referência para a composição de seu breve texto os recorrentes nomes de Gabriel Soares de Sousa, frei Jaboatão, frei Vicente do Salvador, além de Pero de Magalhães de Gândavo.<sup>95</sup> Tais fontes, como já afirmado anteriormente, além de terem sido utilizadas para anotar criticamente a *História geral do Brasil*, foram inclusive, muitas delas, descobertas, coletadas, criticadas e/ou editadas por Varnahgen. O próprio Visconde foi utilizado recorrentemente por Capistrano no *Prefácio*.<sup>96</sup>

Quanto à utilização de Varnahgen, é importante notar e considerar nas palavras de Capistrano de Abreu, um movimento particular de seu discurso sobre a “História Pátria”. A edição da *História geral do Brasil* utilizada e citada por Capistrano no estudo crítico que dá corpo ao *Prefácio à Primeira visitação do Santo Officio - Confissões da Bahia* é justamente aquela que o próprio historiador estava em vias de anotar e criticar. Considerando que o *Prefácio* de Capistrano é datado da “publicação inaugural” de 1922, e que sua anotação da *História geral* havia começado em 1906, sendo interrompida em função de um incêndio na casa de edição e assumida por Rodolfo Garcia em 1928, podemos julgar que os estudos críticos de Capistrano sobre as fontes coloniais em questão tenham sido executados concomitantemente ao seu trabalho de anotação da terceira edição da *História* de Varnahgen.<sup>97</sup> A terceira edição anotada dessa obra, iniciada por Capistrano e concluída por

<sup>93</sup> Idem, p.I-VI, VIII-IX, XIV, XVI-XVII, XIX, XXII-XXIX.

<sup>94</sup> Ibidem, p.I-VIII, XVIII, XXI.

<sup>95</sup> ABREU, J. C.. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça: Denúncias da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925, p.11,12, 14-17.

<sup>96</sup> ABREU, J. C.. *Prefácio de J. Capistrano de Abreu*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de, op. cit., 1935, p.III, VII, IX.

<sup>97</sup> “Capistrano de Abreu começou a publicação de uma terceira tiragem da obra, corrigida e anotada por ele mesmo, em 1906, mas ele não a terminou por causa de um incêndio na casa de edição. Rodolfo Garcia assumiu o

Rodolfo Garcia, nos mostra em suas notas de rodapé e de finais de seção justamente uma grande valorização da enorme gama de documentos coloniais utilizados em grande parte com primazia e ineditismo, pelo Visconde de Porto Seguro.

Assim, a *História geral do Brasil* era colocada como o patamar fundamental em relação à escrita da “História Pátria”: ela era considerada como sendo ao mesmo tempo uma fonte a ser usada para compor outras histórias, e como a principal e mais completa narrativa sobre a história do Brasil existente até as primeiras décadas do século XX. Segundo Capistrano e Garcia, a *História* de Varnhagen era de fato a principal narrativa historiográfica nacional existente até então, justamente em função do uso exaustivo de documentos coloniais e da adoção de uma perspectiva nacional orientadora para o processo de construção de sentido narrativo, perspectiva que era então julgada como a mais apropriada.

Por fim, em relação à série de documentos referentes à *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil*, analisaremos a *Introdução* de Rodolfo Garcia ao volume dedicado às *Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*.

Logo de início, Garcia deixava claro que seguiria o caminho de Capistrano de Abreu, seu “mestre sempre lembrado”. Nos parágrafos iniciais de sua *Introdução*, o autor comentou algumas das atividades referentes a pesquisas documentais desempenhadas por Capistrano. Segundo Garcia, Capistrano teria examinado “o apographo da *Vida* do veneravel apostolo do Brasil, escripta pelo Padre Pero Rodrigues”, presente na Biblioteca de Évora “e publicada depois nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XIX, 1897”, além de ter trabalhado posteriormente com um exemplar mais completo da referida obra constante no fundo de Alcobaça da Biblioteca Nacional de Lisboa, o qual “foi publicado nos *Annaes* citados, vol. XXIX, 1907, contendo ambas as edições notas suas, que as autenticam”. Possivelmente Capistrano teve acesso a tais fontes através dos favores prestados por amigos portugueses tais como João Lúcio de Azevedo e Antônio Baião, os quais lhe enviavam documentos raros ou recém descobertos. Além disso, Capistrano teria realizado uma biografia do padre Antonio Vieira, e “quando a morte o surpreendeu, preparava-se para comentar, por pedido de Max Fleiuss, para o Instituto Histórico, a *Narrativa epistolar* de Fernão Cardim, obra que seria definitiva para a compreensão desse extraordinário jesuíta”.<sup>98</sup>

---

projeto em 1928 e publicou, em cinco tomos, a terceira edição integral, com seus comentários e o trabalho de Capistrano de Abreu sobre o texto original de Varnhagen”. CEZAR, Temístocles, op. cit., p.540-541. ABREU, J. C.. *Prefácio de J. Capistrano de Abreu*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de, op. cit., p.XXIX.

<sup>98</sup> GARCIA, Rodolfo. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denúncias de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929, p.V-VII.

Desta forma, Garcia abria o espaço conveniente para comentar de maneira específica os dois volumes anteriores da série referente à *Primeira visitação do Santo Officio*. Segundo o autor, “nos dois primeiros volumes – *Confissões da Bahia* e *Denúncias da Bahia*, São Paulo-Rio, 1922-1925, informou quanto possível Capistrano de Abreu sobre o visitador, sua biographia summaria anterior á visitação, sua actividade na cidade do Salvador e Reconcavo”.<sup>99</sup>

No que concerne aos documentos utilizados para compor seu estudo introdutório às *Denúncias de Pernambuco*, Rodolfo Garcia repetiu em grande parte os passos de seu “mestre” Capistrano. Entre outras referências, encontramos algumas menos recorrentes nos estudos introdutórios inseridos na série documental da *Primeira visitação do Santo Officio*, como por exemplo as *Ordenações Manuelinas*, os *Registros do Conselho Ultramarino*, os *Annaes da Bibliotheca Nacional*, a *Revista do Instituto Historico* e a *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*.<sup>100</sup> Todavia, entre notas ou no próprio corpo do texto da *Introdução* de Garcia, ressurgiam referências a alguns documentos mais persistentes já assinalados acima. São os casos da edição de 1918 da *Historia do Brasil* do Frei Vicente do Salvador, do *Novo Orbe Serafico* de Jaboatão de 1858, do Padre Manuel da Nóbrega, de Anchieta e de Fernão Cardim.<sup>101</sup>

As outras partes da série da *Primeira visitação do Santo Officio* também foram utilizadas na composição do estudo introdutório produzido por Rodolfo Garcia para as *Denúncias de Pernambuco*. As *Denúncias da Bahia* apareceram referenciadas dezesseis vezes – isso sem contar as ocasiões em que foram citadas por motivos quaisquer, como no caso em que Garcia explica a censura aos assuntos sobre sexualidade –, inclusive no que tange a *Introdução* de João Capistrano de Abreu. Além disso, Garcia citou também as “*Confissões de Pernambuco*, terceiro livro, ainda inédito” e a própria quarta edição da *Historia geral do Brasil* de Varnhagen que o autor estava anotando criticamente à data de 1929, quando foram publicadas as *Denúncias de Pernambuco* adicionadas de sua *Introdução*.<sup>102</sup>

<sup>99</sup> Idem, p.VII.

<sup>100</sup> Ibidem, p.XIII, XV-XVI, XX, XXIII-XXIV, XXVI, XXXI. Sobre o *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.117-125.

<sup>101</sup> GARCIA, Rodolfo. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de, op. cit., p.VII, X-XII, XIV-XVII, XXIX-XXX.

<sup>102</sup> “Os peccados sexuaes contra a natureza não são tantos nestas denúncias como nas *Confissões* e *Denúncias da Bahia*, já publicadas, e nas *Confissões de Pernambuco*, ainda ineditas. Como fez acertadamente Capistrano com relação ás primeiras, ficam aqui apontados os lugares em que o assumpto é abordado: *infra*, 37/38, 49/50, 53, 279/281, 400/401, 437/438, 442/444, 463/464. Com esse indice os passos

Desta forma, os estudos de Capistrano e Garcia acerca dos volumes da *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil* não estavam descolados de seus estudos para a anotação da obra de Varnhagen e das fontes coloniais que o Visconde havia descoberto, coligido, criticado e editado, como os supramencionados José de Anchieta, Padre Manuel da Nóbrega, Gândavo, Fernão Cardim, Frei Vicente do Salvador e Gabriel Soares de Sousa. As possibilidades de se contar a história do Brasil sem tocar nesses autores eram restritas e apenas começavam a aumentar à medida em que monografias e novos estudos eram realizados, assim como novas fontes descobertas.

Os *Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim, por exemplo, foi uma das fontes coloniais utilizadas por Varnhagen que recebeu grande atenção por parte de Capistrano e Garcia, sendo que em sua edição crítica realizada pelos dois autores constam além de notas, textos introdutórios e um apenso.<sup>103</sup> Mais uma vez podemos observar a grande valorização dedicada a textos e autores potencialmente utilizáveis na escrita da história do Brasil, especificamente do período colonial.

Originalmente, os *Tratados* de Fernão Cardim contavam três códices distintos, reconhecidos sob os nomes de *Do Clima e Terra do Brasil*, *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil* e *Narrativa epistolar*, ou *Informação da Missão do Padre Christovão de Gouvêa às partes do Brasil*.<sup>104</sup> Em 1923, sob os auspícios da presidência de Afrânio Peixoto na Academia Brasileira de Letras, foi esboçada uma tentativa de “começar a publicação de duas séries de obras raras e preciosas”, tratando dos “classicos nacionaes” da literatura e da história. Essas edições deveriam ainda, nas palavras de Afrânio Peixoto, ser “enriquecidas de introdução bibliographica, e de notas elucidativas, das quaes serão encarregados os nossos confrades que tiveram pendor por esse gênero de estudos”.<sup>105</sup>

O texto que compõe *Do Clima e Terra do Brasil*, cujo manuscrito original constava na Biblioteca de Évora, foi produzido pelo senador Cândido Mendes a partir de um códice existente no Instituto Histórico e publicado parcialmente pelo seu filho Fernando Mendes. Em 1885, Capistrano de Abreu publicou uma versão integral, reconhecendo ainda que o manuscrito da Biblioteca de Évora coincidia com a versão publicada em inglês por Samuel Purchas em 1625. Em 1601, o jesuíta Fernão Cardim foi aprisionado por duas naus de corsários ingleses e, segundo consta, teve seus manuscritos despojados pelos ingleses, os

---

escabrosos podem ser evitados ou procurados, á vontade do leitor”. Idem, p.VIII, XII-XIV, XVI-XIX, XXIII, XXVIII-XXX, XXXIII.

<sup>103</sup> CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

<sup>104</sup> GARCIA, Rodolfo. *Introdução Geral* In: CARDIM, Fernão, op. cit., p.8.

<sup>105</sup> Idem, p.7.

quais foram posteriormente comprados pelo colecionador londrino Samuel Purchas.<sup>106</sup> As notas ficaram sob responsabilidade de Rodolfo Garcia. Na Biblioteca de Évora estava também o manuscrito de *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*, o qual também havia sido publicado por Purchas em 1625. Assim como ocorrera com *Do Clima e Terra do Brasil*, a segunda parte da obra de Cardim também foi identificada e editada por Capistrano de Abreu, embora isso tenha ocorrido quatro anos antes, em 1881. As notas referentes a *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil* ficaram a cargo de Baptista Caetano de Almeida Nobgueira.<sup>107</sup>

A última parte dos *Tratados*, intitulada *Narrativa epistolar*, ou *Informação da Missão do Padre Christovão de Gouvêa às partes do Brasil*, também foi copiada de um manuscrito da Biblioteca de Évora, mas, nesse caso, foi Varnhagen quem o fez. Em 1847, o Visconde copiou e publicou em Lisboa uma edição da *Narrativa epistolar*, obra bastante utilizada na composição da *História geral do Brasil*. Segundo Afrânio Peixoto, as notas também ficaram cargo de Rodolfo Garcia, pois “nem Varnhagen, então, nem, posteriormente, Eduardo Prado, na edição do Instituto Histórico, de 1902, lhe puderam dar as notas necessárias”. Em suas palavras, Peixoto ainda colocou Fernão Cardim como um “éolo dessa cadeia a que pertenceram Anchieta e Vieira”, como alguém que estabeleceu entre os dois, uma espécie de linhagem genética no rol dos “grandes” brasileiros que legaram obras importantes à história do Brasil: “cuidado, trato, amor de um Brasil que ia passar, e morrer, legados ao Brasil da posteridade, que, esse, passando sucessivamente, nunca morrerá”.<sup>108</sup>

Na *Introdução Geral*, escrita por Rodolfo Garcia, na qual o autor traça uma breve biografia do jesuíta, Fernão Cardim é retratado como um “dos mais sedulos informantes, em depoimentos admiráveis, que muita luz trouxeram á comprehensão do phenomeno da primeira colonização do paiz”. Garcia reconhecia ainda que Cardim teria sido um “dos precusores da nossa Historia, quando ainda o Brasil, por assim dizer, não tinha historia”.<sup>109</sup> Essa afirmação de Garcia nos interessa especialmente em função da epistemologia histórica que se delineia em seus sentidos possíveis. Estaria o autor afirmando que o Brasil não possuía uma história escrita, como por exemplo a *História geral do Brasil*, ou estaria ele reconhecendo que não havia história do Brasil pois não havia então um Estado independente chamado Brasil, mas sim colônias portuguesas na América, uma vez que Fernão Cardim vivera no século XVI?

<sup>106</sup> Ibidem, p.15.

<sup>107</sup> No caso dos *Tratados* de Fernão Cardim, existem também notas de Baptista Caetano, as quais não receberam maior atenção neste estudo em razão de sua proposta central de tratar especialmente do processo de anotação da *História geral do Brazil* de Varnhagen por parte de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Assim, a análise de outras obras anotadas e estudadas pelos dois últimos autores interessa-nos fundamentalmente em razão de nossa questão principal. Ibidem, p.8-9.

<sup>108</sup> Ibidem, p.9-10.

<sup>109</sup> Ibidem, p.10-11.

Suas palavras nos levam a crer que ele estivesse se expressando de acordo com a primeira hipótese pois a história enquanto narrativa, enquanto escrita, foi grafada por ele em letra inicial minúscula, como por exemplo quando comparou a “historia” de Gândavo à “historia” de Fernão Cardim. Enquanto isso, a grafia “Historia” foi reservada para a idéia de um fenômeno temporal processual em larga escala.<sup>110</sup>

Fernão Cardim era, portanto, considerado precursor porque ele não havia escrito uma história nos moldes esperados por Rodolfo Garcia, ou seja, “sua historia é antes natural que civil”, nele havia o “geographo”, o “ethnographo”, “o zoologo e o botanico”, embora reconhecendo que havia no jesuíta “tambem o historiador disertor”, sendo mais “testemunha presencial”, cujos relatos “valem ainda mais pela espontaneidade e pela sinceridade com que singelamente os prestou”, do que um historiador, o qual deveria percorrer arquivos para compor sua história.<sup>111</sup> Em suma, mais documento do que história.

Assim, se tornava possível e necessário, segundo a lógica do discurso de Rodolfo Garcia, que Fernão Cardim fosse considerado como um dos “nossos primeiros patricios”, “que presidiram, enfim, á fundação da nacionalidade brasileira”.<sup>112</sup> Dentro da formação discursiva em questão, Cardim se tornou não somente uma personagem da história colonial do Brasil, encarada especialmente do ponto de vista do discurso da formação da nacionalidade, como também uma personagem da história da constituição da própria disciplina da história do Brasil. Concomitantemente tornava-se um dos mais importantes documentos históricos para a constituição de ambas as histórias, como nos argumentou Rodolfo Garcia em sua *Introdução Geral aos Tratados da terra e gente do Brasil* de Fernão Cardim.

Entretanto, é importante notar também que no trabalho de crítica da referida obra do jesuíta Cardim se repetiu uma espécie de movimento circular de autorreferenciação do discurso histórico enunciado por Rodolfo Garcia, nos parâmetros daquele que ocorrera nos textos introdutórios da série de documentos relativos à *Primeira visitação do Santo Officio*. Na *Introdução Geral*, a esmagadora parte das fontes utilizadas para compor a narrativa da história do padre Cardim, assim como do estudo crítico dos *Tratados* elaborado por Garcia, já nos são conhecidas do *Prefácio* de Capistrano, como por exemplo os *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Anchieta, a *História geral do Brasil* de Varnhagen, além do próprio volume da

---

<sup>110</sup> Ibidem, p.11.

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Ibidem.



*Primeira visitação do Santo Officio*, citado inclusive em duas edições diferentes, uma de 1922 e a outra de 1925.<sup>113</sup>

Mais uma vez encontramos indícios para julgarmos que os estudos críticos de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia sobre os documentos coloniais teriam sido realizados ao mesmo tempo que o trabalho de anotação da terceira edição da *História geral*. Destarte, também encontramos indícios positivos acerca do fato de que tais documentos coloniais, manuseados com primazia pelo Visconde, corroboraram com a sua conformação em autoridade discursiva sobre a história do Brasil desde o final do século XIX até o início do século XX. Para elaborar e validar determinada parte de sua *Introdução*, por exemplo, Garcia se valeu de informações referentes a uma carta de Cardim de 1 de outubro de 1618, a qual, até a data de composição do texto de Rodolfo Garcia, se encontrava inédita. Assim, até então, existia apenas a referência à carta registrada por Varnhagen na sua *História geral*, localizando-a na biblioteca da Real Academia de História de Madrid. Embora reconhecendo a potencial dúvida acerca da existência e do conteúdo da carta, a palavra do Visconde bastou a Garcia como garantia. Em relação aos documentos coloniais para a escrita da história nacional, Varnhagen parecia de fato possuir a última palavra: “mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco”.<sup>114</sup>

Foi Varnhagen quem pela primeira vez trouxe a público uma versão em português de parte da obra de Fernão Cardim. Até então seus escritos não eram nem mesmo reconhecidos como sendo do jesuíta, havendo autorias diversas para seus três tratados. Em 1847, o Visconde editou tal versão da *Narrativa epistolar* dedicando-a à memória do cônego Januário da Cunha Barbosa, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>115</sup> Posteriormente, coube ao “Dr. Capistrano de Abreu” realizar o “trabalho meritório” de produzir “prova cabal” para a identificação da autoria dos outros tratados como sendo de Fernão Cardim. Segundo Rodolfo Garcia, os “serviços” de Capistrano “à História do Brasil, no arrolamento de suas fontes e na interpretação de seus factos nunca foram assaz exalçados”.<sup>116</sup>

Outro importante documento a ser considerado dentro do processo de instituição discursiva de Varnhagen em autoridade da “História Pátria”, através do trabalho de anotação da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, é a *Historia*

---

<sup>113</sup> Ibidem, p.12-14, 16-19.

<sup>114</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.163-165.

<sup>115</sup> GARCIA, Rodolfo. *Introdução Geral* In: CARDIM, Fernão, op. cit., p.19.

<sup>116</sup> Idem, p.23-25.

do Brasil do Frei Vicente do Salvador, a qual surge recorrentemente entre os rodapés e finais de secção da *História geral*.

Na interessante nota de número VIII, por exemplo, presente ao final da *Secção XVII – Governo de D. Duarte da Costa. Tentativa de Villegaignon*, da *História geral do Brasil*, Capistrano usa entre outros documentos, a *Historia do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, para compor uma argumentação contrária à de Varnhagen acerca das condições de concessão da capitania de Pernambuco por herança a Duarte de Albuquerque Coelho, pois considerava que “o que está na fl. 282 v. do liv. 3º da *Chancellaria de Felipe I*, e que serviu a Varnhagen, é cópia, e dahi seu engano, aliás desculpavel”. Um dado interessante é que Capistrano citou como referência para a *Historia do Brasil* de Frei Vicente, a edição de 1918, a qual foi prefaciada e anotada por ele mesmo, além de ter contado com a colaboração de Rodolfo Garcia para a revisão das provas da edição.<sup>117</sup> Mas a nota de número VIII não se encerrou com os comentários e críticas elaborados por Capistrano a Varnhagen. Rodolfo Garcia acrescentou ainda o trecho a seguir, baseando-se na *Historia* de Frei Vicente:

Rio Branco, *Ephemerides Brasileiras*, 382, Rio, 1918, assigna 7 de Agosto de 1553 para a morte do donatario, induzido no mesmo erro em que incorreu Varnhagen. A data deve ser a de Jaboatão – 7 de Agosto de 1554, mas o logar foi sem duvida o que deu Frei Vicente, de accordo com Duarte de Albuquerque Coelho, neto do donatario, no *Compendio de los Reys de Portugal*, inedito (copia na Bibliotheca Nacional). [. . .] – Capistrano de Abreu, *Prolegomenos á Historia* de Frei Vicente do Salvador, ps. 76. – (G).<sup>118</sup>

Apesar da estruturação de um argumento contrário à narrativa construída por Varnhagen, subjaz a esse fato discursivo o processo de afirmação da autoridade de Varnhagen. O que constitui o processo de instituição da autoridade do Visconde é justamente o reconhecimento que operaram Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia ao utilizarem um documento previamente utilizado por Varnhagen para compor uma crítica a esse último. Nesse caso, a crítica deve ser compreendida como uma ação agregadora de sentido e de credibilidade à narrativa histórica previamente elaborada por Varnhagen, e não como um ataque a seus pressupostos. Os fundamentos da obra historiográfica do Visconde encontraram-se reforçados por detrás da crítica, uma vez que a lógica de construção da narrativa historiográfica permaneceu intacta, ou seja, o privilégio na utilização de documentos primários e a orientação narrativa segundo o viés nacional não foram afetados em momento

<sup>117</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p.372. ABREU, J. Capistrano de. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei, op. cit., p.IX.

<sup>118</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p.372.

algum. Como nos lembrou Hannah Arendt, “a palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação”.<sup>119</sup> É por isso que a crítica a Varnhagen deve ser entendida antes como um ato de retificação do “monumento” fundado pelo Visconde, de adição, de “aumento” de sentido, do que como um ato de negação.

Além disso, uma vez mais a primazia no manuseio do referido documento consta ter sido do próprio Visconde de Porto Seguro. Segundo Capistrano, Varnhagen foi possivelmente um dos primeiros historiadores – embora se tratasse de um Francisco “adolescente ainda” – a ter “folheado” um exemplar desse “livro esquivo, quasi mythico”, supostamente existente na Biblioteca das Necessidades em Lisboa, o qual, entretanto, constava como desaparecido na época em que Capistrano escrevia sua *Nota preliminar à Historia* de Frei Vicente.<sup>120</sup>

Durante uma missão especial aos arquivos europeus, destinado a descobrir e coletar documentos importantes para a escrita da história do Brasil, João Francisco Lisboa descobriu na Torre do Tombo um capítulo avulso da obra de Frei Vicente, o qual foi posteriormente identificado e impresso a crédito de Varnhagen na Revista do IHGB, no ano de 1858.<sup>121</sup> Entretanto, até então a *Historia do Brasil* continuou inédita, não identificada em sua totalidade, mesmo apesar do fato de que o Visconde teria provavelmente se deparado com a cópia da Torre do Tombo, códice o qual, segundo o historiador cearense, não era original, não sendo nem mesmo cópia do original. Existiriam nas margens, ainda segundo Capistrano de Abreu, anotações “a lapis” muito possivelmente autógrafas.<sup>122</sup>

Capistrano afirmou também que Varnhagen teria possivelmente utilizado informações da obra de Frei Vicente para compor as segundas edições da *História das lutas com os holandeses no Brasil* e da *História geral do Brasil*, embora “as mais das vezes sem indicarlhes a procedencia, uma escudando-se no dizer de um escritor antigo, p.379, outra, p.393, recorrendo á sigla pouco transparente de F. V. do S.”. Além de guardar sigilo acerca do manuscrito, Varnhagen acreditava também que um documento intitulado *Chronica da Custodia do Brasil*, de autoria de Frei Vicente, constituía parte do conjunto maior da *Historia do Brasil*.<sup>123</sup>

Após ter sido custódio na Bahia, Frei Vicente do Salvador retornou a Portugal, e por lá escreveu a maior parte de sua *Historia do Brasil*, especificamente nas cidades de Évora e

<sup>119</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.163-165.

<sup>120</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931], p.V-VI.

<sup>121</sup> Idem, p.V.

<sup>122</sup> Ibidem, p.XVI-XVII.

<sup>123</sup> Ibidem, p.VI.

Lisboa. Posteriormente, durante a década de 1620, retornou ao Brasil eleito novamente guardião da Bahia, mas no caminho foi aprisionado pelos holandeses, e acabou sendo libertado apenas alguns anos depois, tendo terminando sua obra apenas em 27 de dezembro de 1627.<sup>124</sup>

Foi possivelmente durante o período em que serviu como custódio em um convento da ordem dos capuchos de Santo Antônio na Bahia, que Frei Vicente do Salvador escreveu a *Chronica da Custodia do Brasil*, época na qual transitou recorrentemente entre Olinda e Bahia, entre os anos de 1612 e 1614. Algumas das páginas da *Historia do Brasil* de Frei Vicente possivelmente derivaram de sua *Chronica da Custodia*, como acreditavam Capistrano de Abreu e Varnhagen. Entretanto, o historiador cearense fez questão de observar que “considerar a *Chronica da Custodia* primeira parte desta *Historia*, como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma”.<sup>125</sup>

Para compor as páginas da *Nota preliminar*, Capistrano se valeu de documentos que temos observado surgirem recorrentemente entre seus variados escritos, como por exemplo Gabriel Soares, a série documental referente à *Primeira Visitação do Santo Offício – Confissões e Denúncias da Bahia*, Anchieta, Jaboatão, além da própria *História geral do Brasil*, que em 1918, data da *Nota preliminar*, estava sendo anotada concomitantemente à realização da edição da *Historia do Brasil* do Frei Vicente. O fenômeno discursivo circular de autorreferenciação apareceu mais uma vez na *Nota preliminar* que Capistrano escrevera para a *Historia do Brasil*. O processo de anotar, criticar e prefaciar tais obras constituía uma espécie de conjunto de atividades intelectuais desenvolvidas de forma quase simultânea ao trabalho de anotação crítica da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Por fim, ao iniciar a última parte de sua *Nota*, João Capistrano comparara a *Chronica da Custodia* e a *Historia* de Frei Vicente do Salvador ao “anonymo, não bem identificado ainda”, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, alegando que Frei Vicente parecia “ter conhecido então ou mais tarde o autor e pelo menos parte da obra”, pois “em alguns pontos, por exemplo as vantagens da relação da Bahia, como que lhe responde”.<sup>126</sup> Os referidos *Diálogos* possuíam até então, autoria desconhecida, e apenas recebeu um nome para ocupar a função do autor após um importante e rigoroso trabalho de crítica documental realizado por Capistrano

---

<sup>124</sup> Ibidem, p.XV-XVI.

<sup>125</sup> Grifos do autor. Ibidem, p.XIV.

<sup>126</sup> Ibidem, p.XVIII.

de Abreu. Em um estudo publicado originalmente no *Jornal do Comércio*, datado dos dias de 24 de novembro de 1900 e de 24 de setembro de 1901, sob o título de *Revistas Históricas*, mas posteriormente denominado *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Capistrano estabeleceu a autoria de tais escritos como sendo de Ambrósio Fernandes Brandão.<sup>127</sup>

Quanto à importância da obra de Frei Vicente, acerca de seu potencial de fechar “as lacunas” da história brasileira e de simbolizar uma história do Brasil cuja existência efetiva estaria potencial e possivelmente garantida para além das representações historiográficas, Capistrano escreveu que:

As entradas sertanejas teriam atraído a atenção e o conhecimento dellas não ficaria em nomes escoteiros, sem indicações biographicas, sem achegas geographicas, meros “sujeitos sem predicados”. Muitas aneddotas teriam sido colhidas, quebrando a monotonia pedestre ou solemne com que os Rocha Pittas, os Berredos, os Jaboatões afrontaram a publicidade. Frei Vicente ultimou a *Historia do Brasil* em 1627; só um seculo mais tarde sahiu Sebastião da Rocha Pitta com uma *Historia... da America portugueza*.<sup>128</sup>

Destarte, uma vez mais a autoridade discursiva de Varnhagen se encontrava garantida. Mediante o trabalho de anotação crítica e prefaciação de documentos sobre o passado colonial do Brasil e da *História geral*, não somente as bases, os fundamentos de sua proposta historiográfica eram consolidados e perpetuados, como também a orientação de sentido implicada à narrativa permanecia estável. O essencial era que tal historiografia fosse construída sobre o maior volume possível de documentos devidamente criticados, seguindo sempre a perspectiva orientadora da história nacional.

Último caso a ser investigado, o *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* merece especial atenção. Conforme nos informou Varnhagen em seu curto *Prologo* à edição de 1867 do *Diário*:

A 1ª edição do Diário de Pero Lopes de Souza foi feita em 1839, havendo principalmente em vista o codice original (de letra de Pero Goes, com varios pretendidos retoques inadmissiveis do proprio punho de Martim Affonso de Souza) que existia em Lisboa na Livraria real da Ajuda. Esta edição tem sido sufficientemente dada a conhecer pelos biographos, começando por Brunet (na palavra Souza) e por Mr. Rich na sua *Bibliotheca Americana*.<sup>129</sup>

<sup>127</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p. 297-336.

<sup>128</sup> Grifo do autor. ABREU, J. Capistrano de. *Nota preliminar*. In: SALVADOR, Vicente do, Frei, op. cit., p. XXII.

<sup>129</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prologo*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867, p.3.

Nesse texto, Varnhagen explicou que suprimira algumas das antigas notas existentes, de forma a ceder lugar à reprodução de documentos que considerava de suma importância para a “História Pátria”, uma vez que o *Diário* “pelo achamento de outros documentos, [havia perdido] uma parte da maxima valia que tinha no momento em que viu pela primeira vez a luz”. Varnhagen afirmou ainda ter sido o *Diário* um dos documentos fundamentais a lançar “luz sobre várias questões intrincadas da primeira época da nossa História”, que possibilitou a crítica das “intermináveis conjecturas de Fr. Gaspar e de Jabotão”.<sup>130</sup>

Além, obviamente, do próprio *Diário* de Pero Lopes, encontramos reproduzidos os seguintes documentos: alguns documentos sobre Martim Affonso, “Nota documentada acerca da ilha de Fernando de Noronha”, “Doação de Martim Affonso em S. Vicente”, uma “reclamação, em latim, contra Pero Lopes, pela destruição, em 1532, da feitoria franceza em Pernambuco”, o *Roteiro conciso da viagem da Náo Bretoa*, o “Regimento dado ao capitão Christovam Pires”, a “Lista da campanha da Náo ‘Bretoa’, incluindo grumetes e pagens”, uma relação acerca da “Carga de brazil. Escravos, gatos e papagaios, tomada Cabo Frio”, além da “Diligencia acerca da ferramenta furtada na Bahia, feita pelo escrivão Duarte Fernandes”.<sup>131</sup>

Todos esses documentos haviam sido descobertos por Varnhagen nos arquivos europeus que visitara e então editados e publicados. O “Livro (da viagem) da Náo Bretoa”, por exemplo, foi “dado a conhecer” através do Visconde em 1844, sendo “que pela primeira vez viu a luz integralmente, em 1854, no fim do 1º volume da nossa Historia Geral (1ª Edição, nota 13, de pagina 427 a 432) – o MS. De que foi tirada a copia se guarda em Lisboa na Torre do Tombo (no armario da Casa da Coroa Maç. 9 Num. 2.)”.<sup>132</sup>

Entretanto, em 1927, Capistrano publicou uma nova versão do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa*. Tratou-se basicamente do mesmo texto, embora desta vez a edição fosse aberta por um *Prefacio de J. Capistrano de Abreu*. Segundo o historiador cearense:

Entre os manuscritos da Biblioteca da Ajuda, Francisco Adolfo de Varnhagen descobriu um codice relativo á viagem de Martim Affonso de Sousa ao Brasil, attribuido a Pero Lopes de Sousa, seu irmão, donatario das capitancias de Santo Amaro e Tamaracá. Nem Barbosa Machado nem qualquer outro bibliographo referira a obra, conservada em tres copias, e pode-se imaginar seu sobressalto. Cotejando-as preparou um texto, enriqueceu-o de notas preciosas e com os magros

<sup>130</sup> Idem, p.3-5.

<sup>131</sup> SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867, p.113.

<sup>132</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Prologo*. In: SOUSA, Pero Lopes de, op. cit., p.5.

recursos de estudante editou alvoroçado o “*Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530... Lisboa, 1839*”.<sup>133</sup>

Em seu *Prefacio*, Capistrano tornou a fazer referência a documentos previamente analisados neste estudo, como foi o caso Frei Vicente do Salvador. Porém, fez questão de registrar que na edição de sua responsabilidade “os factos historicos apontados no ‘*Diário*’ foram esclarecidos, ora mais, ora menos”, sendo que “alguns, extrahidos de documentos castelhanos” haviam sido então “adduzidos pela primeira vez em livro brasileiro” e “dos documentos, reunidos no segundo volume, alguns” eram “ineditos”.<sup>134</sup> Desta forma, mesmo se não foi possível encontrar de forma explícita no *Prefacio de J. Capistrano de Abreu* à versão do *Diário* editada em 1927, tal movimento de autoreferenciação discursiva analisado mais acima, encontramos o reconhecimento da autoridade de Varnhagen afirmado através do registro discursivo da emulação da crença na valorização fundamental dos documentos para a composição da história e da historiografia brasileiras.

Assim, era como se Capistrano e Garcia seguissem prudentemente os conselhos de Varnhagen, rastreando, coligindo, criticando e editando fontes históricas essenciais para a escrita da “História Pátria”, especialmente os documentos e as narrativas sobre o passado colonial. Era como se esses documentos possibilitassem ao historiador um acesso direto e efetivo ao passado colonial, o qual era conformado já a partir deste processo de coleta e crítica de documentação, em história do Brasil. Ao mesmo tempo em que Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia anotavam a *História geral*, também prefaciavam e anotavam tais documentos coloniais, determinando discursivamente o espaço de possibilidades para a efetuação dos enunciados acerca da história do Brasil. Nessa espécie de movimento circular de autoreferenciação do discurso histórico, reafirmavam a autoridade de Varnahgen sobre a “História Pátria” por ter sido ele o grande manuseador e descobridor de documentos sobre o passado colonial, período reconhecido como essencial à formação da Nação, do Estado, da identidade e da história brasileiras. Dissimulada porém entre notas de rodapé e de finais de seção, apesar da frequência de sua utilização e inclusive de uma menção referencial constante no *Prefacio de J. Capistrano de Abreu* à edição de 1927 do *Diário da navegação de Pero*

---

<sup>133</sup> O *Prefacio de J. Capistrano de Abreu* à edição de 1927 do *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa* não possui paginação. De qualquer forma, todas as citações serão acompanhadas de referências. ABREU, J. Capistrano de. *Prefacio de J. Capistrano de Abreu*. In: SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927, s/p.

<sup>134</sup> Idem, s/p.

*Lopes de Sousa*, chama à atenção uma obra em particular: a *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> *Ibidem*, s/p.



## **2. *História da Colonização Portuguesa no Brasil: história colonial do Brasil ou história das colônias de Portugal?***

Originalmente publicada em fascículos mensais ao preço de 5\$000 réis “pagos por ocasião da entrega”, esta “Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil” contou com o “alto patrocínio do Governo Português” por despacho ministerial de 12 de maio de 1919, e com a consideração de ser caso de “utilidade pública pelo congresso nacional dos Estados Unidos do Brasil” em decreto número 4643 datado de 17 de janeiro de 1923.<sup>136</sup> Entretanto, tal “alto patrocínio” mal ultrapassou os limites de uma manifestação de apoio à publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Entre as fontes contemporâneas que foram utilizadas para compor o processo de anotação da *História geral do Brasil* de Varnhagen, realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, podemos considerar com segurança que a *História da Colonização* é uma das mais recorrentes nas notas de rodapé e de finais de seção, desempenhando um papel importante no processo de conformação e afirmação da autoridade discursiva de Varnhagen em relação às possibilidades de se efetuar determinados conjuntos de enunciados acerca da “História Pátria”.

Neste capítulo, tratar-se-á de como constituiu-se entre as duas *Histórias* em questão, uma espécie de movimento discursivo circular de autorreferenciação, semelhante ao discutido no capítulo anterior, em relação ao trabalho de coleta, crítica e editoração de fontes históricas coloniais por parte de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, e a função que tal processo exerceu na conformação discursiva de Varnhagen como a grande autoridade da história do Brasil para o referido período, especialmente em relação ao passado colonial e às implicações teóricas e epistemológicas desse fenômeno. Além disso, trataremos também, embora com brevidade, da própria história de produção da escrita da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

---

<sup>136</sup> As informações retiradas da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* que não possuam numeração de páginas foram retiradas da *Homenagem da Litografia Nacional* a Carlos Malheiros Dias e Albino de Sousa Cruz, em cujas páginas não há numeração. *Homenagem da Litografia Nacional*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional/ Sociedade Editora da Historia da Colonização Portuguesa do Brasil, 1921-1924, s/p..

## 2.1. Escrevendo a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*

A *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, essa “Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil”, foi organizada e patrocinada pelas colônias portuguesas residentes no Brasil, especialmente pelas colônias do Rio de Janeiro e do Pará, como parte dos inúmeros esforços comemorativos do início do século XX, dentre os quais incluíram-se por exemplo as comemorações da viagem de Vasco da Gama (1898), o IV Centenário da Descoberta do Brasil (1900), ou ainda o Centenário da Abertura dos Portos (1908).<sup>137</sup>

Fernando Catroga observou que a comemoração do Centenário da Independência do Brasil em Portugal caracterizou-se pela reduzida expressão historiográfica e esta timidez era habitual nas comemorações do Estado português. A edição da *HCP [História da Colonização Portuguesa do Brasil]*, nesse sentido, foi uma excepcionalidade, mas tratava-se de um empreendimento privado, patrocinado pela elite da colônia portuguesa com o intuito de fortalecer a “aproximação” luso-brasileira. A participação do Estado português limitou-se ao reconhecimento da sua “utilidade pública” e a isenção de impostos na compra de papel.<sup>138</sup>

Em 1918, José Augusto de Magalhães, presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Pará, sugeriu que uma grade obra comemorativa fosse realizada como forma de assegurar a defesa da herança portuguesa no Brasil. À época, desenrolava-se nas páginas de revistas,

<sup>137</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós-graduação em História, 2009, p.258-264. Sobre comemorações e eventos de cunho comemorativos no Brasil de início do século XX, ver: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.162-181; \_\_\_\_\_. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.48, p.145-170, 2004. Texto disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a07v24n48.pdf>. Acessado em 29/09/2010; \_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.147-170, jan., 2005. Texto disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg18-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf). Acessado em 29/09/2010.

<sup>138</sup> “Somente em 1923, contudo, a Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil obteve a isenção das taxas de importação do papel destinado a impressão e a abolição dos direitos de exportação dos livros portugueses. [...] De acordo como os editores, a coleção teria uma tiragem prevista de 25.000 exemplares *in-folio*, distribuída em fascículos aos assinantes. Contudo, as vendas teriam se fixado em 20.000 exemplares. Dessa cifra, 14.000 exemplares teriam sido vendidos no Brasil e os demais em Portugal. O sistema de venda em fascículos foi idealizado por Sousa Cruz para diminuir os custos de modo que a edição se autofinanciasse. Essa opção não era original e adequava-se ao restrito mercado editorial tanto do Brasil quanto de Portugal, embora os custos de impressão neste último fossem mais baixos. A preferência pela impressão na Europa era motivada por fatores econômicos (elevados custos industriais e desvalorização da moeda brasileira) e pela melhor qualidade técnica e estética. Segundo Hallewell, no fim do século XIX, “os trabalhos tipográficos no Rio tornaram-se duas vezes mais caros do que os da Europa: os serviços gráficos com ilustração podiam custar três vezes mais”. De fato, a coleção foi impressa em Portugal, na Companhia Litográfica Nacional entre 1921 e 1926”. Idem, p.270-271, 280.

livros e semanários, severa polêmica acerca do caráter da formação da nacionalidade brasileira, especialmente em suas relações de proximidade ou oposição à nacionalidade portuguesa. Desta forma, a função do elemento português na formação do Estado e da Nação brasileiros, assim como das possíveis relações institucionais entre Portugal e Brasil, recebiam destaque especial no debate público entre os homens letrados envolvidos nessas questões.<sup>139</sup>

Considerando tais relações, as quais o autor Jorge Luis Alves dos Santos denominou de lusobrasileirismo, podemos considerar que de um lado estavam os então denominados lusófilos, defensores da herança e da cultura portuguesas em relação à formação nacional brasileira, assim como não reticentes à presença e à função dos imigrantes lusos residentes no país; de outro lado, os lusófobos, resistentes à influência lusa e discordantes quanto à idéia de uma herança lusa positiva para o Brasil. Para os lusófobos, dentre os quais o autor considerou especialmente os papéis de Manoel Bomfim, Álvaro Bomílcar, Antonio Torres e João Ribeiro, o Brasil tornara-se uma país cheio de vícios e falhas, justamente em função de seu passado colonial e do modelo civilizacional luso aplicado ao país, o qual era considerado igualmente cheio de vícios e falhas. Em suma, o processo de colonização portuguesa aplicado ao Brasil era caracterizado como altamente exploratório, sendo uma espécie de “maldição” persistente, cujas consequências a nação brasileira ainda sofria naquelas primeiras décadas do século XX.<sup>140</sup>

Nesse sentido, dentro de tais debates acerca da função e do lugar de Portugal e dos portugueses no Brasil, a *História da Colonização* surgiu durante o referido período, como um projeto de grande importância na tentativa de valorização do elemento imigrante luso e do passado oriundo da ação colonizadora portuguesa no Brasil. Entretanto, essas não eram as únicas questões envolvendo o contexto de produção da referida obra. Nas primeiras décadas do século XX estavam em jogo em Portugal, assim como no Brasil, as questões relativas à

---

<sup>139</sup> “A sensibilização do Brasil para as comemorações tinha forte motivação simbólica presente em outras comemorações semelhantes posteriores: o Brasil era o desmentido empírico das críticas que procuravam negar a missão civilizatória do colonialismo português”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.263, 275-279. Sobre as polêmicas literárias e sobre a questão das discussões públicas acerca do possível caráter da formação da identidade nacional ocorridas de forma mais geral a partir da década de 1870, até as primeiras décadas do século XX, Roberto Ventura escreveu que “a proximidade entre os oponentes nos debates formou um *padrão reflexivo e dual* de debate, que pode ser relacionado às formas horizontais e pouco diferenciadas de conflito social e político à época. Embora os polemistas procurassem enfatizar as oposições, predominavam os caracteres comuns devido à relativa ausência de diferenciação teórica e ideológica até as primeiras décadas do século XX. As semelhanças eram, em geral, mais relevantes do que as supostas diferenças entre os adversários, que se lançavam aos ataques pessoais, como forma de enfatizar retoricamente sua individualidade e originalidade. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.78-80.

<sup>140</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.146-154.

formação do Estado e da Nação, período no qual tinha sido inclusive fundada, havia pouco tempo, a Primeira República portuguesa (1910-1926).<sup>141</sup>

Para que o projeto de publicação da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* fosse concretizado, o grupo reunido em torno de José Augusto de Magalhães, constituído pelos membros mais destacados da elite das colônias imigrantes lusas residentes no Brasil, considerou ser de suma importância a fundação de uma instituição que controlasse o processo editorial da *História da Colonização*. Assim, fundaram a Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil, com sede na simbólica rua Luís de Camões, número 30, no Rio de Janeiro, e cujas funções se dividiram da seguinte maneira: “uma diretoria composta por Carlos Malheiro Dias (direção literária), Albino Sousa Cruz (direção financeira), Roque Gameiro (direção artística) e o conselheiro Ernesto de Vasconcellos (direção cartográfica)”.<sup>142</sup>

Entretanto, a tarefa de produção e organização da *História da Colonização* coube de uma maneira mais destacada, a determinados indivíduos em especial, a saber: Albino Sousa Cruz e Carlos Malheiro Dias, dois dos mais importantes nomes da colônia portuguesa do Rio de Janeiro.

Fundador da Souza Cruz & Cia, empresa ligada ao beneficiamento e à comercialização de tabacos e seus derivados, foi Albino Sousa Cruz quem, em 1919, negociou os trâmites referentes ao processo de edição e levantou a maior parte dos capitais necessários para a concretização da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, participando inclusive das articulações “para a vinda do Presidente de Portugal, António José de Almeida, às comemorações do Centenário”. Assim, Sousa Cruz tornou-se não somente bastante influente dentro da colônia portuguesa no Rio de Janeiro, como também no âmbito mais amplo das relações denominadas lusobrasileiras. Albino chegou a ser aclamado por seus companheiros e admiradores como “mecenas da historiografia luso-brasileira”.<sup>143</sup>

Já Carlos Malheiro Dias pode ser considerado o grande articulador intelectual para a produção da *História da Colonização*. Jornalista, ficcionista e historiador, membro do Real

<sup>141</sup> “Assim, os diversos textos que a compuseram, principalmente aqueles escritos por Malheiro Dias, ecoavam os conflitos políticos e ideológicos que dividiam a sociedade portuguesa, notadamente as elites, no primeiro terço do século XX”. Idem, p.275.

<sup>142</sup> Ibidem, p.280. *Homenagem da Litografia Nacional* In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., s/p..

<sup>143</sup> “Albino Sousa Cruz (1874-1966) migrou para o Brasil em 1885. No Rio de Janeiro, empregou-se na fábrica de cigarros de José Francisco Correia (conde de Agrolongo) e ali trabalhou durante 18 anos. Em 1903, fundou a Souza Cruz & Cia. (Companhia Souza Cruz) e, em 1914, associou-se ao capital britânico. Praticamente retirado dos negócios, Sousa Cruz dedicou-se à filantropia e à vida comunitária das associações luso-brasileiras. Foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura (1919-1962) e presidente da Federação das Associações Portuguesas no Brasil (1941). A partir da década de 30, após a morte do José Júlio Pereira de Moraes (visconde de Moraes), Sousa Cruz torna-se a principal liderança da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e no Brasil”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.276-277.

Gabinete Português de Leitura, da Academia Brasileira de Letras (ocupando curiosa e simbolicamente a cadeira que antes fora de Eça de Queiroz), da Academia Portuguesa de História e da Academia das Ciências de Lisboa, Malheiro Dias graduou-se no Curso Superior de Letras da Universidade de Lisboa em 1899, curso pelo qual também se graduaram nomes como Cesário Verde, Eugênio de Castro, “dois dos principais poetas portugueses da segunda metade do século XIX”, como também o historiador brasileiro Oliveira Lima, o qual foi o único nome brasileiro a colaborar com a produção da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.<sup>144</sup>

Além disso, Malheiro Dias recebeu considerável reconhecimento público durante as décadas de 1910-30. Alguns de seus livros, como os volumes da trilogia composta por *Filho das ervas*, *Os Teles d’Albergaria* e *Paixão de Maria do Céu*, escritos entre os anos de 1900 e 1902, renderam-lhe reconhecimento tanto no Brasil quanto em Portugal, fazendo de Malheiro Dias um autor de destaque no cenário das letras lusobrasileiras. Outras obras, entretanto, como foi o caso de *A mulata*, acabaram legando ao escritor a fama de “antibrasileiro”, havendo sido considerada a narrativa ficcional em questão, um “insulto à nacionalidade [brasileira], exemplo do caráter pernicioso do lusitano”, um repositório “palavroso e moralizante” de idéias preconceituosas e misóginas.<sup>145</sup>

Carlos Malheiro Dias foi também redator e cronista de fatos cotidianos de Lisboa ou do Rio de Janeiro, tendo escrito para as revistas *O Cruzeiro* e *Revista da Semana*. Dessa última tornou-se sócio juntamente com Arthur Brandão e Aureliano Machado na Companhia Editora Americana, proprietária da *Revista*. Já o semanário *O Cruzeiro*, ao contrário, foi fundado por Dias em 1928 e garantiu ao autor uma considerável fortuna e segurança financeira, além de maior popularidade não somente entre os membros das colônias portuguesas residentes no Brasil, como também dos próprios leitores brasileiros. Apesar dessas contradições, Malheiro Dias alcançou considerável sucesso em sua carreira literária, a qual lhe proporcionou uma grande série de oportunidades extraliterárias, como a indicação ao final de sua vida para o posto de embaixador na Espanha. Inicialmente simpaticante de Salazar,

---

<sup>144</sup> “Carlos Malheiro Dias nasceu no Porto em 13 de agosto de 1875.595 O pai, Henrique Malheiro Dias, era representante de uma companhia francesa de seguros e a mãe, Adelaide Carolina de Araújo Pereira, era brasileira natural do Rio Grande do Sul. A ascendência brasileira pelo lado materno foi sempre salientada por Malheiro Dias, principalmente, nos momentos de acirramento das polêmicas em que se envolveu com antagonistas brasileiros. As origens familiares do lado materno, nesse sentido, atuavam como reforço identitário individual e afetivo do vínculo histórico e cultural entre Brasil e Portugal. Os avós paternos, de outro lado, eram provenientes da freguesia de Santa Eulália de Barrosa, comerciantes inseridos na burguesia liberal e agraciados com mercês honoríficas pelo regime consolidado nos anos 1820/1830”. Idem, p.186-187, 190-193.

<sup>145</sup> Ibidem, p.211-219, 241-243.

Malheiro Dias observou aos poucos os exageros autoritários da ditadura portuguesa salazarista, afasatando-se posteriormente do regime.<sup>146</sup>

A malograda nomeação para embaixador na Espanha, em fevereiro de 1935, seria a recompensa por sua adesão ao regime ou, nas palavras de Sarmento Pimentel, Salazar “trouxe-o à corda com a promessa de fazê-lo embaixador em Madrid”. Talvez a embaixada fosse algo mais transcendental do que recompensa ou astúcia de Salazar. Para Augusto de Castro, tratava-se de uma aspiração da adolescência e a consagração oficial da existência moral e material de Malheiro Dias.

A incerteza quanto à efetivação da embaixada, em razão da gravidade das sucessivas doenças (icterícia seguida de derrame cerebral) que o acometeram na mesma época, trouxe dissabores a Malheiro Dias então em difícil situação financeira e familiar.<sup>147</sup>

Em relação aos seus trabalhos historiográficos, além de sua importante função para a realização da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, sua “proximidade com a elite da colônia” lhe garantiu, em 1895, a oportunidade de “receber dois contos de réis de António Gomes de Avelar (conde de Avelar) pela escrita de uma história da Beneficência Portuguesa”.<sup>148</sup> Além disso, foi sócio correspondente da Sociedade Capistrano de Abreu, agremiação fundada em 11 de setembro de 1927, na antiga casa de Capistrano no Rio de Janeiro.<sup>149</sup>

<sup>146</sup> Ibidem, p.199-205-208.

<sup>147</sup> Ibidem, p.208.

<sup>148</sup> Ibidem, p.191.

<sup>149</sup> Uma lista com os nomes dos membros da Sociedade Capistrano de Abreu pode ser encontrada ao final de todo livro editado pela Sociedade, como por exemplo ao final de *Ensaios e Estudos*. ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p.351-359. “Em 11 de setembro de 1927, foi criada na cidade do Rio de Janeiro a Sociedade Capistrano de Abreu, instituição com o fim deliberado de ‘preservar’ a memória do recém-falecido historiador Capistrano de Abreu. A Sociedade manteve suas atividades por 42 anos e por ela passaram significativos representantes do campo letrado nacional e estrangeiro, como Mário de Andrade, Manuel Bonfim, Assis Chateaubriand, Câmara Cascudo, Franz Boas, Paul Rivet e H. G. Wells. Nessas quatro décadas, a instituição possuiu como dirigentes mais significativos e cujas ações foram mais incisivas na construção da memória de Capistrano de Abreu, os historiadores Paulo Prado, Rodolfo Garcia e José Honório Rodrigues”. SILVA, Ítala Byanca M. da. Anotar e prefaciá-la obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. n.3, p.83-105, setembro/2009, p.84. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/55/35>. Acessado em 04/01/2011. “A Sociedade Capistrano de Abreu possuía uma organização semelhante a do IHGB. O grêmio consistia na reunião de intelectuais divididos em níveis de pertencimento, ou seja, sócio efetivo (110 vagas), sócio correspondente ou honorário (30 vagas). Porém, o número de sócios é um demonstrativo do caráter peculiar e distintivo desta instituição em relação as suas contemporâneas. O IHGB, por exemplo, tinha a sua quantidade de sócios efetivos limitada ao número de 50. Todavia, o caráter congregador da Sociedade Capistrano de Abreu, pelo menos em sua primeira formação, não se definia apenas por uma afinidade intelectual, mas por uma prática baseada no exercício da amizade e de ‘culto’ a Capistrano de Abreu, por isso o número tão elevado de sócios”. SILVA, Ítala Byanca M. da. Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o “Caminho do Mar”. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: 2006. Texto disponível em: <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf> . Acessado em 18/05/2010.

Assim, ao término da coleção (o volume III começou a ser publicado em 1924), ela [a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*] foi apresentada como o resultado da conjunção da inteligência e do trabalho, pelos impressores, a Companhia Litográfica Nacional. Em primeiro lugar, Malheiro Dias, o capital intelectual: “Porque, científica e literariamente, esta obra magistral é quase exclusivamente de sua traça e delineamento. Ele foi o arquiteto e o obreiro desta prodigiosa construção”. Depois, mas em plano não menos importante, Sousa Cruz, o capital financeiro e dotado do senso prático exigido para a consecução da empreitada. [. . .] Ambos, o intelectual e o capitalista se distinguiam pelo patriotismo, o espírito de abnegação e iniciativa que juntamente com os “copiosos recursos da Colônia Portuguesa do Brasil” tornaram possível a *HCP*.<sup>150</sup>

Todavia, é importante avaliarmos também quais foram os outros autores responsáveis pela composição e escrita da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Tal grupo foi formado de maneira quase absoluta por ilustres letrados portugueses da década de 1920, sendo a única exceção, a presença do diplomata e historiador brasileiro Manuel de Oliveira Lima, o qual foi responsável pela escrita da história acerca da capitania de Pernambuco. Além de ter se graduado no Curso Superior de Letras em Lisboa, inaugurou a cátedra de estudos brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1923. Oliveira Lima também foi membro do IHGB e professor na Universidade Católica de Washington.<sup>151</sup>

Projetada inicialmente para compor cinco volumes, a *História da Colonização* acabou constituída por apenas três volumes, denominados respectiva e ordinariamente como *Os precursores de Cabral*, *A epopéia dos litorais* e *A Idade Média Brasileira (1521-1580)*.

A primeira parte da *HCP* (volumes I e II) privilegiava os antecedentes da viagem de Cabral; o levantamento do estado da arte náutica, da cartografia e astronomia em Portugal em fins do século XV; os primeiros contatos com a gente da terra, o reconhecimento geográfico do litoral. A segunda parte (volume III) trata do início efetivo da ocupação e conquista do território com a instalação das Capitânicas Hereditárias (a capitania de Pernambuco, a Nova Lusitânia, foi a única a ter um capítulo exclusivo) e do Governo Geral (governos de Tomé de Sousa e Duarte da Costa).<sup>152</sup>

De acordo com Malheiro Dias, o espaço destinado a autores brasileiros aumentaria nos volumes IV e V, a serem publicados a partir da segunda metade dos anos de 1920 mas que nunca foram publicados. Entre os autores brasileiros que deveriam tomar lugar em tal empreendimento, destaca-se principalmente a inclusão do nome de Afrânio Peixoto, o qual, justamente nesse período, mais especificamente no ano de 1923, ocupou a presidência da

<sup>150</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.278.

<sup>151</sup> Idem, p.293. Sobre a atuação de Oliveira Lima no IHGB, e sobre a situação da instituição à época, ver: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

<sup>152</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.286-287.

Academia Brasileira de Letras e coordenou em conjunto com outros intelectuais brasileiros, dentre os quais Capistrano e Garcia, como referido anteriormente, um grande esforço para publicar duas grandes coleções de obras raras que tratassem dos “classicos nacionaes” da literatura e da história.<sup>153</sup> Tais volumes finais deveriam abranger o intervalo entre a segunda metade do século XVI até o Segundo Reinado. Segundo Alves, isso transformaria a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* em uma história do Brasil.<sup>154</sup>

Além de Carlos Malheiro Dias, destacam-se entre os diversos autores portugueses os seguintes nomes: António Baião, Jaime Cortesão, Julio Dantas e Carolina Michäelis de Vasconcelos.

Formado pelo curso de direito da Universidade de Coimbra, Antônio Baião foi um importante historiador e arquivista português. Baião trabalhou por muitos anos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pertenceu às Academias das Ciências de Lisboa e Portuguesa de História. Conforme registraram Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, deve-se em grande parte a Antônio Baião, juntamente com Lúcio de Azevedo, os créditos pela descoberta na Torre do Tombo e pela publicação na revista da instituição da série de documentos relativos à *Primeira visitação do Santo Officio as partes do Brasil*. Além disso, ficaram sob sua responsabilidade os capítulos *O Comércio do Pau Brasil* do segundo volume e *A Expedição de Cristóvão Jacques* constante no terceiro.<sup>155</sup>

Jaime Cortesão formou-se médico mas foi também um importante historiador, escritor e político. Jaime trabalhou durante muitos anos na Biblioteca Nacional de Portugal, mas em função das crises políticas portuguesas do início do século e do agravamento dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, foi morar no Rio de Janeiro, onde lecionou e se dedicou às pesquisas acerca da história dos descobrimentos portugueses, sendo justamente Cortesão quem ficou responsável pela escrita do capítulo *A Expedição de Cabral*, no segundo volume.<sup>156</sup>

Julio Dantas também se graduou em medicina e foi um renomado escritor de teatro e jornalista. Dantas foi presidente da Academia das Ciências de Lisboa durante quarenta anos e sob sua pena ficou consignada a escritura do capítulo *A Era Manuelina* para o primeiro tomo. Já a filóloga Carolina Michäelis de Vasconcelos, professora da Universidade de Lisboa, ficou

<sup>153</sup> GARCIA, Rodolfo. *Introdução Geral* In: CARDIM, Fernão, op. cit., p.7.

<sup>154</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 284

<sup>155</sup> ABREU, J. C.. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de, op. cit., 1925, p.7. GARCIA, Rodolfo. *Introdução*. In: MENDOÇA, Heitor Furtado de, op. cit., 1929, p.XXXIII. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.289-290, 292.

<sup>156</sup> Idem, p.290-291.



responsável pela transcrição, reprodução e comentários acerca da Carta de Pero Vaz de Caminha, presente no segundo volume da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.<sup>157</sup>

Por fim, em relação aos capítulos sob a responsabilidade de Carlos Malheiro Dias, sobre cuja vida e carreira discutimos anteriormente, podemos afirmar que ele foi o responsável pelo maior número de textos presentes na *História da Colonização*, compondo tais textos um total de 8 capítulos. Primeiramente, ele foi responsável pela escrita da Introdução do primeiro e do terceiro volumes. No que tange ao segundo volume, Malheiro Dias foi o responsável pelos capítulos *A Semana de Vera Cruz*, *A Expedição de 1501* e *A Expedição de 1503*. E para o terceiro volume compôs *A Expedição de Cristóvão Jacques*, *A metrópole e suas conquistas nos reinados de D. João III, D. Sebastião e Cardeal D. Henrique* e *O regímen feudal das donatárias*.

Uma característica importante desse conjunto de textos é que as narrativas se orientam por um enredo geral no qual o caráter heróico da colonização portuguesa é ressaltado, assim como a herança das tradições lusas que conformariam em parte o povo brasileiro.<sup>158</sup> Dessa forma, a colonização da América portuguesa se configurava na narrativa da *História da Colonização*, no sentido de afirmar o processo colonizador instituído no Brasil como o grande exemplo de expansão e de continuidade da cultura e das tradições de Portugal em terras distantes. Além disso, segundo Alves, “essa imagem estendia a Idade de Ouro portuguesa para o contemporâneo e justificava novas pretensões imperiais, desta vez, em razão de formar um terceiro império na África, onde os ‘lusíadas’, após a redescoberta da grandeza do passado, criariam ‘novos Brasis’”.<sup>159</sup>

<sup>157</sup> Ibidem, p.282-283, 290-292.

<sup>158</sup> Acerca de como a estrutura narrativa dos discursos historiográficos se relaciona com a seleção crítica dos fatos que a tornará possível de ser construída, assim como sobre o status da narrativa historiográfica e as implicações epistemológicas dessa reflexão, o crítico literário Hayden White propôs em seu polêmico e discutido livro denominado *Metahistory*, que a narrativa historiográfica possui um caráter necessariamente ficcional e a despeito de suas características e pretensões potencialmente científicas. Segundo White, o qual argumenta segundo a teoria tropológica do discurso, o próprio campo discursivo determina que a linguagem seja acima de tudo uma mediação entre a realidade e a cognição de um sujeito. E tal campo discursivo é formado por um campo conceitual que prefigura e media a nossa apreensão da realidade assim como nossa experiência. Para finalizar, Hayden White argumenta que ocorrem prefigurações de enredo das narrativas historiográficas de acordo com a forma que, e mediado pelo campo discursivo e conceitual, o historiador ordena e dispõe os elementos factuais dentro da estrutura de sua narrativa. Em *Metahistory*, White propôs uma tipologia de formas metais e de “enredamento” (*emplotment*) historiográficos estruturantes da narrativa, depois de analisar as obras de alguns historiadores e filósofos da história do século XIX, tais como Burckhardt, Michelet, Ranke e Tocqueville entre os primeiros, e Hegel, Marx, Nietzsche e Croce entre os últimos. WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1975. \_\_\_\_\_, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>159</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.265. \_\_\_\_\_, *A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a “História da Colonização Portuguesa do Brasil*. In: Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Rio de Janeiro: 2006. <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf>.

Naquele contexto, avolumava-se, nas primeiras décadas do século XX, uma literatura voltada para o enaltecimento desta relação especial com ênfase na valorização da colonização portuguesa como raiz da sociedade brasileira. Assim, a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (doravante abreviada para *HCP*) pensada como contribuição da colônia portuguesa às comemorações do Centenário da Independência em 1922 situou-se como obra emblemática do discurso da aproximação luso-brasileira.

De um lado, a *HCP* foi parte de um determinado contexto político-cultural, marcado pela ênfase no discurso sobre a nação e a nacionalidade e, de outro, ela ia ao encontro de um aspecto particular desse contexto que era a inserção de uma determinada memória do luso-brasileirismo (imaginário, percepções e sensibilidades) na historiografia brasileira, cuja preservação estava associada aos interesses das elites econômicas e intelectuais da colônia portuguesa.<sup>160</sup>

Em suma, a história das colônias portuguesas na América estruturada na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* orientava tal narrativa histórica no sentido de representar a história do Brasil do período colonial ao da independência como um longo processo de continuidade no qual a herança lusa tinha importância central. Assim, o Brasil do início do século XX, especificamente o das duas primeiras décadas, parecia representar para os autores da referida obra, todo o mérito e glória tanto dos portugueses colonizadores do passado colonial e do presente republicano, como dos brasileiros que perpetuaram ou daqueles que ainda poderiam perpetuar tal empreendimento civilizacional.

## 2.2. “O verdadeiro ponto de vista nacional”: a “História Pátria” entre dois monumentos

Após uma breve exposição sobre a história da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, convém aprofundarmos um pouco mais a análise da referida obra no sentido de nos aproximarmos mais da questão central proposta neste estudo, ou seja, de nos questionarmos acerca de como o trabalho de anotação da *História geral do Brasil* efetuado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia colaborou no processo de instituição discursiva de Varnhagen enquanto a principal autoridade da historiografia brasileira a partir da segunda metade do século XIX até aproximadamente a primeira metade do século XX quando foi publicada a quarta edição crítica anotada por Rodolfo Garcia em 1953. Nesse processo de anotação crítica da *História geral*, a *História da Colonização* ocupou papel importante e curioso, especialmente considerando o espaço que as produções historiográficas contemporâneas aos anotadores ocuparam nas notas. Ao lado dos documentos recém publicados ou reproduzidos

---

<sup>160</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p.267.

nas notas, principalmente nas de finais de secção, assim como ao lado das diversas monografias e edições da *Revista* do IHGB, a grande recorrência das referências à *História da Colonização Portuguesa do Brasil* chama a atenção. Dessa forma, poderemos observar com mais acuidade a conformação do discurso sobre a história nacional em torno do nome e da obra de Varnhagen durante o referido período.

As proximidades existentes entre o grande livro varnhageniano e a “Edição Monumental” lusa da história brasileira foram muito maiores do que as aspirações ao caráter oficial e os limitados apoios oficiais que receberam das respectivas instituições governamentais ou de especialistas. A *História da Colonização*, como afirmado anteriormente, estampou em inúmeras páginas de seus fascículos mensais, como forma de agradecimento, o reconhecimento ao “alto patrocínio do Govêrno Português” e ao decreto número 4643 de 17 de janeiro de 1923, segundo o qual a obra foi considerada de “utilidade pública pelo congresso nacional dos Estados Unidos do Brasil”.<sup>161</sup>

Já a *História geral do Brasil*, no que tange as duas primeiras edições publicadas ainda em vida de seu autor, contou com limitado apoio régio e suporte institucional do IHGB, ainda que o amparo possibilitado pelo Instituto seja discutível e restrito. O “alto patrocínio do Govêrno Português” à *História da Colonização Portuguesa* foi muito mais simbólico do que funcional, não ultrapassando os limite do subsídio ao papel para a impressão da obra. No caso da *História geral*, o suporte do IHGB deve ser compreendido antes pela função que Varnhagen ocupou em uma das comissões destinadas a descobrir documentos importantes para a história do Brasil nos arquivos europeus, pelas oportunidades que o Visconde obteve para publicar textos e documentos por ele descobertos na *Revista Trimensal do Instituto*, assim como pelo apoio simbólico de ter sido premiado pelo Instituto por um de seus textos, já que a referida obra não obteve a chancela oficial da agremiação.<sup>162</sup>

Entretanto, compartilharam além do epíteto de “monumentos”, proximidades teóricas quanto à concepção de história que as embasou, quanto à seleção da documentação utilizada e quanto à *perspectiva orientadora* de viés nacional. Porém, muito mais que proximidades, é possível alegar que existiu uma espécie relação de identidade e de afirmação mútua dos discursos. Começemos pela fundamentação dos argumentos.

<sup>161</sup> *Homenagem da Litografia Nacional* In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., s/p..

<sup>162</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 1995, p.498-501, 558-561. Segundo Lúcia Guimarães, a imagem de Varnhagen dentro do IHGB teria sido reabilitada ao longo das duas primeiras décadas iniciais do século XX, principalmente em função da descoberta dos manuscritos da *História da Independência do Brasil* nos arquivos do Barão do Rio Branco no Palácio do Itamaraty. \_\_\_\_\_, op. cit., 2007, p.89-90, 115-125.

Na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, “A força dos argumentos assenta irrefragavelmente sobre uma base indestrutível de documentação”. Como afirmaria o texto de introdução à obra, “nela se encontram citadas tôdas as fontes para o estudo da história brasileira”, “fazendo pormenorizada referência a tôda a bibliografia concernente ao tema versado”.<sup>163</sup> Ou seja, sobre o tema da colonização portuguesa do Brasil como bem afirma o título, tema comum também à *História geral do Brasil*.

Parte importante dos documentos primários utilizados pela *Historia da Colonização* coincidem com as fontes utilizadas por Varnhagen na escrita de sua *História geral* e posteriormente validadas pelos seus anotadores, como por exemplo Frei Vicente do Salvador, Gândavo, Frei Gaspar de Madre Deus, Fernão Cardim, o *Orbe Seráfico* de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, e o *Diário* de Pero Lopes de Sousa, editado por Varnhagen em 1839. Aliás, grande parte desses documentos foi, se não descoberta por Varnhagen, avaliada criticamente, revisada e editada pelo Visconde e seus anotadores. A própria “Introdução” da *Historia da Colonização* inicia-se com uma epígrafe do *Roteiro geral* de Gabriel Soares de Sousa, descoberto e editado originalmente por Varnhagen.<sup>164</sup>

Além disso, constam citados e referenciados inúmeros volumes da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de revistas de Institutos regionais brasileiros, assim como obras do próprio Capistrano de Abreu e inclusive do próprio Varnhagen. Os organizadores da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* utilizaram largamente informações retiradas da primeira, da segunda e mesmo da terceira edições da *História geral do Brasil* para compor a obra. Fato curioso, uma vez que tal obra é uma das mais utilizadas por Capistrano, e especialmente por Rodolfo Garcia, durante o processo de anotação da *História geral* entre o período de 1907 e 1927. Ao mesmo tempo em que a *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* é utilizada como fundamentação do processo de anotação crítica da *História* de Varnhagen por Capistrano e Garcia, a grande obra do Visconde é utilizada como documento fundamental por parte da *Historia da Colonização Portuguesa*. Ambas as respectivas obras “monumentais” se utilizam como documento. Creio que nesse círculo de autorreferenciação discursiva, enquanto Capistrano e Garcia utilizaram a *Historia da Colonização Portuguesa do*

<sup>163</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p. XXXV.

<sup>164</sup> Idem, p. I. “Varnhagen descobriu e/ou editou diversos documentos básicos para a história do Brasil, como, por exemplo e apenas sobre material do século XVI, um inédito de frei Luís de Sousa, permitindo esclarecer a expedição de Cristóvão Jacques; o *Diário de navegação*, de Pero Lopes de Sousa; documentos sobre os problemas diplomáticos entre Francisco I e D. João III; o livro de Nau Bretoa, de 1511; a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim; e o *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, cuja autoria definiu e cujo texto estabeleceu em definitivo na edição de 1851.”. WEHLING, Arno, op. cit., p. 140. CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). *História em revista*. Pelotas, v. 6 (dez. 2000), p. 37-58.

*Brasil* como uma importante obra contemporânea para fundamentar a tarefa de anotação crítica da *História geral*, os autores da *Historia da Colonização* utilizaram o “monumento” do Visconde de Porto Seguro como uma forma de consolidar o seu próprio discurso historiográfico. De uma certa maneira, o caráter monumental tão exaltado na *História* de Varnhagen era desejado também pelos organizadores e autores da edição lusa. Analisando alguns trechos da *Historia da Colonização*, especialmente na *Introdução* escrita por Carlos Malheiro Dias, podemos observar tal fato, como se segue abaixo:

Monumento erigido com altos e patrióticos intuitos, a História da Colonização Portuguesa do Brasil foi considerada digna de servir de modelo a uma obra similar projectada pela Sociedade de Geografia de Madrid e a Real Academia de História Espanhola.

Pela autoridade dos seus colaboradores, pela importância dos documentos nela incorporados, pelas alterações críticas que introduz no exame de muitos dos acontecimentos que analisa, esta obra é considerada como o maior tentamen até aos nossos dias realizado para elucidação e interpretação fiel da História do Brasil.<sup>165</sup>

Os inúmeros trechos laudatórios presentes nas Introduções de Malheiro Dias levam-nos a crer que os organizadores e autores da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* acreditavam ter construído “o maior tentamen até aos nossos dias realizado para elucidação e interpretação fiel da História do Brasil” de forma a “representar [não somente] a contribuição dos portugueses do Brasil na comemoração do primeiro centenário da Independência da maior nação latina da terra, nascida do seio materno de Portugal”, como também de simbolizar a importância da contribuição efetivada pelos inúmeros colonizadores portugueses durante todo o período colonial da história do país, indicando um sentido para a história nacional do Brasil segundo o qual o elemento luso possuiria função essencial.<sup>166</sup> Embora se trate de um texto de apresentação repleto de retórica laudatória, parece que os organizadores portugueses almejavam antes inserir Portugal na história do Brasil do que o contrário, ou seja, o Brasil na história nacional lusa.

Este sentido implicado à narrativa da história colonial seria o de que a história do Brasil estaria conformada desde os descobrimentos, e através da consequente evolução da

<sup>165</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.XXXV.

<sup>166</sup> Sobre a implicação de sentido a um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos através de sua expressão linguística e estruturação discursiva, e sobre o fenômeno de autorreferência do discurso, Paul Ricoeur afirmou que “se todo discurso se atualiza como acontecimento, todo discurso é compreendido como sentido”. Segundo o autor, o que podemos comunicar de uma experiência é justamente o sentido que implicamos na construção de sua expressão linguística, ou seja, de sua constituição em um discurso, e não os acontecimentos ou experiências que deles tivemos. RICOEUR, Paul. *Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2006, p.24-26. *Homenagem da Litografia Nacional* In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., s/p..

condição de colônia à condição de “maior nação latina [e independente] da terra”, a emanar uma aura de glória à antiga metrópole que, no momento de produção da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, passava por uma sequência de acontecimentos políticos traumáticos. Sendo assim, a *Historia da Colonização* deveria “ser, no futuro a mais bela e a mais pura glória deste período triste e de abatimento nacional” português.<sup>167</sup> Com certeza as duas primeiras décadas do século XX foram um momento crucial na história de Portugal.

No caso do Brasil, a Abolição da escravidão, em 1888, foi um evento-chave, selando a sorte da monarquia, já profundamente combatida por seu “excessivo centralismo”, na medida em que dela retirou seu derradeiro apoio: o dos últimos escravocratas do país. Nesse sentido, a República se estabeleceu de um golpe, mas ela vinha de longe e não encontrou maiores resistências. Em Portugal, a República foi precedida de acontecimentos traumáticos, como o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luís Felipe, em 1908.<sup>168</sup>

Desta forma, os autores da *Historia da Colonização* pareciam tentar recuperar para Portugal, durante esse “período triste e de abatimento nacional” – no qual a monarquia lusa chegara ao fim, surgindo uma república ainda vacilante –, e através da realização de uma grande narrativa sobre a história da colonização portuguesa do Brasil, um pouco da glória de outrora, assim como pareciam desejar absorver também um pouco da glória da antiga colônia que se tornara não somente independente havia um século, mas também uma república aparentemente promissora. Era como se o filho pródigo fosse louvado com o intuito de enaltecer os feitos da mãe, para glorificar “a contribuição dos portugueses do Brasil na comemoração do primeiro centenário da Independência da maior nação latina da terra, nascida do seio materno de Portugal”. Ou talvez fosse uma tentativa de mostrar que, apesar de tal “período triste e de abatimento nacional”, ainda restasse a Portugal uma glória emanada do passado, observada sobretudo através da história de sua antiga colônia.

Em relação à prefiguração do passado em história, mais especificamente em história nacional, podemos observar tanto na *História geral do Brasil* de Varnhagen quanto na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, que as antigas colônias portuguesas na América prefiguravam em suas narrativas o futuro Estado nacional brasileiro. Acerca de Frei

---

<sup>167</sup> Idem, s/p. Sobre a relação entre o momento político experimentado pelos portugueses ao início do século XX com a instauração da Primeira República e sua relação com a produção da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Jorge Alves afirmou que “de um lado, houve a discussão da posição de Portugal e dos portugueses no Brasil, no qual a HCP era parte de um projeto de valorização da presença lusa e, de outro, a HCP estava vinculada à questão nacional em Portugal durante o período da Primeira República (1910-1926). Assim, os diversos textos que a compuseram, principalmente aqueles escritos por Malheiro Dias, ecoavam os conflitos políticos e ideológicos que dividiam a sociedade portuguesa, notadamente as elites, no primeiro terço do século XX”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p.275.

<sup>168</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.95-96.

Gaspar de Madre Deus, o qual fora largamente utilizado por Varnhagen, Capistrano e Garcia, afirmaram que “ele é o exemplar mais completo do cronista patriota e bairrista”, sendo necessário “tornar o frade beneditino uma figura das mais representativas da sociedade brasileira colonial”.<sup>169</sup> Entretanto, o mais interessante foi considerarem que o primeiro século de existência das colônias portuguesas na América fosse justamente o período da “Idade Média brasileira (1521-1580)”.<sup>170</sup>

Durante as primeiras décadas do século XX, especialmente até a década de 1940, se desenvolveu, entre alguns dos mais renomados membros da elite letrada brasileira, como Capistrano de Abreu e Sílvio Romero entre outros, um intenso debate de idéias políticas e culturais, no qual a historiografia ocupou lugar de destaque. Nesse debate, a grande questão era determinar as causas do “atraso” no desenvolvimento do país e as características essenciais da formação do “povo brasileiro”, de forma que fosse possível elaborar um projeto civilizacional de “modernização” do Brasil. Além disso, uma vez que o Brasil havia deixado de ser um império e se tornado uma República, tais intelectuais consideraram que o desafio assumido de modernizar o país constituiria uma etapa necessária do desenvolvimento nacional. Passados o regime monárquico e a sociedade escravocrata, parecia ser natural àqueles homens letrados que o momento posterior fosse logicamente melhor.<sup>171</sup>

O Centenário [da Independência] mobilizou as elites brasileiras no sentido de comemorar a fundação do Estado-nação. Se o reconhecimento do Estado como realidade histórica e política era unânime, o mesmo, porém, não se podia afirmar sobre a segunda metade, a nação. A nacionalidade permanecia um vasto campo de digressões e especulações de cunho filosófico, literário e político, no qual se alimentavam a cultura política, os mitos políticos e a literatura. Assim, no início da década de 20, as manifestações de grupos nacionalistas e o movimento modernista na literatura e nas artes sinalizavam a questão nacional como foco central da vida intelectual e política.<sup>172</sup>

Entretanto, um conceito de história marcadamente caracterizado por noções como a de progresso, assim como orientado pelo viés da história nacional, que fosse capaz de sustentar um projeto de formação de Estado nacional liberal vigorou não somente no Brasil, como também em Portugal. Tal “projeto de estado liberal” postulou em ambos os países uma proposta de república que acarretaria necessariamente a evolução de tais Estados e nações.

<sup>169</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.XXXVIII.

<sup>170</sup> *Homenagem da Litografia Nacional* In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., s/p..

<sup>171</sup> GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p.21-29. VENTURA, Roberto, op. cit.. Ver também: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>172</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p. 268.

Em Portugal, o progresso estaria condicionado à sua integração plena entre o conjunto das potências europeias contemporâneas, no Brasil, tratava-se modernizar e inserir o país no “concerto das nações civilizadas”.<sup>173</sup>

Nas páginas de seus *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*, “memória apresentada à consideração do Instituto Histórico em 20 de outubro de 1914”, Rodolfo Garcia apresentou além de uma proposta de classificação bibliográfica para as bibliotecas brasileiras, uma breve história sobre os referidos sistemas de classificação e sobre os sistemas modernos de produção bibliográfica.<sup>174</sup> O dado interessante é que deixando entrever uma concepção de história moderna que podemos caracterizar como progressista, teleológica, ordenada temporalmente de forma linear e direcionada segundo um fim específico no qual o tempo adquire características qualitativas, Rodolfo Garcia estabeleceu uma caracterização curiosamente congruente para o período colonial do século XVI, o qual foi caracterizado na *Historia da Colonização Portuguesa* como a “Idade Média brasileira (1521-1580)”.

Segundo o autor, essa foi uma época que poderia ser classificada como “Período primitivo (1500-1530)” seguido pela “Colonização (1530-1624)”.<sup>175</sup> Ou seja, o século XVI, notório pelo espaço de tempo caracterizado como colonial, era reconhecido não somente pelos autores da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* como também por Rodolfo Garcia, como um período inicial e de certa forma negativo da história do Brasil. Inicial pois ambas as obras deixaram registrado que o século XVI representou o início do desenvolvimento do que se tornaria o Brasil e sua história. De certa forma negativo, pois por um lado tal período foi caracterizado como a “Idade Média brasileira”, e o conceito de “Idade Média”, o qual se generalizou no século XVIII e se transformou em um “*topos* fixo da periodização histórica” no século XIX, é frequentemente carregado de sentido pejorativo; e de outro, foi descrito como “primitivo”, ou seja, não evoluído, uma vez que, como afirmado acima e de acordo com o conceito moderno de história, o fluir temporal adquire características marcadamente qualitativas.<sup>176</sup>

Para deixar a etapa “primitiva” de desenvolvimento, o transcorrer da história do Brasil deveria entrar em outra fase, a saber, a de “Colonização”. Portanto, a colonização portuguesa da América no passado teria retirado o Brasil – ou melhor, aquilo que para os referidos

<sup>173</sup> GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p.96.

<sup>174</sup> GARCIA, Rodolfo, op. cit., 1969, p.11, 13-19.

<sup>175</sup> GARCIA, Rodolfo, op. cit., 1969, p.36.

<sup>176</sup> KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 2006, p.271. \_\_\_\_\_ . *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004, p.17.



autores conformaria desde já o futuro Estado nacional – de um estágio “primitivo” que nem sequer era colonial para um outro positivamente posterior. Nessa estrutura composta por estágios que se sucedem ou se precedem, o período colonial constituiria uma etapa formativa importante do Estado nacional brasileiro moderno pois teria sido especificamente através do período denominado “Colonização” que a futura nação teria deixado sua condição primitiva. Essa forma de ordenamento e de classificação da historiografia deixa entrever uma “reinvidicação qualitativa” do tempo histórico, pois faz parecer natural que todo tempo posterior deva ser necessariamente novo ou mesmo melhor que os espaços de tempos precedentes por poder indicar um repositório de experiências maior.<sup>177</sup>

Entretanto, existe uma diferença fundamental nas duas classificações. Seria difícil imaginar que os autores portugueses caracterizassem de forma específica e necessariamente negativa o século XVI da história colonial do Brasil. Esse foi justamente o período áureo da história portuguesa. É a partir do final do século XV e mais especialmente no decorrer do século XVI que o reino português conheceu seu grande esplendor através dos Descobrimentos e das grandes navegações transoceânicas, expandindo não somente a glória de Portugal, como também suas riquezas, influência e poder no contexto dos Estados europeus e em diversas localidades na África, na Ásia e na América. Mesmo apesar do progressivo processo de crítica historiográfica a respeito do período áureo da história portuguesa ocorrido a partir de meados do século XIX, como por exemplo a dessacralização da Batalha de Ourique tal como operada pela crítica do historiador e literato português Alexandre Herculano, ainda foi possível encontrar nas páginas da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, uma considerável exaltação de Alcácer Kibir.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 2006, p.274.

<sup>178</sup> Uma discussão crítica bastante interessante sobre a história portuguesa e seus períodos áureos, assim como sobre suas respectivas interpretações míticas, está na *Solemnia verba* de Alexandre Herculano, conjunto de textos o qual pode ser considerado como sendo possivelmente, ao lado das *Reflexões Críticas* de Varnhagen, um dos primeiros registros de reflexões teóricas sobre história escrito em língua portuguesa. Segundo José Honório Rodrigues, “as *Reflexões Críticas* de Varnhagen, a primeira aplicação crítica, a *Solemnia Verba* de Alexandre Herculano, a primeira expressão dos rigorosos métodos críticos europeus desconhecidos da historiografia brasileira, se completam com os maravilhosos prolegômenos de Capistrano de Abreu à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, publicados em 1918. São três momentos essenciais da metodologia e da historiografia brasileiras”. RODRIGUES, José Honório. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira (1816-1878). *Revista de Historia de America*. Mexico n.88 (jul./dic. 1979), p.101-102. HERCULANO, Alexandre. *Solemnia verba: cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850. “Naquele contexto, a historiografia portuguesa oitocentista voltou-se para a extirpação de explicações metahistóricas do passado de Portugal como foi o caso da dessacralização da batalha de Ourique por Alexandre Herculano. A investigação histórica concentrou-se, de um lado, na coleta e publicação de *corpus* documentais e, de outro, também, na exaltação dos origens do Estado-nação, da expansão marítima e do império ultramarino português”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., p.288. DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.LXII.

A afirmação de que o período colonial representou a “Idade Média brasileira” abre espaço a determinadas possibilidades semânticas. Primeiramente, predicar o passado colonial do Brasil como “Idade Média” inscreve a existência do Estado nacional brasileiro e de sua história na estrutura temporal e fenomênica maior da história da humanidade, e propicia a percepção de identidade e continuidade temporal desse objeto ao longo da referida estrutura temporal. Em segundo lugar, instaura uma idéia de tempo progressivo. Também surge a possibilidade de compreendermos que se Portugal estava adentrando a Modernidade com seus grandes feitos e conquistas, estágio advindo após o período da Idade Média européia, o futuro de sua colônia poderia seguir o mesmo trajeto. Entretanto, tal discurso afirma uma distância no desenvolvimento histórico da colônia em relação ao da metrópole. Assim, segundo tal classificação discutida mais acima, fica sugerido no título do terceiro volume, “A Idade Média brasileira”, que apenas Portugal havia adentrado os “novos tempos” da Modernidade no decorrer do século XVI.

Desta forma, apesar da característica potencialmente negativa que o conceito de Idade Média pudesse portar, o discurso de valorização da colonização portuguesa do Brasil poderia ser reforçado não somente em relação ao ponto de vista português, como também em relação ao ponto de vista brasileiro, segundo o discurso de que durante a época áurea da história moderna de Portugal teriam sido lançadas as bases possibilitadoras do desenvolvimento do futuro Estado nacional brasileiro, o qual encontrava-se em sua “Idade Média”. O dia 1 de março de 1565, por exemplo, foi considerado por Malheiro Dias como “uma data memorável nos fastos da Idade-Média brasileira. Estácio de Sá desembarca com os seus soldados no sopé do Pão do Açúcar e lança os fundamentos da primeira cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, assim baptizada em memória do jovem rei cavaleiro”.<sup>179</sup>

O Estado português poderia até estar passando por um “período triste e de abatimento nacional”, entretanto, houve um momento no qual Portugal esteve na dianteira na corrida do desenvolvimento das nações. Todavia, é importante examinarmos mais de perto os textos de alguns dos autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* para que possamos compreender como o discurso sobre a história do Brasil constituído através das páginas da referida obra colabora no processo de conformação discursiva de Varnhagen, principalmente se considerarmos sua relevante função nas notas de rodapé escritas por Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu.

---

<sup>179</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.LX. “Nesse sentido, como desdobramento da nacionalidade portuguesa na América, os brasileiros eram portadores de uma herança multissecular e, portanto, componentes de uma linhagem enraizada numa tradição que remontava ao passado medieval da Europa”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p.286.

Primeiramente, abordaremos as páginas escritas por Carlos Malheiro Dias, especialmente em suas Introduções. Como argumentado anteriormente, durante as primeiras décadas do século XX houve uma recorrente preocupação com o processo histórico de formação da nacionalidade brasileira, assim como sobre o processo de desenvolvimento sócioeconômico do Brasil entre os intelectuais brasileiros, mas que também concerniu a alguns autores lusos que se ocuparam dessa reflexão. Entre os brasileiros, podemos destacar o importante papel de autores como Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, José Veríssimo, Manuel Bonfim, Euclides da Cunha, Oliveira Lima e Oliveira Vianna, entre tantos outros. Do lado português, Jaime Cortesão que lecionou no Rio de Janeiro e Carlos Malheiro Dias foram autores importantes por realizarem tal reflexão em meio diversos tais como romances, poemas, periódicos, estudos históricos e principalmente na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Assim, a irrupção de nomes como Sílvio Romero e Capistrano de Abreu nas páginas escritas por Malheiro Dias é de certa forma até esperada.

*A História do Brasil ensinada pela biografia de seus filhos* e *O Elemento Português*, de Sílvio Romero, aparecem citadas de maneira recorrente.<sup>180</sup> Romero elaborou um importante conjunto de textos no qual esboçou sua teoria sobre a formação da nacionalidade brasileira, especialmente segundo o enfoque das teorias sociológicas racialistas que creditavam à mestiçagem, mas em alguma proporção também à influência do meio, os resultados e os condicionamentos da evolução do “povo” brasileiro.<sup>181</sup>

Entretanto, apesar de parecer existir uma considerável distância entre os discursos historiográficos de Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de um estilo de historiografia mais voltado para a narrativa de grandes fatos e homens da história, e de Sílvio Romero, mais marcado pelo pensamento sociológico e pela valorização da mestiçagem, algumas congruências importantes devem ser discutidas. Assim como para o Visconde, o século XVI recebeu especial destaque nos estudos de Sílvio Romero. Para Romero, tal período podia ser caracterizado como “o mais interessante de nossa história” pois representaria uma “história em sua face mais íntima”, período no qual ocorreu “a criação e desenvolvimento d’aquelas instituições que se referem à vida interna, econômica e artística de uma nação”.<sup>182</sup> Em suma, ressurgia o discurso segundo o qual o período colonial, especialmente o século XVI, era considerado como o fundamento, como a base da formação do futuro Estado nacional

<sup>180</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.V, X, XIV, XV, LXII.

<sup>181</sup> Ver: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; e TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

<sup>182</sup> ROMERO *apud* GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p.114.

brasileiro. Ainda segundo Romero, um grande problema para a historiografia brasileira teria sido a escassez de documentos necessários para a escrita da história nacional, especialmente documentos que possibilitassem a constituição da narrativa de uma história do Brasil mais “interna”, mais “cultural”.

É dentro dessa perspectiva que ele considera que “os operários mais fortes do nosso progresso interior” foram os padres jesuítas, entre os quais destaca Anchieta. A vida desse jesuíta teria essa “face exterior e pública mais apreciada”; porém teria uma outra – mais particular e íntima – que “merece mais interesse para a história social de nossa pátria”, sendo espelho “para se mostrar o estado do país durante o primeiro século da conquista e colonização”.<sup>183</sup>

Portanto, apesar das diferenças teóricas existentes entre a historiografia composta por Varnhagen e aquela de Sílvio Romero, dois elementos continuaram sendo fundamentais para a escrita da “História Pátria”, ou seja, a utilização de documentos primários do passado colonial e a perspectiva orientadora sob o viés nacional, critérios os quais foram retificados por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia durante a anotação da *História geral do Brasil*, e que encontramos também nas páginas da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Na *Introdução* ao terceiro volume da *História da Colonização Portuguesa*, Carlos Malheiro Dias cita recorrentemente determinado grupo de documentos coloniais os quais já encontramos anteriormente nas notas de rodapé e de finais de secção escritas por Capistrano e Garcia para a *História geal*. A *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador aparece inúmeras vezes, assim como a *Historia da Provincia de Santa Cruz* de Gândavo, e Gabriel Soares de Sousa com *Das grandesas da Bahia e Roteiro geral*.<sup>184</sup> Assim como nas notas da *História geral do Brasil*, além de tais documentos ainda foram utilizados com considerável frequência, os *Annaes da Bibliotheca Nacional* e múltiplos números da *Revista do Instituto Histórico*. Como afirmado anteriormente, tais documentos foram em sua maioria, descobertos, coligidos, criticados e/ou editados por Varnhagen, Capistrano e/ou Garcia. O próprio Capistrano de Abreu recebeu espaço privilegiado no texto de Malheiro Dias. *Breves traços da historia do Brasil* e *O Brasil, suas riquezas naturaes e suas industrias*, além da terceira edição da *História geral do Brasil*, apareceram no texto de Dias.<sup>185</sup> Vale ressaltar que

---

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> DIAS, Carlos Malheiro. *Introdução*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.), op. cit., p.I, V, X, LV-LVI, LVIII, LXI.

<sup>185</sup> Idem, p.V, VI, IX-X, LXII.

*História geral do Brasil* apareceu não somente na edição anotada por Capistrano e Garcia, mas também em sua segunda edição.<sup>186</sup>

No capítulo quinto presente no segundo volume, de título *A expedição de Cabral (1500)*, e de autoria do historiador português Jaime Cortesão, encontramos uma interessante discussão na qual a autoridade de Varnhagen sobre a “História Pátria” foi afirmada de forma instigante. A discussão centrou-se em torno do documento que dera origem à representação imagética corrente de Pedro Álvares Cabral reproduzida nos *Retratos e elogios dos Varões e Donas*. Entretanto, antes de ser no corpo do texto, é na nota de rodapé de número (55) que se encontra a informação a seguir:

(55) O retrato, com que vulgarmente se apresenta Pedro Álvares Cabral, é reproduzido dos *Retratos e elogios dos Varões e Donas* (Lisboa, 1817). Não mencionam os respectivos editores a origem dessa imagem. É possível, todavia, que dalguma tela ou gravura antiga o tivessem copiado, dado que isso mesmo fizeram com outros dos retratados. Seja como fôr, o retrato moral, que acabamos de bosquejar, debuxado êsse sôbre os documentos, condiz singularmente com as feições que o representam nos *Varões e Donas*. Outro suposto documento iconográfico é o busto do medalhão dos Jerónimos, que se dá como representando Pedro Álvares. Bem mereciam um estudo sério os quatro medalhões, representando bustos de navegadores, sôbre os pilares duma das alas dos Jerónimos esculpidos. Varnhagen, o mais minucioso dos autores que ao caso se referem, diz na sua *Noticia historica e descritiva do Mosteiro dos Jeronimos* (Lisboa, 1842): “Nos cinco grandes pilares fronteiros ás portas dos confissionarios veem-se tambem em linha horisontal o sol e seguidamente quatro bustos em medalhões, dos quais se diz com toda a probabilidade significarem O Oriente com os quatro herois portugueses que lá tinham ido quando aí chegava a construção; isto é, ao que parece, o Gama e seu irmão, Nicolau Coelho e Pedro Alvares Cabral. Este ultimo busto confirma a tradição, pois está de cara voltada para o lado oposto ao Sol, comemorando assim o seu afortunado descobrimento das terras ocidentais ou Brazil”. Teixeira d’Aragão, em *Vasco da Gama e a Vidigueira*, referindo-se aos três primeiros, chega a dá-los como os retratos mais autênticos dos herois que representam. Ainda hoje os guardas do claustro repetem, ciceronando, a tradição. E dêles soubemos que todos os anos o director da Casa Pia, adjunta ao mosteiro, manda no dia da festa do descobrimento do Brasil engalanar de flores e palmas o suposto busto de Cabral. Que os bustos representem navegadores não é para duvidar. A autenticá-los, vestelhes a cabeça a gorra marítima da época. E tanto quanto o permite a graciosa estilização com que o cinzel os esculpiu, póde do primeiro dos bustos afirmar-se que se assemelha ao mais conhecido dos retratos do Gama. Como a Varnhagen mui provável se nos afigura o que a tradição afirma. Pondere-se, todavia, que Fr. Jacinto de S. Miguel, escrevendo no comêço do século XVIII (*Mosteiro de Belem*, manuscrito publicado por Martinho da Fonseca) não faz a mínima referência a semelhante tradição.<sup>187</sup>

<sup>186</sup> Referenciando o *Prólogo* da segunda edição da *História geral do Brasil*, Malheiro Dias colocou que “Varnhagen, que não tinha ascendência portuguesa, reconhece que, entre as demais nações do continente, o Brasil ‘foi a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores’”. Ibidem, p.XIII.

<sup>187</sup> CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Cabral (1500)*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*, op. cit., p.21.

Em primeiro lugar, Varnhagen foi caracterizado como “o mais minucioso dos autores que ao caso se referem”, e, portanto, como possivelmente um dos mais confiáveis, pois no caso a minúcia estava relacionada ao cuidado com a busca e a crítica dos documentos primários acerca da história do Brasil. Em segundo lugar, o que consolidava o discurso de Varnhagen era sua justaposição à tradição. Ao afirmar que “como a Varnhagen mui provável se nos afigura o que a tradição afirma”, Jaime Cortesão instaurou uma relação de continuidade e de identidade com tal discurso histórico, na qual não somente foi reforçado o discurso de Varnhagen – o qual, segundo Cortesão, já era retificado e fortalecido pela tradição – mas o seu próprio. Mesmo tendo o historiador português afirmado “que Fr. Jacinto de S. Miguel, escrevendo no comêço do século XVIII (*Mosteiro de Belem*, manuscrito publicado por Martinho da Fonseca) não faz a mínima referência a semelhante tradição”, ou seja, que havendo possibilidade de dissonância entre o discurso de Varnhagen e o do referido Fr. Jacinto de S. Miguel, o discurso de Varnhagen, endossado pela tradição e pela sua minúcia com o trabalho de crítica dos documentos, exercia sobre Cortesão maior potencial de autoridade do que os de outros autores divergentes.

Na *História geral do Brasil* encontramos afirmações análogas de Varnhagen acerca do peso da tradição. Segundo o Visconde de Porto Seguro, é a “tradição, em harmonia com alguns documentos, [que] faz-nos crer”.<sup>188</sup> Mas encontramos também, curiosos discursos e indícios de práticas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia no que tange ao valor eminentemente positivo da tradição. Na nota de rodapé de número (30), não somente Capistrano se colocou em linha de continuidade e identidade com Varnhagen através da emulação de determinado ato do Visconde, como também Rodolfo Garcia se colocou na linha de Capistrano ao predicá-lo como “eminente mestre, primeiro anotador deste livro”. Linha de continuidade na qual Garcia se tornou herdeiro da tarefa de anotação de seu “eminente mestre”.<sup>189</sup> As letras maiúsculas entre parênteses indicam os autores, sendo (A.) para Varnhagen (Autor) e (G.) para Rodolfo Garcia.

(30) *O Caramurú perante a Historia*, dissertação escripta pelo autor desta *Historia*, premiada pelo Instituto Hist. do Rio de Janeiro, na *Revista*, 10, 129. O mesmo

<sup>188</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., 1948-1953, p.307.

<sup>189</sup> No seu discurso de posse para a cadeira a que fora eleito na Academia Brasileira de Letras, Rodolfo Garcia fez questão de esboçar a linha sucessória da historiografia brasileira na qual se inseria, ou seja, Varnhagen, Capistrano de Abreu, e posteriormente o próprio autor. Interessante ressaltar que Garcia herdara a cadeira criada especificamente para Oliveira Lima: “Manuel de Oliveira Lima foi o primeiro ocupante da Cadeira que me concedestes em vosso cenáculo”. GARCIA, Rodolfo. *Discurso de posse do Sr. Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=8478&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.

autor cedeu o premio (uma medalha de ouro) para o mesmo Instituto o offerecer em novo concurso. – (A.). – Em 1917, o Instituto Historico instituiu novamente premios a trabalhos notaveis de Historia, Geographia e Ethnographia, e um desses (medalha de ouro) coube, com absoluta justiça, á *Lingua dos Caxinauás*, do eminente mestre, primeiro anotador deste livro, Capistrano de Abreu, que, prevalecendo-se do ‘precedente aberto pelo benemerito Francisco Adolpho de Varnhagen, gloria da Patria e lustre desta casa’, offereceu ao Instituto o mesmo premio para outro concurso. – Conf. *Rev. do Inst. Historico*, 82 (1917), os. 790-791. – (G.).<sup>190</sup>

Por fim, é importante analisarmos também o capítulo décimo primeiro, escrito por Antônio Baião, importante arquivista português, e cujo título consta como *O comércio do Pau Brasil*. O que observamos uma vez mais na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* mediante a análise do capítulo escrito por Antônio Baião foi a recorrência do uso de fontes previamente manipuladas pelos outros autores.

Em uma discussão acerca do nome que Pedro Álvares Cabral teria dado à terra que descobrira, Baião argumentou que Cabral chamara a nova terra de Vera Cruz, nome que foi alterado posteriormente em função da vontade do rei de Portugal que a rebatizou como Santa Cruz. Mais importante para nós do que os dados sobre tais eventos em si, é a listagem de documentos instrumentalizados por Antônio Baião para compor sua argumentação. Para embasar seus argumentos, o autor português recorreu diretamente à terceira edição da *História geral do Brasil* e à edição de 1918 da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, o que nos chama a atenção pois ambas as obras foram anotadas ou prefaciadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

O que torna mais interessante tal texto, é que Baião nos constrói uma espécie de discussão historiográfica entre o Visconde de Porto Seguro e Capistrano de Abreu. Segundo Baião, “Varnhagen diz-nos que Cabral, dando o nome de Vera Cruz à nova terra, pretendeu comemorar a festa que a Igreja ia celebrar. Capistrano de Abreu corrige-o aventando que cabral para isso atendeu à cruz da ordem de Cristo, que figurava na bandeira dada pelo próprio rei na hora da partida”.<sup>191</sup> Desta forma, apesar dos dados das fontes e das opiniões que Antônio Baião, Varnhagen e Capistrano deles tivessem, o fenômeno a ser considerado é que o discurso historiográfico permaneceu fundamentado num determinado *corpus* documental que incluiu além de algumas outras fontes, a terceira edição da *História geral do Brasil* e a edição de 1918 da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador.

<sup>190</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., 1948-1953, p.307.

<sup>191</sup> BAIÃO, Antônio. *O comércio do Pau Brasil*. In: DIAS, Carlos Malheiro (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil*, op. cit., p.318, 322.

Desta forma, as possibilidades de serem efetuados determinados conjuntos de enunciados acerca da história do Brasil encontravam-se circunscritas no discurso historiográfico constituído pela relação – espécie de tecitura – entre tais textos. Pela própria natureza do conhecimento histórico, ou seja, por ser um discurso sobre o passado construído a partir de vestígios, documentos que funcionam como registros de informações de uma realidade pretérita determinada, embora tais vestígios constituam objetos contemporâneos aos historiadores, considerando que passado é antes de tudo uma qualidade destes objetos como já foi discutido anteriormente, era como se parecesse quase não ser possível para os autores em questão, a elaboração de um discurso historiográfico divergente do virtualmente possível pela combinação de um certo número de fontes quaisquer dentro do *corpus* documental existente até então.

Em uma de suas páginas, Antônio Baião escreveu que “O Regimento da nau *Bretôa* foi dado a conhecer pela 1ª vez em 1844 por Varnhagen e depois publicado em Nota 13 (págs. 427 a 432) do 1º volume da HGB, 1ª edição. Em 1861 foi publicado no tomo XXIV, 1º trimestre, da *RIHGB* e, em 1858, havia-o já sido, embora muito incorrectamente na *Chorographia Historica* de Mello Moraes”.<sup>192</sup> Como podemos ver, o mesmo documento fora publicado quatro vezes em obras diferentes, sendo duas por Varnhagen, se não considerarmos as outras edições da *História geral do Brasil*. Entretanto, além de considerarmos sua recorrente publicação, é importante observarmos que o referido documento se encontrava em uma situação de relevância discursiva segundo a qual as informações que poderia possuir em relação às questões propostas pelos historiadores perdurou relevante até as três primeiras décadas do século XX. Isso não significa que tal documento fosse indispensável para a consituição de uma narrativa acerca da história do Brasil ou que não existissem outros documentos apropriados ou importantes, mas sim, e considerando a recorrência de utilização dos outros documentos previamente discutidos, que havia até a primeira metade do século XX, uma formação discursiva mais restrita acerca das possibilidades de se escrever história do Brasil no Brasil. Além da restrição primeira relativa à perspectiva orientadora sob viés da história nacional, a “História Pátria” ainda era restrita em função do *corpus* documental utilizado pelos historiadores.

Justamente por estar situado nessa conformação discursiva, Capistrano pode afirmar que a história e a historiografia brasileiras dependiam fundamentalmente do “rastreamento e de apuração rigorosa das fontes, de indicação das lacunas, de discussão dos fatos narrados

---

<sup>192</sup> Idem, p.334.



pelo seu predecessor e, por fim, da exaustiva anotação bibliográfica dos documentos contemporâneos e monografias recentes relativas aos temas tratados”, sendo por isso a inserção do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia” no processo de produção historiográfica, uma opção mais radical de inovação do discurso sobre a história e a historiografia brasileiras.<sup>193</sup> A falta do pensamento sociológico na obra de Varnhagen era por isso mesmo considerada por Capistrano como uma grande falta por parte do Visconde.<sup>194</sup> Por outro lado, foi por isso que Varnhagen e sua *História geral do Brasil* representaram o principal conjunto de enunciados válidos sobre a “História Pátria” durante tanto tempo, sendo referência para obras produzidas por aproximadamente meio século após sua morte.<sup>195</sup>

Desta forma, nos deparamos uma vez mais com as constatações de Capistrano de Abreu acerca da função de fundador da historiografia brasileira exercido por Varnhagen. Foi o Visconde quem não somente acumulou “a massa ciclópica de materiais” que utilizara em sua narrativa, como também foi ele quem “procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional”.<sup>196</sup> Ou seja, após Varnhagen não houve alguém que descobrisse, coligisse e manuseasse tamanho conjunto de documentos primários originais, assim como não houve por bastante tempo, alguém que pudesse narrar a história do Brasil segundo o “ponto de vista nacional” desejado como fizera Varnhagen. Pelo menos não houve tal reconhecimento por parte dos pares acadêmicos e do público em sentido amplo. Entretanto, isso não significa que inovações, produções aclamadas ou discursos divergentes não fossem possíveis. Significa, porém, que os “quadros de ferro” varnhagenianos operavam delimitações e direcionamentos nos discursos sobre a história do Brasil de tal forma que novas histórias do Brasil eram narradas preferencialmente segundo os pressupostos que lhe fundamentaram e que continuaram fundamentando e perpetuando a historiografia posterior a sua morte.

Portanto, se Varnhagen escreveu sua história do Brasil a fundamentando em uma enorme gama de documentos primários e orientando sua perspectiva segundo o ponto de vista da história nacional, apoiado sobre um conceito de história processual condicionado por fim específico, ou seja, a formação do Estado nacional brasileiro, assim também foi feito em relação à *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*. Destarte, dentro do processo de anotação da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, a

---

<sup>193</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória, op. cit., 2006, p.104-105.

<sup>194</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p.139.

<sup>195</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 2007, p.79-90.

<sup>196</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p.135, 139.

“Edição Monumental” da *Historia da Colonização* aparece exercendo uma importante função de retificar o discurso histórico do “monumento” erigido por Varnhagen, segundo as linhas convergentes quanto à escolha das fontes, da *perspectiva orientadora* como também em relação à concepção de história registrada nas duas obras.

Utilizada recorrentemente na anotação crítica da *História geral*, a *Historia da Colonização* foi uma referência importante a contribuir para que a obra de Varnhagen permanecesse “viva” por quase cem anos desde sua primeira edição em 1854, até a quarta edição anotada criticamente por Rodolfo Garcia em 1953. Desde então, a matriz varnhageniana permeou a disciplina de história do Brasil, mesmo depois de decorridos muitos anos de sua realização. Reforçadas pelo trabalho de retificação operado através do processo de anotação crítica da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano e Garcia, e sob o epíteto de “história oficial”, “as idéias de Varnhagen sobre o assunto [a história do Brasil] continuaram dominando a historiografia, o conhecimento histórico vulgarizado pedagogicamente e a simbologia política até a década de 1930”, período no qual também ocorrera intenso apelo às ideias de nacionalidade e de nação.<sup>197</sup>

Entretanto, uma última questão se coloca à análise. Considerando que “o período que decorre do fim do século XIX aos anos 1940”, mais especificamente “as décadas do fim do século XIX e do início do XX”, foi central para “a constituição de uma escrita da História Pátria, no Brasil e em Portugal”, assim como “para a consolidação das identidades nacionais do Brasil e de Portugal”, devemos nos perguntar acerca das relações entre a *História geral do Brasil*, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* e os respectivos processos de constituição de histórias e identidades nacionais, refletindo especialmente sobre a função do passado colonial brasileiro e das narrativas historiográficas sobre o período nas duas obras “monumentais” em questão.<sup>198</sup>

Segundo Jorge Alves, a *História da Colonização Portuguesa* “opera numa dupla situação” na qual ora se situa como “fruto de um determinado contexto político-cultural, marcado pela ênfase no discurso sobre a nação e a nacionalidade”, ora “está vinculada em um aspecto particular desse contexto que é a inserção da memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira”.

---

<sup>197</sup> WEHLING, Arno, op. cit., p.174, 193. “Do lado do Brasil, o Estado Novo de Getúlio Vargas também sublinhava a descendência e os vínculos especiais com a ‘velha e gloriosa nação’ nos quais, nas palavras de Lourival Fontes, concorriam ‘tanto os impulsos do sentimento, como profundas razões políticas ditadas pelo entendimento de vitais interesses mútuos dos dois países’. Quase duas décadas após o Centenário da Independência e da edição da HCP [*História da Colonização Portuguesa do Brasil*], o discurso político oficial contemplava positivamente a idéia de fraternidade e a permanência dos laços luso-brasileiros concertados em 1922”. ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p.273.

<sup>198</sup> GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p.85, 95.

Trata-se de uma obra-monumento, um lugar funcional de memória, onde se celebra o Brasil como construção de Portugal e, ao mesmo tempo, constrói-se uma imagem de valorização do imigrante português na qual o empreendimento colonial é reatualizado. É o elemento privado que se encarrega de propiciar os recursos para a pesquisa, escrita e edição da obra e, nesse sentido, ela se torna também um instrumento de munificência e poder das elites portuguesas radicadas no Rio de Janeiro. Esses círculos intelectuais e econômicos, comprometidos com o conservadorismo social, via de regra se apresentavam como o “verdadeiro Portugal” em contraposição à crônica situação de instabilidade política e econômica vivida pela república portuguesa nos anos dez e vinte.<sup>199</sup>

Dessa forma, a narrativa da *História da Colonização* construiu um discurso de reforço à imagem de Portugal, segundo o qual o processo de colonização do Brasil se conformaria através de seu caráter exemplar, como sendo o grande êxito de Portugal enquanto metrópole europeia na vanguarda da difusão da “civilização” pelo mundo. “Em suma, a divisão da coleção indicava a intenção de narrar a gênese da nação brasileira, segundo a concepção de que o ‘nacionalismo tradicional’ português repetiu na América o que realizara na Europa”.<sup>200</sup> Tal discurso de caráter positivo acerca da colonização portuguesa do Brasil constituiu-se segundo três linhas: “registrar de forma grandiosa o lugar de Portugal na formação da nação brasileira”; “realçar a presença do imigrante português, cujo trabalho era equiparado aos antigos colonizadores e desbravadores do período colonial”; reivindicar “para o moderno desbravador português – o imigrante - um espaço no Brasil do século XX”. Essa valorização da colonização portuguesa do Brasil foi articulada não somente com o discurso de valorização do lusobrasileirismo e dos imigrantes portugueses residentes no Brasil no início do século XX, como também, e de maneira singular, com a idéia de que “uma nação com reduzida população e escassez de recursos econômicos manteve, e ainda poderia manter, um império colonial”, justificando discussões contemporâneas acerca da possibilidade de Portugal manter suas colônias africanas.<sup>201</sup>

Entretanto, o que nos interessa com mais destaque foi que, através dos inúmeros textos que compõem os três volumes da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, especialmente aqueles escritos por Carlos Malheiro Dias, um discurso de grande valorização da herança colonial brasileira de obra portuguesa foi afirmado em convergência com o discurso construído por Varnhagen na *História geral do Brasil*, e reafirmado através das

<sup>199</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2006, s/p.

<sup>200</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2009, p.286.

<sup>201</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2006, s/p.

múltiplas notas introduzidas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia durante o trabalho de anotação crítica da referida obra.

Apesar das diferenças existentes em relação aos projetos políticos e sociais que deram suporte à produção da *História geral do Brasil* e da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e apesar do significativo período de tempo que separa a publicação das duas obras, o discurso acerca da história colonial brasileira permaneceu fundado em alguns elementos já destacados anteriormente, a saber: a grande valorização do recurso aos documentos primários, especialmente aqueles escritos depositados em arquivos; a orientação da narrativa segundo a perspectiva da história nacional; concepção de que o passado colonial foi o período essencial para a história da nação e da nacionalidade brasileiras, as quais seriam portanto, fundamentalmente devedoras da ação colonizadora lusa.

A divergência entre os discursos surge, entretanto, quando os mesmos se encontram em situação de atualização. Ou seja, se por um lado o passado colonial é caracterizado como a glória do Estado português e conseqüentemente passa a pertencer à história nacional portuguesa, sendo passível inclusive de exercer alguma relação nos projetos políticos e sociais de Portugal do início do século XX, por outro, os mesmos elementos que fundamentam tal discurso são atualizados estritamente segundo a construção discursiva que integra o passado colonial da América portuguesa à “História Pátria” do Brasil, se relacionando aos projetos de conformação da história, do território, da nacionalidade e do Estado brasileiros. Como temos argumentado, tal processo se desenvolveu desde meados do século XIX, quando a *História geral do Brasil* é publicada pela primeira vez ainda durante o Império, até às décadas iniciais do século XX, período no qual a obra foi por mais de uma vez anotada, editada e publicada, então sob o regime republicano.<sup>202</sup> Diante dessa situação, a história do período colonial brasileiro foi disputada, permutada, compactuada e difundida entre dois discursos historiográficos de fundo nacionalista, embora não necessariamente nacionalistas em relação à mesma nação. Era a “História Pátria” entre dois “monumentos”.

Na década de 20, portanto, a leitura da HCP era efetuada segundo percepções diferenciadas a respeito da nação e da nacionalidade existentes no meio social. Os intelectuais de pensamento lusófono ou lusófilo lutavam pelas representações do passado colonial entendido como origem da nação e projetavam essas representações, provenientes da memória coletiva, na elaboração de um discurso sobre a história da nação e sua aplicação em estratégias políticas. [ . . . ] No caso da HCP [*História da Colonização Portuguesa do Brasil*], ela é citada como obra monumental, louvada pela coleta e reprodução de mapas, documentos e gravuras

---

<sup>202</sup> CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./jun, 2005.

que lhe conferem um lugar na historiografia nacional, especificamente na historiografia luso-brasileira.<sup>203</sup>

Assim, até meados do século XX, a história do Brasil escrita por Varnhagen foi retificada por seus anotadores, reproduzindo uma história nacional de enorme difusão, que se espalhou desde o ensino básico até o ensino universitário.<sup>204</sup> Essa história nacional estava fundamentalmente calcada nos determinados preceitos analisados até o momento: valorização do período colonial como período de formação da nacionalidade brasileira; idéia de história com pretensão de existência para além das representações possíveis de serem formuladas sobre as realidades do passado; difusão de uma história do Brasil que valoriza principalmente aspectos vinculados à formação do Estado nacional brasileiro em relação ao passado colonial.

A obra de Varnhagen tornou-se paradigma na cultura brasileira por três aspectos: seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional; e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira, a que Capistrano de Abreu chamaria os ‘quadros de ferro’ de Varnhagen. A evolução dos juízos emitidos a propósito da obra de Varnhagen pode fornecer alguns indicativos sobre a constituição desse paradigma.<sup>205</sup>

Tais “juízos emitidos a propósito da obra de Varnhagen” reafirmaram uma concepção de história baseada na idéia de uma longa empreitada temporal coletiva que conhecemos como história da humanidade, processo dentro do qual a história de Portugal e suas colônias na América já prefiguravam os sucessos e as glórias do futuro Estado nacional. Para escrever essa história era necessário acumular e criticar o máximo possível de documentos, de preferência primários e escritos, existentes em arquivos oficiais de forma a compor uma narrativa histórica mais “verdadeira”, já que se acreditava que o passado e a história possuíam uma existência, com finalidade determinada, para além das representações narrativas que conformavam tais passados e histórias. Dentro desse cenário epistemológico, os documentos pareciam sugerir a possibilidade de um acesso quase direto a tais realidades pretéritas. Eles pareciam afirmar e garantir os sentidos imbuídos em tais narrativas, especialmente de uma perspectiva do Estado e da nação. Desde 1854 – data inicial da publicação da primeira edição da *História geral do Brasil* – até 1953 – data de publicação da quarta edição anotada e

<sup>203</sup> ALVES, Jorge Luís dos Santos, op. cit., 2006, s/p.

<sup>204</sup> A *História geral do Brasil* de Varnhagen “se tornaria modelar por mais de um século, não só da historiografia política, como dos compêndios escolares. Eram ‘os quadros de ferro’ a que se referia Capistrano de Abreu, que desejou, sem ser plenamente sucedido, deles fugir”. WEHLING, Arno, op. cit., p.186, 216-217.

<sup>205</sup> RODRIGUES, José Honório, op. cit., 1978-1988, p.195.

revisada por Rodolfo Garcia –, a história nacional parece ter estado circunscrita dentro dos “quadros de ferro” de Varnhagen.

### 3. O fundador da “História Pátria”

Este último capítulo tratará especificamente da questão de como Francisco Adolfo de Varnhagen se conformou discursivamente na autoridade principal sobre a história do Brasil, especificamente através do processo de anotação crítica de sua *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Como argumentamos previamente, existiu a articulação de três elementos fundamentais para que Varnhagen fosse considerado a autoridade da “História Pátria”, a saber: primazia na descoberta, na coleta, na edição e na utilização de uma grande gama de documentos primários do período colonial; orientação do sentido produzido pela narrativa historiográfica segundo uma perspectiva orientadora nacional; concepção historiográfica segundo a qual a história pareceria existir para além das representações linguísticas que dela construímos.

Assim posto, restará nos questionarmos acerca da relação entre esses três elementos fundamentais e o processo de conformação discursiva de Varnhagen enquanto a grande autoridade sobre a história nacional. Para tanto, discorreremos acerca das características essenciais do conceito de autoridade e suas implicações. Perceberemos que algumas outras características relativas ao fenômeno da autoridade articularam-se ou permaneceram como uma base para a tríade dos referidos elementos fundamentais que operaram para a conformação da autoridade discursiva do Visconde de Porto Seguro. Serão analisadas também as funções e os posicionamentos relativos de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia dentro de uma hierarquia derivativa da autoridade de Varnhagen.

Por fim, será considerado como todo esse fenômeno de conformação da autoridade Varnhagen é envolvido e permeado pela questão do processo de formação discursiva disciplinar da história do Brasil, então em construção.

### 3.1. O fenômeno da autoridade: a fundação, o excesso, a duração e o reconhecimento

No instigante texto intitulado *Que é autoridade*, a filósofa Hannah Arendt estabeleceu algumas características fundamentais do conceito de autoridade, as quais serão discutidas a seguir. Entretanto, é necessário ressaltar, Arendt começa seu ensaio nos advertindo que a questão proposta no título deveria ser outra: não o que é autoridade, mas sim, o que foi a autoridade. Segundo Arendt, a autoridade haveria desaparecido do mundo moderno pois “uma crise constante da autoridade, sempre crescente e cada vez mais profunda, acompanhou o desenvolvimento do mundo moderno em nosso século [XX]”. Porém, a autora não abriu mão de formular uma definição do conceito de autoridade o qual, segundo Arendt, possa ser compreendido “a-historicamente”, ou seja, que apesar de tal conceito ser construído sobre uma base de experiências históricas determinadas, ele possui um conteúdo, uma natureza e uma função definidos passíveis de serem compreendidos por nós ainda hoje, mesmo apesar do suposto fenômeno de desaparecimento da autoridade do mundo moderno.<sup>206</sup>

Ainda segundo a autora, a crise da autoridade seria essencial e originariamente política, tendo sido os movimentos políticos e as formas de governo totalitárias surgidas durante a primeira metade do século XX, antes sintoma de nossa perda da autoridade do que resultado das ações de governos totalitários. A ruína “mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais” foi o grande substrato possibilitador da ocorrência generalizada de governos totalitários a partir do início do século XX. Entretanto, a crise da autoridade não permaneceu restrita à esfera dos fenômenos políticos, tendo sido justamente o “sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade”, sua difusão “para áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação”, nas quais a autoridade sempre fora compreendida como necessária e natural. Era através da necessidade política básica de dar continuidade a uma civilização estabelecida, “que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo prestabelecido no qual nasceram como estrangeiros”, que o fenômeno e o conceito da autoridade adquiriam suas forças e sua capacidade de estruturação de um mundo comum.<sup>207</sup>

Se para Hannah Arendt não estaríamos mais em condições de saber realmente o que seria a autoridade, “tanto prática como teoricamente”, sua reflexão precisou se apresentar portanto, como uma proposta de “reconsiderar o que a autoridade foi historicamente e as fontes de sua força e significação”, pois segundo a autora, a autoridade perdida e em crise no

---

<sup>206</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., 127-128, 141-142.

<sup>207</sup> Idem, p.128.



mundo moderno não seria a “‘autoridade em geral’, mas antes uma forma bem específica, que fora válida em todo o mundo ocidental durante longo período de tempo”. Para Arendt, seria importante que algumas observações acerca do que a autoridade não foi fossem discutidas logo de início. Segundo a autora, a autoridade não deveria ser confundida com noções como poder, violência, coerção, persuasão ou argumentação. “Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos”.<sup>208</sup>

Assim, Arendt argumenta que o conceito de autoridade sobre o qual pretende refletir se fundamenta segundo duas concepções antigas, porém diversas, do que significou ou poderia ter significado o conceito de autoridade. Por um lado teríamos a formulação grega, mais difusa, de origem platônica e aristotélica, elaborada possivelmente a partir do momento em que Platão e Aristóteles passaram a considerar uma “alternativa para a maneira grega usual de manejar os assuntos domésticos, que era a persuasão (*péithein*), assim como para o modo comum de tratar os negócios estrangeiros, que era a força e a violência (*bía*)”. Segundo a autora, “a palavra e o conceito são de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica”. Desta forma, argumenta Hannah Arendt, a formulação do conceito de autoridade seria romana e repousaria “exclusivamente no passado, na fundação de Roma e na grandeza dos antepassados”.<sup>209</sup>

Em função dessa espécie de ausência de experiências políticas capazes de fundamentar a consituição do conceito de autoridade entre os gregos, tal conceito teria sido formulado, de maneira difusa, sobre um conjunto de experiências diverso do existente para o caso romano. A esfera da administração doméstica e da vida familiar, na qual o chefe de família deveria reger seu domínio como um “déspota”, foi a base da formulação da noção de autoridade entre os gregos, esboçada principalmente pela filosofia política de Platão e de Aristóteles. Para os gregos, portanto, o fenômeno da autoridade foi pensado a partir de protótipos conceituais surgidos da reflexão sobre determinadas espécies de relações autoritárias tais como as existentes entre o médico e o paciente, o perito e o leigo, o pastor e o rebanho ou o educador e o aluno. Mesmo assim, apesar da falta de um conjunto de experiências políticas capaz de

---

<sup>208</sup> Ibidem, p.129.

<sup>209</sup> Ibidem, p.129-130, 136, 142, 180-181. “Quando o historiador Dion Cassius assinala que a língua grega não conhece um equivalente da *auctoritas*, e que é quase impossível encontrar-lhe uma tradução unívoca, que tenha validade ‘de um modo definitivo’, dá a entender que talvez os gregos se aproximaram a experiências similares em diversos campos, mas que não elaboraram, com essa generalidade, uma noção dessa ordem”, ou seja, como a noção romana de autoridade. REVAULT D’ALLONNES, Myriam. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008, p.30.

propiciar a formulação do conceito de autoridade tal como realizado pelos romanos, “as filosofias políticas de Platão e de Aristóteles dominaram todo o pensamento político subsequente, mesmo quando seus conceitos se sobrepuseram a experiências políticas tão diferentes como as dos romanos”.<sup>210</sup>

Todavia, para os romanos, a essência da autoridade era a fundação. Se para os gregos era possível se dizer em épocas de crise, “Ide e fundai uma nova cidade, pois onde quer que estejais sereis sempre uma *polis*”, para os romanos, a fundação da cidade de Roma possuía caráter sagrado, e novas cidades apenas foram fundadas como forma de aumentar os próprios limites da cidade. Uma vez que algo fosse fundado, a preservação de tal coisa permaneceria como uma obrigação capital para as gerações futuras. Para os romanos, a fundação se consituía em um evento único, irrepetível, apenas passível de ser aumentado ou melhorado.<sup>211</sup>

Desta forma, religião, tradição e autoridade constituíam uma espécie de trindade relacionada entre si. À tradição estava reservada o papel de tornar natural uma ordem de mundo estabelecida previamente pelos antigos aos membros mais novos de uma determinada comunidade. “A tradição preservava o passado legando de uma geração a outra o testemunho dos antepassados que inicialmente presenciaram e criaram a sagrada fundação e, depois, a engrandeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos”. A religião significava o ato de se ligar ao passado, à fundação (do latim: *re-ligare*). Já a palavra autoridade derivou da forma latina *auctoritas*, que por sua vez derivou anteriormente do verbo latino *augere*, que significava “aumentar”, sendo por isso que o que “a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação”. Assim, a autoridade está intrinsecamente relacionada ao passado, especificamente ao evento de fundação, somando a cada momento ou evento singular toda a carga de significação do ato de fundação. Além disso, Arendt considera que a autoridade dos sujeitos do presente é sempre derivativa dos indivíduos mais antigos e consequentemente da fonte emanadora da autoridade.<sup>212</sup>

Um elemento importante para compreendermos o conceito de autoridade tal qual refletido por Arendt é que, o que existe em comum entre os elementos de uma relação autoritária é especificamente uma hierarquia na qual a desigualdade das relações entre tais elementos situados em níveis hierárquicos diferentes é colocada como natural e portanto, não questionável. Dessa forma, a autoridade pressupõe normas aceitas e não questionáveis, as quais, precisam possuir um fundamento transcendente para que a contradição e a divergência

---

<sup>210</sup> ARENDT, Hannah, op. cit., p.143-145, 156-159, 180.

<sup>211</sup> Idem, p. 162-163.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 164-166.

sejam afastadas da estrutura hierárquica da autoridade. Tal fundamento transcendente, ou seja, situado fora da hierarquia, emana potencial de autoridade a todos os elementos dispostos através da estrutura hierárquica da autoridade. Entretanto, a autoridade do elemento que está situado no topo da hierarquia é maior do que a daqueles que se situam no patamar mais baixo, diminuindo a autoridade à medida em que os elementos distanciam-se do elemento ápice da estrutura hierárquica de uma determinada relação de autoridade. E, por fim, um outro elemento essencial para a constituição do conceito e do fenômeno de autoridade é a fundação, acontecimento fundador que possibilita o surgimento da ligação entre a fonte emanadora do potencial de autoridade e o elemento constante no ápice da hierarquia autoritária. É a fundação que possibilita o surgimento de toda a cadeia derivativa e hierárquica da autoridade.

Destarte, a estrutura conceitual elaborada por Hannah Arendt para tentar recuperar o que teria sido e o que pode ser a autoridade ficou constituída da seguinte maneira: a autoridade possui um esquema de operação estruturado hierarquicamente, no qual o ponto mais alto em tal estrutura possui autoridade potencial em relação aos elementos inferiores da estrutura hierárquica; cada patamar mais abaixo da hierarquia – ou em uma escala temporal, o elemento mais recente –, possui potencial de autoridade derivado e menor do que os elementos anteriores, tendo portanto a autoridade, uma natureza derivativa; a autoridade exige um evento de fundação que a torna durável; a fonte da autoridade é sempre um elemento transcendente à estrutura hierárquica na qual se desenvolve através dos elementos que a compõem; autoridade não implica ausência de liberdade, mas sim a restrição da liberdade.<sup>213</sup>

Outro estudo de fundamental interesse para nós é o ensaio do filósofo russo Alexandre Kojève intitulado *La notion de l'autorité* ["A noção da autoridade"], publicado postumamente em 1981. Inspirado na filosofia de Hegel, esse importante texto, oriundo das reflexões do autor acerca do direito e da idéia da justiça iniciados em seu *Esquisse d'une phénoménologie du droit* ["Esboço de uma fenomenologia do direito"], Kojève estabeleceu um estudo formal acerca do fenômeno da autoridade, determinado alguns tipos e características essenciais para tal fenômeno. Para o autor, o estudo detalhado e aprofundado do fenômeno da autoridade era um primeiro passo indispensável para a compreensão dos fenômenos do Estado, principalmente para que fossem evitadas as confusões entre as noções de poder e de autoridade.

Assim como Hannah Arendt, embora inspirado na filosofia hegeliana, Kojève também recorreu a uma compreensão do passado clássico greco-romano e à fenomenologia para

---

<sup>213</sup> Ibidem, p.134-135, 149-150, 187.

estabelecer o que é a autoridade. Em relação ao que foi a autoridade no período clássico, se por um lado, como visto anteriormente em Arendt, encontramos a formalização de experiências autoritárias do âmbito doméstico através da filosofia de Platão e Aristóteles, por outro, observamos a experiência da fundação de Roma e o legado do direito romano. Porém, a grande diferença entre os dois autores foi que Arendt procedeu a um estudo mais ligado ao conteúdo conceitual, ou seja, às experiências históricas que conformaram o conceito, enquanto Kojève, não negligenciando tais características, esteve mais preocupado com a estrutura formal do fenômeno da autoridade.

Primeiramente, destacou o que ele denominou como as “*quatro teorias* distintas (essencialmente diferentes e irreduzíveis)” que nos “foram propostas ao longo da história”, a saber: 1) a teoria teológica ou teocrática, especialmente de tradição escolástica, que afirma como a primeira e absoluta autoridade como sendo a emanada de Deus, sendo todas as outras autoridades, relativas e derivadas da autoridade divina; 2) a teoria platônica, segundo a qual toda autoridade emana e repousa sobre a noção de Justiça ou de igualdade; 3) a teoria aristotélica, de acordo com a qual a autoridade está lastreada na sabedoria e no saber, ou seja, da possibilidade de prever e de transcender o que é imediato; 4) a teoria hegeliana, a qual, segundo Kojève, reduz a autoridade à essência da relação entre o mestre e o escravo ou do conquistador sobre o conquistado.<sup>214</sup>

A partir destas quatro teorias distintas e irreduzíveis, e classificando os fenômenos que segundo o autor corresponderiam de forma estrita a manifestações da autoridade, Alexandre Kojève estabeleceu as características essenciais daquilo que ele considerou como sendo tal fenômeno. Todavia, apesar de postular constantemente um caráter essencial ao conceito de autoridade que formulara, o autor fez questão de observar que, “no que se segue, todas estas questões não poderão ser mais que esboços. Não tenho a pretensão de enunciar uma teoria definitiva e completa da Autoridade. Trata-se acima de tudo, de colocar os problemas e de indicar a direção geral de suas soluções”.<sup>215</sup>

Segundo Kojève, haveria autoridade apenas quando houvesse a possibilidade de ação e de reação, ou seja, somente haveria autoridade quando ocorresse a possibilidade de que ela não existisse posteriormente: “a autoridade é essencialmente *ativa* e não passiva”. Isso significa que o “‘suporte’ real de toda autoridade seria necessariamente um *agente*” livre e consciente de sua situação sob uma ordem de coisas autoritária. Para o autor, o “ato *autoritário* se distingue de todos os outros pelo fato de que ele não reconhece *oposição*” por

<sup>214</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.50.

<sup>215</sup> Idem, p.55.

parte dos sujeitos que sofrem os efeitos do ato. Dessa forma, se por um lado teríamos o reconhecimento consciente e voluntário a um ato de autoridade, por outro não pode ser eliminada a possibilidade latente de que a autoridade conheça oposição e, portanto, negação, o que, inclusive segundo Arendt, faz cessar o fenômeno da autoridade, uma vez que a autoridade não implica persuasão ou coerção, dentro das quais poderia haver negação ou ação divergente.<sup>216</sup>

Se para haver autoridade é necessário que haja um agente e um paciente, é porque o fenômeno da autoridade é acima de tudo relacional, e dessa feita, pressupõe necessariamente uma relação social. Segundo o autor, “a Autoridade é a *possibilidade* que tem um agente de *agir* sobre os outros (ou sobre um outro), sem que estes outros reajam sobre ele, estando sempre *capazes* de o fazer”. Assim, apesar de um ato de reação poder fazer cessar a autoridade, tal possibilidade de reação deve permanecer sempre em estado de existência virtual iminente, ou seja, tal reação deve permanecer sempre como potencial, não se atualizando nunca, pois a realização em ato da reação à autoridade a destrói tão logo a reação existente outrora apenas em possibilidade se efetua de maneira real. Destarte, Kojève estabelece mais um elemento essencial do fenômeno em questão: a autoridade precisa ser reconhecida, e sem oposição efetiva, para que possa existir.<sup>217</sup>

Segundo o autor, a autoridade possuiria ainda um caráter legitimador e normatizador. Se a autoridade implica reconhecimento e não oposição, ela propiciaria consequentemente legitimação e normatização, uma vez que os atos carregados de autoridade seriam de certa forma previsíveis e mesmo desejáveis, não permitindo qualquer tipo de oposição real. Nesse aspecto, a formulação de Kojève aproxima-se da de Arendt. Segundo a autora, uma das características fundamentais da autoridade seria o fato dela se apresentar como uma medida guia ou padrão regulador.<sup>218</sup>

Todavia, uma vez que toda autoridade existe apenas através de uma relação social na qual existiria o reconhecimento e a não oposição dos sujeitos submetidos, e considerando que a reação à autoridade é sempre virtualmente possível, logicamente toda autoridade humana seria por consequência e necessariamente, perecível. Devido à característica essencialmente temporal dos fatos e eventos referentes ao mundo humano, não existe uma autoridade real, humana, que seja durável de forma ilimitada. Segundo Kojève, apenas uma autoridade hipotética divina poderia durar eternamente, mas como o autor propõe logo de início, tal

<sup>216</sup> Ibidem, p.57. ARENDT, Hannah, op. cit., p.129-130.

<sup>217</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.58-64.

<sup>218</sup> Idem, p.59-61. ARENDT, Hannah, op. cit., p.163-165.

autoridade, assim como Deus, existiria apenas como uma noção, porém não efetivamente, se tratando apenas de um instrumento intelectual para a reflexão filosófica.<sup>219</sup>

Além disso, toda autoridade exigiria uma justificativa ou razão de ser, pois é justamente essa razão que justifica seu reconhecimento por parte daqueles que a ela se submetem. Em outros termos, estaríamos nos indagando acerca do porquê de sua existência e de seu reconhecimento. A partir de então, Alexandre Kojève descreve aquilo que segundo suas palavras, seriam os “quatro tipos puros” de autoridade. Importante ressaltar ainda que, para o autor, cada “tipo puro” de autoridade corresponderia um conjunto de formulações teóricas criado especificamente para tratar do fenômeno da autoridade de acordo com determinados parâmetros.

Trataremos primeiramente do modelo do *Pai*. Segundo o autor, esse seria o modelo de autoridade dos anciões sobre os jovens, de um morto e seu testamento, de um autor e sua obra, ou ainda, da tradição e daqueles que a detém. De fundamentação escolástica, teológica ou mesmo teocrática, segundo Kojève, essa teoria estaria intimamente vinculada desde seu surgimento e ao longo de seu desenvolvimento, às teorias que buscaram justificar a existência de Deus e do poder dos reis. A autoridade do pai possuiria portanto, como principal característica, a idéia de que ela é transmissível *hereditariamente*, pois a autoridade do pai passaria naturalmente ao filho depois de sua saída do mundo no qual ambos agiam ou poderiam agir. Assim, toda autoridade dos reis seria derivada da autoridade divina, fundamento transcendente o qual possibilitaria sua livre e total aceitação por parte de seus respectivos súditos. O modelo da autoridade do pai é ainda o modelo da autoridade da tradição, pois é na filiação que uma comunidade consegue estabelecer sua continuidade e unidade, mesmo apesar do fato de que uma linhagem é em uma instância uma sequência diacrônica de existências singulares. O protótipo do pai representaria portanto, a origem e o fundamento de uma continuidade a ser perpetuada.<sup>220</sup>

O segundo tipo puro de autoridade para Kojève seria o modelo do *Mestre* sobre o escravo, cujas variantes poderiam ser, por exemplo, a do conquistador sobre o conquistado ou do militar sobre o civil. Para o autor, essa seria a teoria da autoridade desenvolvida por Hegel, e corresponderia ao argumento central segundo o qual o mestre possuiria autoridade sobre o escravo devido à sua superioridade, física e ou mental, em um caso de enfrentamento direto que poderia colocar em risco a vida do escravo, o qual preferiria se submeter ao mestre e reconhecer sua autoridade a colocar em risco sua própria vida. “É precisamente por isso que

---

<sup>219</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.54, 65.

<sup>220</sup> Idem, p.67, 81-88.

existe autoridade: o Escravo renuncia conscientemente e voluntariamente à sua possibilidade de reagir contra a ação do Mestre; ele o faz porque ele sabe que essa reação comporta o risco de sua vida e porque ele não deseja aceitar tal risco”.<sup>221</sup>

O terceiro tipo essencial de autoridade seria o do *Chefe* sobre seus seguidores. Para Kojève, esse seria o protótipo da relação de autoridade para, por exemplo, as relações entre um patrão e um empregado ou entre um professor e um aluno. Nesse caso, o autor relacionou tal modelo à teoria da autoridade de Aristóteles segundo a qual, a autoridade do chefe proviria de sua aguda faculdade de *prever*, de *guiar* e de estabelecer um *projeto* guia para as ações do grupo. Esse modelo de autoridade está portanto, intrinsecamente vinculado à sabedoria, à capacidade de imaginar o que possa advir do futuro. Aqueles que se submetem a tal autoridade o fazem por saberem que seu detentor é sempre capaz de optar e agir no presente, em nome de ganhos futuros. O chefe adquire autoridade “porque ele viu *mais longe* do que os outros, porque ele era o único a ter concebido um *projeto*”, sendo que aqueles que ao chefe se submeteram, “não teriam podido ultrapassar o nível dos dados imediatos”.<sup>222</sup>

Por fim, a autoridade do *Juiz*, cujas variantes poderiam ser a do árbitro, do censor, ou ainda, do homem honesto. Essa seria a teoria platônica acerca da autoridade, a qual estaria estritamente vinculada à idéia de justiça. Segundo Kojève, a justiça e as leis justas seriam o pressuposto da autoridade do *juiz*, cuja melhor expressão é, na verdade, a autoridade do *Árbitro*. De acordo com Kojève, o árbitro possui autoridade porque seus julgamentos deveriam ser imparciais por princípio, espécies de encarnações de uma justiça transcendental. O árbitro seria representaria a potência da imparcialidade, da objetividade, do desinteresse. A fonte de sua autoridade seria portanto, intangível, existindo para além dos interesses e das ações dos homens, e, conseqüentemente, seriam puras e justas suas decisões.<sup>223</sup>

Assim, após esboçarmos os referidos “quatro tipos puros” de autoridade tais como sugeridos por Alexandre Kojève, ainda nos restaria uma última questão proposta pelo autor: se toda autoridade possui uma razão de ser, uma causa, um fundamento específico, como é possível que surja ou que se transmita uma autoridade? Dessa forma, nos deparamos novamente com a afirmação de Hannah Arendt segundo a qual toda autoridade deveria ser sempre derivativa. Instigantemente, Kojève demonstrou perspectiva congruente à de Arendt, pois, para ele, não se trataria nunca do nascimento de uma autoridade nova, singular, mas antes, da transmissão da autoridade: “a Autoridade mesma já está lá (quer dizer, ela já é

---

<sup>221</sup> Ibidem, p.68, 70-71.

<sup>222</sup> Ibidem, p.68, 73-76.

<sup>223</sup> Ibidem, p.69, 79-80.

‘reconhecida’), e não se trata de nada mais do que alterar seu ‘suporte’ material (humano), fazendo passar de um indivíduo (ou grupo) a outro” de forma que se trataria acima de tudo, de uma questão de transmissão, ou conforme Arendt, de derivação.<sup>224</sup>

Todavia, para poder explicar o potencial de transmissão de uma autoridade, Kojève propôs alguns umas sugestões. Assim, segundo o autor, seria necessário que houvesse uma permanência da estrutura do fenômeno da autoridade através das partes da cadeia de continuidade na qual um sujeito adquire autoridade através de seus antecessores e as transmite a seus sucessores, ao mesmo tempo em que seria necessário que houvesse uma harmonia entre os atos e desejos dos antecessores, em relação com os de seus sucessores. Além disso, para que fosse possível a transmissão, seria necessário que a autoridade não estivesse intrinsecamente vinculada ao seu detentor, mas antes, que fosse intimamente ligada a seus atos e obras.<sup>225</sup>

Antes de passarmos à análise dos argumentos da filósofa francesa Myriam Revault d’Allonnes, que trata de maneira mais aprofundada acerca da questão da transmissão da autoridade e do poder fundamental que emana dos começos, trataremos de uma última característica do fenômeno da autoridade segundo Alexandre Kojève, a saber, o fato de que toda autoridade está intrinsecamente vinculada a questões históricas e de temporalidade.

De acordo com o autor, se toda autoridade exige uma relação social em função do pressuposto básico de que sua estrutura fenomênica constitui-se da relação entre no mínimo um sujeito que submete e um outro que é submetido, sem que aquele que submete recorra à coação ou à persuasão, e que aquele que é submetido não apresente oposição real à dada submissão, portanto toda autoridade apenas poderia ser um fenômeno estritamente humano, e desta forma, essencialmente histórico, constituído sobre uma dimensão necessariamente temporal. Essa afirmação que a princípio pode parecer simples ou mesmo óbvia, traz em realidade consequências fundamentais para a compreensão do fenômeno da autoridade. Primeiramente, se toda autoridade se manifesta sobre uma estrutura temporal, toda alteração das relações humanas com o tempo implicaria mudanças nas relações de autoridade em uma determinada estrutura social.

A análise metafísica do fenômeno da autoridade, tal como a conduziu Kojève, também implica que o consideremos em um *mundo de estrutura temporal*: o fundamento metafísico da autoridade é o Tempo, entendido como tempo humano e histórico, posto que a autoridade não é um fenômeno natural, mas social. O Tempo

---

<sup>224</sup> Ibidem, p.92-93, 95-96.

<sup>225</sup> Ibidem, p.107-108, 110-111.



tem, pois, como tal, o valor de uma autoridade: o Tempo tem força de autoridade. Mas isto não se manifesta somente, como se acredita na maioria das vezes, sob a forma do passado, quer dizer, da autoridade da tradição. [. . .] cada um dos modos de tempo como tal – passado, presente, futuro – carece de força de autoridade. Se inscreve em um movimento de temporalização: o passado apenas tem autoridade enquanto é *histórico* (*é meu passado*), o futuro exerce autoridade apenas enquanto *projeto*, e o presente é o tempo da *ação* que realiza por sua vez, a recordação do passado e o projeto do futuro.<sup>226</sup>

Em segundo lugar, cada “tipo puro” de autoridade estaria vinculado a uma relação específica entre uma dada organização social e uma forma de temporalidade também específica. A autoridade do *Pai* estaria ligada portanto ao passado pois, seria pressuposto que tal tipo de relação se estabeleceria justamente pelo caráter pretérito da função paterna que conduz à submissão daqueles que recém entraram na ordem de coisas de um mundo já estabelecido, ou seja, os filhos. Além disso, a autoridade do *Pai* é a autoridade que se apresenta vinculada especificamente a uma tradição. A tradição e a figura paterna são as manifestações da potência do passado no presente. A autoridade de tipo *Mestre* estaria lastreada na força da temporalidade do presente, uma vez que também estaria pressuposto que o mestre adquire autoridade sobre o escravo através do reconhecimento do último de que o primeiro seria detentor de uma potência que o ultrapassaria e ameaçaria a integridade de sua própria vida. A autoridade do *Mestre* é a autoridade do presente por excelência porque é em tal modelo de relação temporal e social que as ações humanas possuiriam maior impacto imediato. Já a autoridade do tipo *Chefe* estaria calcada no futuro justamente em função da capacidade de previsão que o *Chefe* deveria possuir para propor um projeto de orientação temporal das ações humanas, ou seja, pela capacidade de planejar o devir histórico. Desta forma, o futuro adquiriria uma presença virtual no presente, orientando as ações dos homens que a tal autoridade se submetessem.<sup>227</sup>

O tipo do *Juiz*, porém, seria um tipo de manifestação de autoridade vinculado à modulação negativa do tempo. Seria a negação do tempo não por causa da efetiva negação de qualquer característica temporal em uma organização social, mas ao contrário, seria a negação do tempo justamente pelo fato de que em uma determinada sociedade existiria a valorização de idéias consideradas eternas e universais. O predicado da eternidade não estaria vinculado à autoridade ou a uma forma de tempo estático, mas sim aos elementos considerados eternos numa determinada sociedade, tais como as ações e as idéias perfeitas ou exemplares. “Não é então a Eternidade enquanto tal, mas as *ações* de caráter *eterno* que possuem autoridade”,

<sup>226</sup> REVAULT D’ALLONNES, Myriam, op. cit., p.146-147.

<sup>227</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.118-119, 125-128.

pois uma ação justa “está fora do tempo”, não sendo vinculada nem a “interesses do dia”, nem a partidarismos “ditados pelo passado”, ou ainda a “desejos de futuro”.<sup>228</sup>

No entanto, não podemos deixar de lado as reflexões da filósofa francesa Myriam Revault d’Allonnes. Assim como Hannah Arendt, d’Allonnes introduz seu importante livro intitulado *O poder dos começos: ensaio sobre a autoridade*, questionando-se também acerca do “que é a autoridade”. Porém é importante ressaltar que, se Arendt preocupou-se com o conceito de autoridade segundo uma perspectiva na qual o conteúdo do conceito recebeu atenção privilegiada, d’Allonnes ampliou sua reflexão agregando também uma perspectiva próxima à adotada por Alexandre Kojève, ou seja, para a autora, a análise formal acerca do conceito e do fenômeno da autoridade também mostrou-se necessária. Segundo Myriam, sendo a autoridade um fenômeno essencialmente social e histórico, é “por sua vez, universal quanto a seu conceito e polimorfa em relação a suas figuras”.<sup>229</sup>

Segundo d’Allonnes, é comum que se diga por todas as partes, desde as esferas acadêmica e política, até às esferas da educação e das relações familiares, que estamos vivendo uma crise moderna da autoridade. Porém, segundo a autora, a crença na perda de qualquer tipo de autoridade através dos tempos considerados modernos seria antes de tudo, resultado de uma má compreensão sobre o fenômeno da autoridade, o qual teria como causa fundamental, a alteração que temos experimentado em nossa relação com o tempo. “A autoridade tem a ver essencialmente com o tempo”. Se ao entrarmos na modernidade nossas formas de se relacionar com a dimensão temporal alteraram-se profundamente, consequentemente alteraram-se nossa forma de compreender e de experimentar a autoridade, ainda mais se considerarmos que nas sociedades modernas, especificamente nas sociedades democráticas e liberais, existe o pressuposto básico da autonomia do indivíduo, assim como a experiência do rompimento com as formas antigas de autoridade e da tradição clássica. Dessa forma, a crise da autoridade estaria vinculada essencialmente à ruptura do “fio da tradição”, tal como sugerido por Tocqueville, e a uma crise mais profunda das formas modernas de experiência temporal.

“O movimento de emancipação crítica que caracteriza a modernidade tem feito desaparecer toda referência ao terceiro? A provada perda dos modos tradicionais de gerar sentido produziu tão somente vazio e ausência de sentido? [. . .] Não reconhece a igualdade alguma dissimetria? Nestas condições, onde radica a

---

<sup>228</sup> Idem, p.122-123.

<sup>229</sup> REVAULT D’ALLONNES, Myriam, op. cit., p.26.

autoridade, se a sociedade deu a si mesma o princípio constitutivo de sua ordem”?<sup>230</sup>

Diante de tais questões, Myriam d’Allonnes nos propôs algumas considerações bastante significativas. Destarte, a primeira consideração proposta por d’Allonnes foi que a autoridade seria intrinsecamente vinculada ao tempo, não tanto porque o conceito e o fenômeno poderiam alterar-se conforme as condições históricas e sociais, mas antes, porque a autoridade em um mundo cuja estrutura é essencialmente temporal e porque assim como “o espaço é a matriz do poder”, “o tempo é a matriz da autoridade”. O caráter temporal da autoridade estaria vinculado fundamentalmente à sua essência derivativa – tal como observado anteriormente por Arendt e Kojève –, e seria uma dimensão inevitável de todo laço social, constituindo o que a autora denominou como sendo a *duração pública*, ou seja, aquilo capaz de manter a duração de um mundo comum. Se o espaço público possibilita nossa convivência com nossos contemporâneos, a *força de ligação* da autoridade, assim como da tradição, permitiria que estabelecessemos uma comunhão com nossos antecessores e sucessores, de forma que a duração de um mundo comum possibilitaria justamente uma espécie de contemporaneidade em relação àqueles que nos antecederam ou que podem nos suceder. Segundo d’Allonnes, o que entrou em falência não foi a autoridade, mas antes, as cadeias tradicionais de autorização: o fundamento da autoridade teria se alterado.

Portanto, o que a autora propõe é que se a autoridade está essencialmente vinculada às formas de temporalidade: se é o tempo que “tem força de autoridade”, se a autoridade apenas existe e se exerce quando as ações humanas estão inscritas em um devir necessariamente histórico, a alegada crise da autoridade estaria relacionada antes de tudo a uma crise da nossa relação com o tempo e da consequente alteração da temporalidade moderna em relação às formas de temporalidade experimentadas em épocas passadas. Na modernidade, a ruptura com a tradição, ou antes o desejo de ruptura, conduziu-nos a uma perspectiva segundo a qual a orientação das ações humanas e os vínculos sociais começaram a emanar de projetos de futuro. Assim, a autora nos questiona se “o desmoronamento contemporâneo das perspectivas ligadas a essa autoridade do futuro não contribuiu para levar ao seu paroxismo a crise da autoridade”. Para a autora, a questão da autoridade deve ser colocada acima de tudo, segundo a perspectiva de seu poder instituinte e de sua estrutura temporal.<sup>231</sup>

Em relação à referida sensação de perda de sentido experimentada no mundo moderno, d’Allonnes argumentou que tal fenômeno não significa, entretanto, a perda efetiva de sentido

<sup>230</sup> Idem, p.13-14, 22-23, 74-75.

<sup>231</sup> Ibidem, p.15-18, 75.

ou um vazio de experiências, antes implicando a perda de uma unidade de sentido passível de ser comungada entre o maior número possível de sujeitos. Segundo a autora, o homem moderno estaria fadado a criar sentido para seu próprio mundo, uma vez que as cadeias de significação emanadas do passado através da tradição haveriam se rompido. Desta forma, o homem moderno viveria sob a condição de uma pluralidade de sentidos potenciais para a vida, e conseqüentemente, sob uma pluralidade de autoridades capazes de fundamentar e legitimar as ações humanas.<sup>232</sup>

Isso posto, passemos às características do conceito e do fenômeno da autoridade tal qual exposto por Myriam d'Allonnes. Em relação à característica proposta por Hannah Arendt acerca da estrutura hierárquica essencial a toda relação autoritária, hierarquia a qual seria justamente o elemento comum entre quem exerce autoridade e aqueles que sofrem sua ação, d'Allonnes argumentou que não se trataria necessariamente de uma relação hierárquica como visto mais acima, mas antes, de uma dissimetria aceita e justificada por todos os elementos implicados na relação de autoridade.

A relação de autoridade, nem igualitária, nem hierárquica no sentido estrito da relação mando/obediência, implica sem dúvida uma *dissimetria* característica: uma dissimetria não hierárquica, se se prefere. Na relação de autoridade, os dois elementos [termos mínimos de uma relação] têm algo em comum: *reconhecem* mutuamente a justiça e a legitimidade dessa dissimetria na qual cada uma de ambas as partes tem seu lugar estabelecido “de antemão”.<sup>233</sup>

Justamente por não implicar uma relação do tipo mando/obediência em sentido estrito é que a autoridade pode ser compreendida como algo que não anula a liberdade daqueles que a ela se submetem, mas antes, implica uma restrição da liberdade de ação. A autoridade dos fundadores é reconhecida e legitimada “não porque aplicam aos vivos um colar de ferro do que foi e tem que seguir sendo imutável, mas porque ‘aumentam’ com sua autoridade a força das ações dos vivos, os quais, por sua vez, confirmarão as experiências vivas de seus sucessores”. “A autoridade não ordena, aconselha”, é “um conselho que obriga sem coagir”, ou ainda, segundo a célebre expressão de Theodor Mommsen, a autoridade é “menos que uma ordem e mais que um conselho”. E tal conselho é validado pelo poder de significação que o ato fundador emana através do sujeito que exerce a autoridade.<sup>234</sup>

Segundo d'Allonnes, esse “aumento”, tão característico do fenômeno da autoridade que está presente inclusive na etimologia latina da palavra – *auctoritas*, *augere* –, é em

<sup>232</sup> Ibidem, p.95.

<sup>233</sup> Ibidem, p.42.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 28-29, 66.

realidade um excesso de significação inerente a todo tipo de ação humana, mas que, nos atos e eventos que fundam uma estrutura de autoridade, sobrevive ao próprio ato de fundação e possibilita uma espécie de continuidade duradoura para a produção de novos significados relacionados ao ato de fundação. Por isso é necessário ter em consideração uma outra distinção proposta por Myriam Revault d'Allonnes. Segundo a autora, “assim como a autoridade não se confunde com o poder, tampouco se reduz à tradição entendida como depósito sedimentado”, pois a essa espécie de “tradição sedimentada” não corresponderia necessariamente o referido excesso de significação do ato fundador, o qual, antes de sedimentar significações, possibilita a produção continuada de uma cadeia de significados. A fundação implica antes de tudo, no reconhecimento de uma anterioridade de sentido, ou seja, em um excesso de significação oriundo do passado em relação aos atos de um determinado tempo presente. E tal excesso não somente possibilita a continuidade de uma cadeia de ações e experiências, como também determina em grande parte as significações criadas a partir de um ato fundador.<sup>235</sup>

“Reconhecemos que o outro é *superior* a nós em juízo e em perspicácia, que seu juízo é uma vantagem para nós, e que tem preeminência sobre o nosso”. A autoridade está baseada em um ato da razão no qual a própria razão reconhece seus limites e a superioridade do juízo e da razão alheios. “Compreendida em seu verdadeiro sentido, a autoridade não tem nada a ver com a obediência cega a uma ordem dada. Não, a autoridade não tem nenhuma relação com a obediência: se baseia no reconhecimento”. [. . .] “Ou, se se prefere, institui uma forma de obediência na qual os homens conservam sua liberdade”.<sup>236</sup>

Segundo a autora, tal excesso de sentido das estruturas de autoridade estaria vinculado de maneira essencial ao poder instituinte dos atos ou eventos fundadores, o qual seria um reforço à experiência do *continuum* temporal. “A força da ligação da autoridade está intimamente vinculada, portanto, a esse interesse na durabilidade por meio da instituição”. Portanto, o poder instituinte dos atos e eventos fundadores só é possível graças ao referido excesso de sentido presente no momento fundador. O potencial instituinte da fundação criaria desta forma uma estabilidade de sentidos capaz de manter um mundo de significações comuns, de tal maneira que se tornaria possível a experiência de mundos também comuns entre sujeitos do passado, do presente e do futuro. Mundo compartilhado o qual a autora define como um *inter-esse*, como algo referente a uma estrutura intersubjetiva. A instituição de um mundo comum possibilitaria conseqüentemente, uma reprodutibilidade estrutural, ou

<sup>235</sup> Ibidem, p.33-34, 95, 248.

<sup>236</sup> GADAMER *apud* REVAULT d'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.68-70.

melhor, uma *generatividade* de um mundo de sentidos compartilhado, assim como do fenômeno da autoridade.

A autoridade não assegura tanto a reificação ou a solidificação do mundo, como a transmissão de suas experiências. Se pode dizer, se se prefere, que a perenidade do mundo não é sua estabilidade, sua inalterabilidade ou sua imutabilidade, mas sua *generatividade*: sua capacidade de ser transmitido ou sua transmissibilidade. O *inter-esse* não é somente o espaço intermédio que – simultaneamente – reúne e separa os homens: é também a duração que os liga e os desliga, os une e os autonomiza.<sup>237</sup>

Destarte, considerando o referido poder instituinte da fundação, que possibilita o surgimento do fenômeno da autoridade, Myriam d’Allonnes sugere que o reconhecimento inerente a toda relação de autoridade – pressuposto essencial de tal relação, uma vez que não existe autoridade sem reconhecimento –, implica mutua e necessariamente, a noção de legitimidade. “A autorização, considerada sobre o eixo da temporalidade, e sem importar em que direção [seja em relação à dimensão do passado, seja em relação à do futuro], é uma busca de justificação”. E é justamente a partir de tais reflexões que a autora afirma que “existem três elementos essenciais que excedem a relação mando / obediência” e que caracterizam o fenômeno da autoridade, a saber: o reconhecimento, a legitimidade, a precedência.<sup>238</sup>

Por fim, devemos ter em mente que a autoridade está estritamente vinculada a uma temporalidade divergente daquela na qual estariam situados os sujeitos que exercem a autoridade. É dentro desta temporalidade outra que um sujeito ou grupo de sujeitos pôde estabelecer uma fundação qualquer. Justamente pelo fato de que toda autoridade implica uma dimensão temporal outra que não necessariamente aquela dos os sujeitos que exercem a referida autoridade, é que tal fenômeno implica de forma necessária uma *exterioridade*, uma *alteridade*, ou seja, uma dimensão transcendente que lhe assegura uma continuidade derivativa ao longo do tempo. Assim, a autoridade pode ser considerada como sendo um “sempre já aí”, “uma obrigação herdada e um recurso para a ação que se inicia”, pois apenas se aumenta o que já existe.<sup>239</sup>

Entretanto, isto não elimina o fato de que possa haver autoridades cuja fonte emanadora esteja relacionada às dimensões temporais do presente ou do futuro. Tal como vimos rapidamente com Kojève, essas modulações temporais apenas alterariam a forma como

<sup>237</sup> REVAULT d’ALLONNES, Myriam, op. cit., p.60-63.

<sup>238</sup> Idem, p.69-70.

<sup>239</sup> Ibidem, p.72-73, 190.

a autoridade adquire seu lastro. Segundo o historiador francês François Hartog, esse processo de instituição de autoridades ligadas ao futuro – a uma dimensão do “não ainda” em contraposição ao “já aí” do passado e da tradição, como também argumentaram Kojève e d’Allonnes –, seria essencialmente constituinte das formas como a civilização ocidental moderna lidou com o grande processo de laicização operado, em um primeiro momento, a partir da Europa. Tal autoridade do futuro estaria relacionada também à criação dos inúmeros projetos de futuro elaborados pelas filosofias da história a partir do século XVIII e que ganharam força ao longo do século XIX: as utopias modernas do progresso. Já em relação ao tipo de autoridade lastreado no presente, Hartog escreveu que essa é a forma típica da espécie de temporalidade na qual a tensão fundadora entre um “não ainda” futuro e um “já aí” pretérito seria permanente. Nessa situação, a autoridade estaria ora baseada nos elementos do passado, ora nos nas projeções de futuro, capazes de estabelecerem ligações significativas em relação a uma determinada realidade do presente. Por isso existiria nas sociedades contemporâneas, tal qual afirmou d’Allonnes, um grande espaço entre o que as sociedades postulam e reclamam e aquilo que elas realmente são ou fazem.<sup>240</sup>

Destarte, segundo Myriam Revault d’Allonnes, toda autoridade – considerando que toda autoridade é um fenômeno histórico e social por natureza – exige um ato ou evento fundador cuja instauração está situada em uma dimensão temporal transcendente ao próprio fenômeno de exercício da autoridade. Assim, a fundação seria essencialmente marcada por um excesso de sentido que ultrapassaria o momento específico da fundação e emanaria tal potencial de significação em relação aos sujeitos pertencentes à estrutura do fenômeno autoritário. Tal excesso de significação, reapropriado e utilizado, remanejado com liberdade restrita por parte dos elementos pertencentes à cadeia da autoridade, implicaria necessariamente no reconhecimento da autoridade daqueles que a exercem, uma vez que seria através desses indivíduos que o excesso de significação da fundação chegaria aos demais elementos. Isso posto, enquanto houvesse a possibilidade de existir o reconhecimento da autoridade, a continuidade de um determinado corpo social estaria estabelecida e garantida ao longo de um *continuum* temporal, pois estariam instituídos os parâmetros de significação segundo os quais o referido corpo social se configurou e se reconfigura continuamente.

Entretanto, o surgimento de novas fundações não estaria eliminado enquanto possibilidade. Uma vez que novas fundações surgem, novos significados e novas estruturas temporais e de autoridade são conformadas, reorganizando o corpo social. Ou, como bem

---

<sup>240</sup> HARTOG, François. *Ouverture : Autorité et temps*. In: FOUCAULT, Didier & PAYEN, Pascal (Orgs.), op. cit., p.29-33.

colocou a autora, “o que é a autoridade senão o poder dos começos, o poder de dar aos que virão depois de nós a capacidade de começar por sua vez? Quem a exerce – mas não a possui – autoriza assim aos seus sucessores a empreender por sua vez algo novo, isto é, imprevisto. Começar é começar a continuar. Mas continuar é, também, continuar começando”.<sup>241</sup>

### 3.2. Um projeto historiográfico

Durante as primeiras décadas do século XIX no Brasil, especialmente a partir da década de 1840, iniciou-se no país um processo de disciplinarização da História do Brasil. Relacionados ao referido processo estavam a produção de textos fundadores da história e da historiografia brasileiras, assim como o processo político e social de constituição e consolidação do Estado nacional brasileiro. Entretanto, não bastava consolidar o aparato estatal, era preciso fundamentar uma idéia de nacionalidade passível de ser compartilhada entre os cidadãos brasileiros. Justamente por isso, a maior parte dos habitantes do Império estava excluída de tal processo de construção da nacionalidade. A nação que estava sendo definida naquele momento, tanto no que tange os eventos políticos e sociais, quanto em relação ao discurso elaborado pela referida produção historiográfica, era uma nação conformada pelos ideais civilizacionais europeus modernos, especialmente através de um discurso historiográfico que buscava valorizar de forma positiva o processo de colonização portuguesa do passado brasileiro, ou seja, uma nação formada principalmente pelos grupos constituintes das elites. “Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros”.<sup>242</sup>

Para responder a tais demandas foi fundado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, primeiramente sob a tutela da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tutela a qual ficou concedida ao imperador após a instituição dos estatutos de 1851. Concebido segundo os moldes do *Institut Historique de Paris*, a criação do IHGB visou colaborar ativamente com o processo de formação do Estado Nacional através da constituição de uma historiografia capaz de conformar a história brasileira segundo as características

<sup>241</sup> REVAULT D'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.253.

<sup>242</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., p.7, 16-19. \_\_\_\_\_. *Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.73. Ver também: GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 2007; \_\_\_\_\_, op. cit., 1995; \_\_\_\_\_, op. cit., 1994; MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., 1987; MATTOS, Selma Rinaldi de, op. cit., 2000; e SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit..



assinaladas acima. Era necessário integrar o Brasil ao grupo das nações civilizadas através do processo de construção e difusão de uma história e uma historiografia na qual a gênese da nação e do Estado brasileiros estivesse inserida “numa tradição de civilização e progresso”, ou nas palavras do historiador Manoel Salgado Guimarães, “a Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar”, deveria ser constituída “como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia”. Ainda segundo Guimarães, o Instituto Histórico se constituiu no “*locus* privilegiado, naquele momento, a partir de onde se ‘fala’ sobre o Brasil”, papel o qual foi “legitimado no interior da elite letrada imperial”, contribuindo “para uma progressiva difusão e homogeneização do ‘projeto nacional’ no seio deste grupo social”.

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista - o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade - que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro. [ . . . ] No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o ‘outro’ em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional.<sup>243</sup>

Em relação aos objetivos fundamentais estabelecidos pelo IHGB para concretizar o projeto de constituir uma historiografia nacional, podemos afirmar com segurança, que o trabalho de coleta e de publicação de documentos a respeito da “História Pátria”, ou melhor, e de maneira específica, os documentos referentes ao passado colonial, era o patamar básico para consecução de tal projeto. Posteriormente, deveriam ser produzidos estudos monográficos sobre a história e geografia brasileiras. Por fim, em um momento mais avançado, embora não estivesse presente de maneira explícita nos primeiros estatutos do IHGB, seria a hora de se produzir uma narrativa fundamental sobre a história do Brasil, “uma história geral e completa do Brasil”. Além disso, “como traços marcantes desta história nacional em construção, teremos o papel do Estado Nacional como o eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial”.<sup>244</sup>

<sup>243</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., 1988, p.7-8, 13-16.

<sup>244</sup> Sobre os membros de tal elite letrada imperial pertencente ao IHGB, Guimarães escreveu que “um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela

O processo de coleta e publicação de documentos foi visto pelos membros do Instituto como uma etapa essencial desde os momentos iniciais de sua fundação. Já em 1839 a coleta de documentos referentes à “História Pátria” nos arquivos europeus, especialmente nos arquivos de Portugal e Espanha, era considerada de suma importância, assim como a coleta de documentos dentro do próprio país através de “viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que” viessem a ser coletados tais documentos básicos para a escrita da história nacional.<sup>245</sup>

Foro privilegiado para se rastrear este projeto ambicioso é a revista trimestral publicada com regularidade pelo IHGB desde sua fundação. Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos –, de artigos, biografias e resenhas de obras.<sup>246</sup>

Após um considerável período dedicado ao trabalho de coleta de documentos relativos à “História Pátria”, especialmente aos constantes nos arquivos europeus, Francisco Adolfo de Varnhagen publicou, entre 1854 e 1857, os dois volumes de sua *História geral do Brasil*. Embora não tenha sido reconhecido entre seus pares do Instituto como uma unanimidade num primeiro momento, Varnhagen foi posteriormente reconhecido como o fundador da história brasileira, como temos visto ao longo desse estudo.

Dessa forma, este estudo visa colaborar para a compreensão acerca da questão de como Varnhagen foi instituído em autoridade fundamental sobre a história do Brasil através

---

instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança. Se tomarmos o critério da origem social desses fundadores do IHGB, podemos constatar fenômeno semelhante ao já estudado por José Murilo de Carvalho em seu trabalho acerca da elite política imperial. A diversidade de origem social - o que nos leva a questioná-la como critério único definidor de uma prática tanto política quanto intelectual - é, contudo, nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado. É a partir desta perspectiva que a leitura da história brasileira será encaminhada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Idem, p.9-12, 15. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 2007; \_\_\_\_\_, op. cit., 1995; \_\_\_\_\_, op. cit., 1994; MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., 1987; e URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

<sup>245</sup> “Em 1841 é publicado na Revista o artigo de Rodrigo de Souza da Silva Pontes contendo as linhas mestras que deveriam orientar o trabalho da instituição na localização de fontes”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., 1988, p.21-22.

<sup>246</sup> Idem, p.23.

especificamente da análise do processo de anotação crítica da *História geral do Brasil* tal qual operado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Acreditamos que nas notas de rodapé e de finais de secção da referida obra encontram-se possíveis respostas à nossa questão, uma vez que no referido processo de anotação, não somente a estrutura principal da *História geral* foi reforçada através da produção de um discurso historiográfico convergente pautado sobre bases análogas às instituídas por Varnhagen, como também, através do complemento de informações novas e do estabelecimento de críticas, fossem historiográficas, fossem documentais. Assim, o processo de anotação crítica da *História geral do Brasil* colaborou de forma importante para a conformação discursiva de Varnhagen enquanto a autoridade fundamental a respeito da história do Brasil porque registrou nos próprios corpo e discurso da obra o reconhecimento da autoridade do Visconde de Porto Seguro.

Ao lado do estudo das notas de rodapé e de finais de secção, é necessário ter em consideração os artigos publicados por Capistrano de Abreu no final do século XIX, pois em tais artigos se encontram justamente as concepções teóricas e metodológicas que orientaram em grande parte o trabalho de anotação da *História geral do Brasil*. Como discutido anteriormente, nos artigos *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, e *Sobre o Visconde de Porto Seguro*, publicados respectivamente em 1878 e 1882, Capistrano expôs sua concepção acerca de como deveria ser escrita a história nacional, estabelecendo também uma crítica da historiografia e das produções referentes ao conhecimento histórico sobre o Brasil. Dentro das diretrizes teóricas e metodológicas determinadas por Abreu nos artigos citados podemos destacar como sendo fundamentais a adoção de uma perspectiva orientadora sob viés nacional; a necessidade de descobrir, coletar e criticar os documentos referentes à “História Pátria”, de forma que uma história do Brasil mais completa fosse escrita posteriormente; a produção de estudos monográficos; assim como a adoção “do corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos [do século XIX] se constituíram em ciência sob o nome de sociologia” para que fosse enfim possível “generalizar as ações e formular-lhes teoria”, “representá-las como conseqüências e demonstrações de duas ou três leis basilares” acerca da história do Brasil, “o *rationale* de nossa civilização”.<sup>247</sup>

Segundo a historiadora Rebeca Gontijo:

Se a morte de Alencar pode ser vista como a chave que abriu as portas do mundo intelectual carioca para Capistrano, é possível dizer que o necrológio de Varnhagen abriu-lhe as portas do mundo dos estudiosos da história. Assim como Alencar,

<sup>247</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p.139-141. Ver também: SCHWARCZ, Lília Moritz, op. cit., p.28-42.

Varnhagen também sofria severas objeções, que o acusavam de escrever a história “sem crítica e sem estilo”, embora elogiassem sua capacidade como “investigador de fontes históricas”. Capistrano tomou para si a tarefa de valorizar a contribuição do visconde para a historiografia brasileira, referindo-se a ele como “historiador da pátria”, “grande exemplo a seguir e a venerar”, “o mestre, o guia, o senhor”.<sup>248</sup>

O que temos observado é que dentro da formação discursiva em questão, a adoção da perspectiva orientadora nacional e a primazia do Visconde de Porto Seguro no que tange a descoberta, coleta e crítica dos documentos ao período da história colonial do Brasil constituíram o cerne daquilo que Kojève discutiu como sendo parte dos fundamentos do fenômeno da autoridade, ou seja, ações pessoais que exigem um talento especial por parte do sujeito que exerce a autoridade e que não se encontra em outros indivíduos. Entretanto, e recorrendo às reflexões propostas por Foucault, seria mais pertinente afirmar que Varnhagen se instituiu e foi instituído enquanto um *fundador de discursividade*. Isso significa que a partir de sua *História geral do Brasil*, o campo do discurso sobre a história nacional foi conformado em relação às linhas fundamentais de sua narrativa, ou, nas palavras de Foucault, ele tornou possível “um certo número de analogias como também” tornou possível “um certo número de diferenças”, que abriu “o espaço para outra coisa diferente” dele “e que, no entanto, pertence ao que” o Visconde fundou. O que é certo é que após a *História geral* de Varnhagen, a historiografia brasileira permaneceu inscrita nesse complexo processo de produção e manutenção de enunciados que, apesar de potencialmente divergentes quanto ao seu conteúdo ou forma, permaneceram determinados pela memória disciplinar da obra de Varnhagen até pelo menos meados do século XX. A divergência somente é possível se dada especificamente em relação aos parâmetros estabelecidos pela autoridade, ou seja, pelo parâmetro de legitimidade consolidado.<sup>249</sup>

Em realidade, muito mais do que uma forma de controle ou petrificação da historiografia, segundo fica manifesto na famosa expressão os “quadros de ferro” varnhagenianos de Capistrano de Abreu, a fundação da historiografia brasileira segundo os parâmetros operados através da *História geral do Brasil* abriu espaço às narrativas historiográficas futuras. Ou, conforme Merleau-Ponty, possibilitou o surgimento de uma instituição. Uma instituição poderia ser compreendida como uma sorte de “intermundo” simbólico. “A esse intermundo, essa trama concreta tecida pelo mundo dos símbolos humanos, esse *âmbito do simbolismo*, Merleau-Ponty o denominará *instituição*”:

<sup>248</sup> GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010, p.19.

<sup>249</sup> KOJÈVE, Alexandre, op. cit., p.94. FOUCAULT, Michel, op. cit., 1997, p.58-60.

esses acontecimentos de uma experiência que a dotam de dimensões duradouras, com relação às quais toda uma série de experiências diferentes terão sentido, formarão uma sucessão pensável ou uma história, ou então os acontecimentos que depositam em mim um sentido, não como sobrevivência e resíduo, mas como uma chamada à continuação, exigência de um futuro.<sup>250</sup>

Nesse sentido, a *fundação de discursividade* tal qual pensada por Foucault pode ser relacionada ao que Myriam d'Allonnes denominou como sendo um fenômeno de *transtemporalidade*, ou seja, “a possibilidade de que o acontecimento inaugural, fundador, dê lugar a uma ‘criação segunda’, a uma série contínua”, mesmo que os acontecimento inseridos sucessivamente na série possam ser divergentes e não guardem nada em comum, seja em forma ou conteúdo, com os atos ou eventos fundadores. O que importa nesse caso é que a lógica expressa no excesso de sentido produzido pela fundação possa ser reconhecido, reapropriado e atualizado pelos elementos sucessivos colocados em série.<sup>251</sup>

Mesmo as críticas e correções adicionadas à obra de Varnhagen através das notas de rodapé e de finais de seção não constituíram rompimento na referida relação de reconhecimento inerente a toda estrutura de fenômeno de autoridade, mas antes, retificaram e *aumentaram* a fundação proposta pelo autor. Na nota de número quatro (IV) do final da Seção V, em cujo corpo textual Varnhagen (A.), Capistrano (C.) e Rodolfo Garcia (G.), dissertavam sobre a localização mais verdadeira e acerca da descrição de Porto Seguro em relação à sua identificação com a atual cidade, por exemplo, mesmo tendo os anotadores discordado dos argumentos e conclusões propostos pelo Visconde, ainda assim seus enunciados permaneceram intimamente vinculados ao discurso possível acerca da “História Pátria” estabelecido através da *História geral do Brasil*. Os documentos que Garcia e Capistrano citam como referência a uma argumentação contrária à de Varnhagen são justamente aqueles que esse autor manipulou com primazia sendo repetidamente louvado por isso.

Cabral, quanto a nós, fundeou mais ao Sul, no porto entre a ponta Gorda e a foz do Buranhem, ou rio de Porto Seguro, abrigado da banda do mar por várias restingas, na mais secca das quaes se effectuou o acto de posse. – (A.) – Sobre esse assumpto publicou o autor da *História Geral* uma memoria na *Revista do Instituto Histórico*, 40, parte 2.<sup>a</sup>, 1877, os. 5-37, acompanhada da carta de Pero Vaz de Caminha. A materia foi depois discutida por Beaurrepaire Rohan, Zeferino Candido, Oliveira Catrainby, Salvador Pires, Ignacio Joaquim da Fonseca, este favorável, aquelles contrarios á opinião do

<sup>250</sup> MERLEAU-PONTY *apud* REVAULT D'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.231, 236.

<sup>251</sup> *Idem*, p.243.

visconde de Porto Seguro. Com elle tambem não concordou quem escreve esta linha, em seu opusculo *O descobrimento do Brasil pelos Postuguezes*, Rio, 1900. – (C.) – Em sua these de concurso – *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, Rio, 1883, já Capistrano de Abreu dirimia assim a questão: << Os argumentos de que Varnhagen lança mão quebram-se todos diante destes dois fatos: o primeiro é a tradição atestada por Gandavo, Gabriel Soares, Anchieta, Cardim e tantos outros; o segundo é que o Porto Seguro actual não corresponde á descripção de Caminha, por mais que se queira fazer de um recife um ilhéu.>> - (G.)<sup>252</sup>

É interessante observar na nota supracitada que Capistrano e Garcia nem mesmo se questionaram acerca da confiabilidade dos dados atestados pelos referidos documentos: foi o peso da tradição que foi invocado para legitimar seus argumentos, tradição a qual foi fundada especificamente por Varnhagen. Assim, conforme nos propõem Myriam Revault d’Allonnes, “consolidar, aumentar e inovar não têm nada de contraditório”, pois “cada intenção significativa recria no seio do sedimentado, uma nova significação que o deforma e o excede”, ou seja, as críticas e a inserção de novas informações no corpo textual da *História geral* tais como operadas através das notas de rodapé e de finais de secção são antes signos dos processos de sedimentação e reativação do discurso fundador, calcado nas práticas e no discurso historiográficos de Varnhagen, do que indícios de rompimento da relação de reconhecimento da autoridade do Visconde por parte de seus anotadores.<sup>253</sup>

Segundo d’Allonnes, a “exigência de ruptura ou de inovação” tão cara aos projetos concebidos pelos sujeitos modernos não pressupõem lógica e necessariamente seu cumprimento. “Não é a realização do projeto o que tem de se ter em conta, mas o projeto em si mesmo”, pois “ceder à ilusão da autoproclamação” é “aderir à retórica da modernidade”. Aqueles que exercem a autoridade autorizam aqueles que assumem o empreendimento projetado pela fundação. “Começar é começar a continuar”.

A “autorização” para começar algo novo inscreve a invenção no seio de uma rede de significações abertas. E a necessidade – para apropriar-se do presente – de se aproximar, de se *religar* com o que veio atrás – com o fim de assegurar a fundação –, não se detém no subterfúgio da repetição, que dissolve o vivo do presente no passado. [. . .] *Continuar é continuar começando*. E desta reversibilidade procede o reconhecimento de uma dissimetria que nos permite entrar no mundo, nos inscrevermos nele e começar algo. Assim, o problema fundamental reside em ligar a autoridade à iniciativa e colocar em evidência que a faculdade dos começos vai a par com a autoridade da instituição.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., 1948-1953, p.87.

<sup>253</sup> REVAULT D’ALLONNES, Myriam, op. cit., p.31, 234-235.

<sup>254</sup> Idem, p.84-85, 139, 147-149.

Inclusive as críticas de Capistrano acerca de uma hipotética adoção “do corpo de doutrinas criadoras” por parte de Varnhagen para que sua *História geral* se tornasse mais completa e pudesse dar conta da necessidade de “generalizar as ações e formular-lhes teoria” acerca da “História Pátria”, podem ser compreendidas segundo a lógica do aumento da fundação. Ao enunciar tal crítica, Capistrano de forma alguma eliminou ou negou os méritos obtidos pelo Visconde, mas ao contrário, propôs uma opção que segundo seu ponto de vista constituía-se em um avanço historiográfico, uma melhoria a partir daquilo que havia sido estabelecido por Varnhagen.<sup>255</sup>

Dessa forma, o processo de anotação da *História geral do Brasil* realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia não somente confirmou a autoridade discursiva de Varnhagen, como, justamente em razão da característica essencial da autoridade que reside no reconhecimento, instituiu a referida autoridade em um mesmo e único processo. O reconhecimento e a instituição da autoridade são fenômenos concomitantes, mesmo que determinados atos expressos de reconhecimento possam parecer determinantes. Não se reconhece a autoridade de um indivíduo e depois tal sujeito obtem o exercício da mesma. Ao contrário, o reconhecimento está intrinsecamente vinculado ao próprio fenômeno de instituição do potencial de autoridade a um determinado sujeito.

Devemos considerar também que nem mesmo a aura sacra do evento fundador é capaz de assegurar a perenidade da fundação. “Há que se instalar na duração real o que foi instituído no pacto” fundador. É por isso que as notas de rodapé e de finais de secção adicionadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia à *História geral do Brasil* podem ser compreendidas como colaborando no processo de instituição da autoridade discursiva de Varnhagen em relação à história e à historiografia brasileiras, pois elas conservaram e atualizaram o sentido proposto na fundação, ou seja, a produção de uma historiografia calcada na grande valorização do uso de documentos originais da época estudada, assim como a orientação da narrativa segundo o viés da história nacional.<sup>256</sup>

Isso posto, é preciso que reflitamos sobre mais um elemento constituinte do fenômeno da autoridade para compreendermos porque tais características discutidas acima colaboraram com o processo de instituição da autoridade discursiva de Varnhagen. A grande questão acerca da autoridade é que tal conceito e fenômeno implicam a interrogação sobre a forma como se conectam a demanda por legitimidade e a respectiva resposta dada em termos de crença. Ou seja, toda autoridade pressupõe um conjunto de crenças comuns a um determinado

<sup>255</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., 1931, p.139-141.

<sup>256</sup> REVAULT D'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.99.

corpo social, o que possibilita não somente o reconhecimento e a legitimidade do ato de fundação como também da cadeia de derivação e de manutenção do fenômeno de autoridade. Este conjunto de crenças opera como um “depósito” de sentido e como uma “medida” para a autoridade. Assim, retornemos às discussões anteriores acerca do caráter de índice dos documentos históricos e da concepção de uma história lacunar que seria mais completa quanto maior fosse o conjunto de documentos utilizados pelos historiadores.<sup>257</sup>

Conforme foi argumentado previamente, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia acreditavam que a produção de uma nova história geral do Brasil, mais completa do que a de seus antecessores, mas especificamente mais completa do que a de Varnhagen, deveria ser construída com base num trabalho contínuo de descoberta, coleta e crítica de novos documentos, assim como de realização de novos estudos referentes à história nacional. Segundo os autores anotadores, isso possibilitaria um melhor esclarecimento acerca dos espaços lacunares potencialmente existentes dentro da história e da historiografia brasileiras. O exemplo do século XVI e a questão das bandeiras, por exemplo, foi recorrentemente levantado por Capistrano e mesmo por Garcia: “será possível que ninguém ambicione tornar conhecido algum ponto obscuro do passado? Há-os em abundância, e cada qual mais importante”.<sup>258</sup>

Essa preocupação em tornar claros pontos obscuros do passado encerra uma crença segundo a qual a história existiria para além das representações que construímos sobre determinadas realidades do passado. Ao alegarem que a pesquisa de novos documentos sobre a história do Brasil, especificamente sobre o período colonial, contribuiria para que a história nacional se tornasse mais completa e menos lacunar, os autores não estavam se referindo de forma estrita ao processo de produção, crítica e acúmulo de conhecimento e saberes históricos através da atividade intelectual da operação historiográfica controlada por procedimentos metódicos. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia estavam preocupados também com a complementação de uma estrutura fenomênica a qual os autores pareciam sugerir possuir existência efetiva para além das representações sobre tais eventos, mesmo estando esses fenômenos relacionados a uma temporalidade que não existe efetivamente, existindo antes numa dimensão temporal passada cuja existência é condicionada por mediações tais quais lembranças, memórias, comemorações ou signos físicos quaisquer registrados no mundo, sejam tais elementos processados crítica e metódicamente ou não. Como discutido anteriormente, o passado é antes de tudo uma qualidade, uma característica de determinados

---

<sup>257</sup> Idem, p.121-122.

<sup>258</sup> ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p.199, 204-205.



objetos, idéias ou quaisquer outras produções humanas que agem e sofrem ações e consequências ao longo do fluir temporal. O historiador Arno Wehling argumentou em relação ao caso da historiografia brasileira em questão que:

Assim, haveria uma correlação integral entre a realidade histórica ontologicamente preexistente e o produto da combinação entre as fontes. Suas eventuais limitações dever-se-iam às deficiências de informação: para épocas ou situações com escassa documentação, as conclusões poderiam ser apenas aproximativas.<sup>259</sup>

Tal crença implicou a concepção de que seria necessário coletar, comparar e submeter os documentos a processos da crítica moderna, assim como a publicação desses grupos documentais e sua inserção numa espécie de grande historiografia nacional, mesmo que tais documentos fossem relativos a assuntos históricos considerados menores ou apenas tangentes à referida área de conhecimento. O importante era a tentativa de se obter a totalidade do fenômeno histórico. Desta forma, a utilização do maior número possível de documentos pareceria recompor a verdade mais total possível acerca dos fatos do passado, “iluminando” a história aos espíritos contemporâneos.

Considerando que o discurso não se constitui apenas como uma forma de mediação entre uma realidade determinada e uma conseqüente tradução linguística mais ou menos apropriada, mas antes, tendo em consideração que os discursos definem as próprias condições de surgimento e de existência dos objetos possíveis ao conhecimento humano, permitindo inclusive sua articulação discursiva, podemos pensar que a concepção de que quanto maior o conjunto de fontes disponíveis utilizado dentro de uma formação discursiva historiográfica permitiria uma apropriação mais pertinente de uma totalidade hipotética do conhecimento e dos fenômenos históricos sobre o passado, implica a crença de que tal realidade pretérita possuiria alguma forma de existência, seja ela qual for, dentro de uma dimensão temporal outra que não a única de existência efetiva, ou seja, o presente.<sup>260</sup>

Antes de avançarmos, é importante considerarmos que se “linguagem e história permanecem dependentes uma da outra, mas nunca chegam a coincidir inteiramente”, se representações e fenômenos já transcorridos não coincidem nunca, como temos argumentado recorrentemente, a crença em uma existência efetiva do passado no presente apenas pôde se dar, no caso em questão, através da concepção de que tal realidade pretérita existiria através

<sup>259</sup> PROST, Antoine, op. cit., p.64. WEHLING, Arno, op. cit., p.142.

<sup>260</sup> Como citado anteriormente, “o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob condições positivas de um feixe complexo de relações. FOUCAULT, Michel, op. cit., 2009, p.50.

dos documentos historiográficos e que poderia ser acessada de forma o mais direta possível através de tais documentos. Como argumentamos mais acima, os documentos encontrados no arquivo utilizados pelos historiadores não se constituem necessariamente nas realidades pretéritas que eles indicam. Os documentos são vestígios de fenômenos acontecidos previamente, e a própria persistência de tais objetos no tempo presente indica que o objeto não é passado, mas antes, que o objeto possui qualidades temporais e físicas referentes a um tempo já passado. Quando escolhemos quais documentos devemos utilizar ou não, estamos desde já, dentro de um processo de construção ativa de realidade. Quando selecionamos e trabalhamos criticamente um documento para o utilizarmos durante a escrita de uma narrativa histórica, estamos desde o início desse processo, operando um deslocamento de tal objeto de um primeiro conjunto de coordenadas espaço-temporais para uma outra qualquer posterior.<sup>261</sup>

Portanto, considerando que os documentos pareçam possibilitar um acesso o mais direto possível ao passado, tais os documentos utilizados por Varnhagen, Capistrano e Garcia funcionariam como um conjunto de *índices* do passado. Segundo Peirce um signo é uma coisa que leva outra coisa a se referir a uma terceira. Assim sendo, a concepção que temos de um objeto é um signo que conecta uma idéia que dele temos ao próprio objeto. E um *índice* é uma variação da natureza lógica e da função de um signo. Tal modulação do signo em índice faz com que o signo possibilite uma relação mais direta entre o objeto de referência e a concepção que dele temos.<sup>262</sup>

Essa relação direta poderia ser experimentada inclusive materialmente. O documento histórico pode trazer consigo não somente registros linguísticos sobre o passado. As fontes utilizadas também trazem manifestas em sua materialidade outras marcas decorrentes de acontecimentos e ações originados num período passado. A cor do papel envelhecido, a poeira acumulada nos arquivos, a grafia antiga, visivelmente diferente da contemporânea, entre outros exemplos, constituir-se-iam em espécies de signos do desgaste temporal sensível, ou seja, como se as marcas de desgaste material perceptíveis nos documentos fossem marcas, índices de temporalidade. Tais objetos poderiam parecer constituir portanto, o ponto mais próximo possível a se chegar diretamente em relação aos eventos ou realidades do passado.<sup>263</sup>

Destarte, é sobre esse substrato de crença em uma história que se confunde parcialmente com o passado, parecendo poder existir mesmo para além das representações historiográficas, que pôde se desenvolver a relação complexa estabelecida entre a importância

---

<sup>261</sup> KOSELLECK, Reinhart, op. cit., 2006, p.267. CERTEAU, Michel de, op. cit., p.81-82.

<sup>262</sup> PEIRCE, Charles Sanders, op. cit., p.74.

<sup>263</sup> Idem, p.64-70.

e a primazia do uso dos documentos históricos sobre o período colonial e a adoção de uma perspectiva orientadora nacional capaz de possibilitar o reconhecimento de Varnhagen como a autoridade fundamental da “História Pátria” por parte de seus contemporâneos, e especificamente no que tange o estudo em questão, por parte de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Para que um indivíduo possa ser reconhecido, assim como para que possa exercer autoridade, é necessário que ocorra uma “adequação entre as reivindicações, as razões enunciadas por aqueles que exercem a autoridade e os motivos do reconhecimento que outorgam os que se submetem a ela”, mas entretanto, a crença que mantém toda a estrutura do fenômeno da autoridade é sempre “diferente e é mais do que o conjunto desses motivos; ultrapassa a sociologia da motivação, e é a *experiência* que obriga a introduzir esse suplemento. A crença está antes ou depois, é talvez mais originária que o conjunto de motivações (afetos, interesses, razões): as excede”.<sup>264</sup>

Justamente por isso, os motivos que orientaram os discursos e as práticas intelectuais de Varnhagen, Capistrano, Garcia ou dos autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil* podem ser em alguns momentos, divergentes tanto em forma quanto em conteúdo, pois a crença que serve de base para o reconhecimento da autoridade não coincide necessariamente com os referidos motivos: a crença é o “algo mais” que sustenta tais discursos, práticas e motivos, “a ‘crença’ jamais tem uma significação unívoca”, ela “mescla representações mais ou menos racionais”, “crenças afetivas”, assim como idéias advindas de nossos preconceitos. “O ‘crédito’ que se outorga à autoridade enunciativa ou institucional e àqueles que a detêm não se funda unicamente na razão. Outorgar ‘crédito’ a uma autoridade implica uma espécie de pré-conceito (uma prevenção) favorável a seu respeito: não é um ato neutro”.<sup>265</sup>

Entretanto, para o caso do processo de anotação da *História geral do Brasil*, os motivos do reconhecimento da autoridade coincidem em grande parte mesmo apesar das divergências já analisadas e discutidas. Os motivos são justamente o papel central concedido aos documentos históricos relacionados ao período colonial da história do Brasil e a utilização de uma perspectiva orientadora segundo o viés da história nacional. Por outro lado, a crença que permite a divergência é a concepção de uma história assimilada ao passado cuja existência possuiria ocorrência para além das representações historiográficas que construímos sobre uma determinada realidade pretérita. Esse substrato de crença compartilhado é o que possibilitou essa determinada epistemologia da história segundo a qual quanto mais

---

<sup>264</sup> REVAULT D'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.173-174.

<sup>265</sup> Idem, p.70, 182-183.

documentos coletados, criticados e utilizados para compor narrativas sobre histórias, mais completa e menos lacunar seriam tais narrativas.

Assim, essa crença comum foi também o que possibilitou que a história colonial do Brasil fosse privilegiada. Obviamente também existiram restrições de cunho mais especificamente operacional, político ou mesmo pessoal quanto à produção de uma historiografia que não tocasse de forma centrada no período colonial. De acordo com os “pareceres, censuras e juízos emitidos pelas comissões encarregadas de julgar o mérito de livros e manuscritos” a serem publicados na *Revista* do IHGB, “a divulgação de todo e qualquer tipo de documento contemporâneo que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas, sob a alegação de uma possível parcialidade dos autores”, foi recorrentemente censurada e repudiada pelos membros do Instituto, apesar de terem existido algumas exceções.<sup>266</sup>

Como temos visto, inclusive a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, escrita havia pouco mais de meio século em relação à *História geral do Brasil*, ainda se voltava sobre o período colonial. Também autores consagrados posteriormente a Varnhagen, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Sílvio Romero se dedicaram a estudar o período colonial. Grande parte dos estudos divulgados nos Congressos de História promovidos pelo IHGB tangiam a história colonial do Brasil.<sup>267</sup>

Com isso quero dizer que essa crença na existência efetiva de realidades do passado, que iriam para além das representações que delas criamos, dos registros linguísticos e das múltiplas marcas sensíveis persistidas até o presente, possibilitava que o período colonial dos antigos territórios das colônias portuguesas na América fosse conformado como história brasileira, mas principalmente como um período formativo essencial da nacionalidade, do Estado e da cultura brasileiros. Colocar essa crença comum fonte de representações historiográficas em questão não significa que estejamos negando o fato de que o passado colonial influenciou de alguma forma qualquer na constituição do Brasil enquanto Estado e nação singulares, mas sim que devemos observar nesse fenômeno, a produção de uma identidade

<sup>266</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 1995, p.462, 514-520, 534-535.

<sup>267</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 2007, p.79-90, 115-125, 133-192; \_\_\_\_\_. *Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949)*. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.), op. cit., 2006; \_\_\_\_\_, op. cit., 2004; \_\_\_\_\_, op. cit., 2005.

contínua capaz de esconder a alteridade inevitável de toda e qualquer idéia de passado, assim como de todos os começos.<sup>268</sup>

Foi justamente essa crença numa espécie de história transcendental que possibilitou a instituição de Varnhagen em autoridade da “História Pátria”, pois sua *História* abriu espaço ao surgimento de um mundo comum compartilhado não somente entre os seus contemporâneos, como também com os indivíduos do passado e com aqueles que viriam à existência. A história através da historiografia que produzimos constantemente, e de forma específica para este estudo, a narrativa produzida por Varnhagen, possibilita a existência de um grande mundo comum passível de ser compartilhado não somente dentro de um recorte sincrônico, mas, principalmente, de forma diacrônica. As representações são mediações que possibilitam aos sujeitos a abertura a um mundo comum, compartilhado não somente no espaço, como também no tempo através da duração, da reapropriação e da atualização de tais representações. “O mundo das representações, que difere do mundo real, é uma dimensão essencial da existência social, ligada à estrutura simbólica da ação, estrutura primeira e inevitável. O atuar humano não pode deixar de encontrar-se com o simbólico, iniciando por esse sempre *já-aí* que é a linguagem”.<sup>269</sup>

Destarte, o presente recebe o lastro de um passado consagrado. Mas também o passado da disciplina história recebeu um lastro sacro através da *História geral do Brasil*. Esse foi o evento fundador da historiografia brasileira de acordo com uma tradição que se estabeleceu a partir do fenômeno da fundação. Também as diferenças entre as práticas e o discurso historiográfico de Varnhagen sofreu tal ação de redução de alteridade através de seu reconhecimento como fundador da historiografia brasileira. As características da historiografia praticada pelo Visconde que agradavam aos seus seguidores foram sobrevalorizadas sobre um fundo de divergências potenciais, as quais seus anotadores e críticos apontaram também com grande recorrência. Toda autoridade implica uma exterioridade quanto aos elementos da crença que a mantém, e uma alteridade essencial em relação ao próprio evento fundador. Em suma, podemos alegar que existiu uma espécie de “vontade” em obedecer os “princípios varnhagenianos” por parte de Garcia e Capistrano, assim como por parte de outros admiradores. Tal “vontade” deve ser compreendida como o conjunto de motivações lastreado no substrato de crenças compartilhadas.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> “Como observou Assis Chateaubriand, o grande mérito de Capistrano teria sido compreender a *brasilidade* – propriedade distintiva do Brasil e do brasileiro – traduzindo-a por meio de seus estudos sobre as línguas e os costumes indígenas e, também, sobre a história colonial”. GONTIJO, Rebeca, op. cit., p.22.

<sup>269</sup> REVAULT D’ALLONNES, Myriam, op. cit., p.58, 185, 230.

<sup>270</sup> Idem, p.172, 190.

Por fim, devemos refletir sobre um último elemento do fenômeno de instituição de Varnhagen em autoridade discursiva sobre a história e a historiografia brasileiras, ou seja, o fato de sua *História geral do Brasil* simbolizar não somente um projeto historiográfico como também um projeto de nacionalidade baseado numa identidade histórica. Foi em grande parte o caráter de projeto emanado pela obra de Varnhagen que o instituiu em autoridade sobre a historiografia e a história nacionais, de forma que a *História geral* tornou-se uma *instituição* dessas instâncias, ou, nas palavras de Capistrano, um “monumento”. Com instituição queremos dizer que através da obra do Visconde foi possível proceder a processos de produção e de manutenção do laço social que dá ao mundo compartilhado pelos indivíduos a sua permanência no tempo e no espaço.

As instituições fazem com que se reúnem o conceito e o curso do vivido, a ordem do mundo e os recursos da ação. E a cadeia de autorizações, indefinidamente reativada pelas gerações novas que entram em um mundo sempre *já-aí*, desloca em particular, na ordem da temporalidade generativa, a série de mediações entre a identidade dos indivíduos e as condições institucionais que atualizam sua capacidade de atuar: esta se converte então em uma objetividade vivida. A autoridade pode ser examinada, desta forma, a partir da perspectiva de uma continuidade do mundo assegurada pelo relevo geracional, com a condição de que tenha sido dada a quem entra no mundo, a possibilidade de inovar, isto é, de renovar o mundo comum. No entanto, isso somente lhes é dado através da dimensão temporal da instituição, mesmo quando se esforçam para negá-la.<sup>271</sup>

No que tange a historiografia brasileira, a *História geral do Brasil* tornou-se uma instituição e possibilitou que Varnhagen fosse instituído como autoridade da “História Pátria” porque no discurso e nas práticas historiográficas que embasaram sua produção, a *História geral* trouxe os elementos estruturais de uma proposta de historiografia nacional. Como observamos mais acima acerca das avaliações historiográficas estabelecidas por Capistrano de Abreu, uma das metas principais a serem perseguidas para dar continuidade a um processo de desenvolvimento da historiografia nacional tocava no esforço de descoberta, coleta, crítica e publicação de novos documentos sobre a história nacional. Dessa forma, o discurso historiográfico presente na obra de Varnhagen, assim como as práticas que o autor desenvolveu ao longo de sua carreira de historiador, conformaram-se em uma espécie de projeto historiográfico que foi posteriormente seguido, reapropriado ou inclusive reatualizado por outros autores. Como temos argumentado, foi o caso do objeto de investigação aqui proposto, ou seja, o trabalho de anotação crítica da *História geral* por parte de Capistrano e Garcia. Tal projeto historiográfico tangeu inclusive os documentos coloniais que eles também

---

<sup>271</sup> Ibidem, p.76-80, 217.

anotaram, editaram e publicaram. Grande parte desses documentos foi previamente processada por Varnhagen. Entretanto, não podemos negligenciar o fato de que tal projeto encontrou suas primeiras motivações e princípios nos estatutos e práticas estabelecidos pelo IHGB desde o seu início.<sup>272</sup>

Segundo Myriam Revault d'Allonnes, o autor é aquele que intervém para o futuro ao propor algo, ou que atua desde o passado garantindo alguma coisa para o presente. “A *auctoritas* se desloca sempre no tempo: se situa simultaneamente para trás, como força de proposição, e para adiante, como elemento de ratificação ou de validação”. Assim, o projeto historiográfico esboçado e simbolizado através da *História geral do Brasil* atuou como princípio de orientação para as historiografias produzidas posteriormente. O papel de destaque concedido aos documentos relativos ao passado colonial e a orientação de uma narrativa ampla, geral, segundo a idéia de nação constituíram os princípios constitutivos do projeto historiográfico representado pela *História geral do Brasil*, projeto o qual foi reconhecido como fundamental pela fortuna crítica da referida obra, especialmente como temos visto para o caso de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. “Quem a detém [a autoridade], a recebe de uma instância que o excede, porque ela o ‘precede’: neste ‘excesso’ se autoriza a sucessividade ou, mais exatamente, a generatividade. Dito de outro modo, a força de *ligação* própria da autoridade não provém somente da confirmação do instituído, mas também de sua força *instituinte*”.<sup>273</sup>

O ato de fundação da historiografia brasileira através da *História geral* trouxe desde seu início um excesso de sentido que foi posteriormente reapropriado, reatualizado e resignificado de forma contínua em função de sua configuração de projeto historiográfico. Tal excesso de sentido emanou também de uma dimensão exterior relacionada à fundação da nacionalidade em sentido histórico. O substrato de crenças sobre o passado colonial discutido previamente lastreou um projeto histórico de nacionalidade. Através desse conjunto de crenças e da historiografia produzida a partir dele, determinadas idéias acerca da nacionalidade brasileira foram se conformando, como por exemplo a concepção de que a nacionalidade brasileira era devedora da tradição lusa. Desta forma, por exemplo, a ênfase

---

<sup>272</sup> GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal, op. cit., 2007; \_\_\_\_\_, op. cit., 1995; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., 1988. “Com exceção da do Sr. Capistrano de Abreu, eram bons resumos do que estava em Varnhagen e em outras obras vulgares, sem nenhuma novidade, nem de investigação, nem de pensamento. [. . .] Não só verificou os monumentos e fontes onde haviam eles [seus antecessores] bebido, mas descobriu ou aproveitou novas, como daquelas mesmas tirou o que a eles escapou. E é esse trabalho de crítica, preliminar indispensável a toda construção histórica, o que desde o princípio seria principalmente o seu, que assinala proeminentemente o lugar e papel do Sr. Capistrano de Abreu na nossa cultura histórica. José Veríssimo *apud* GONTIJO, Rebeca, op. cit., p.20-21.

<sup>273</sup> REVAULT D'ALLONNES, Myriam, op. cit., p.30, 74.

dada por Varnhagen à tradição lusa referente ao processo de colonização da América foi passível de ser reapropriada não somente pelo discurso dos autores da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, os quais tinham grande interesse em promover uma imagem e uma idéia positivas acerca de tal processo, como também por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, os quais viam na colonização portuguesa do Brasil uma etapa importante da formação da nacionalidade brasileira. A retenção do passado era condição fundamental para a projeção do futuro.<sup>274</sup>

Em seu *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, no qual discutiu as críticas apresentadas por d'Avezac à sua *História geral do Brasil*, Varnhagen registrou que considerava sua própria dedicação à “História Pátria” uma imposição de ordem sobre “o verdadeiro caos no qual se encontrava a história” de seu país. Ele “não fazia história da América, senhores”, mas antes aquela história “da civilização do Brasil pelos portugueses”. Com sua *História* anotada, criticada, reconhecida e reatualizada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Francisco Adolfo de Varnhagen lançou as bases fundadoras para uma história e uma historiografia nacionais. Através de múltiplas páginas e uma colossal gama de notas de rodapé e de finais de seção, a história das colônias portuguesas na América foi conformada em história do Brasil, e a autoridade de Varnhagen reconhecida ao mesmo tempo que afirmada.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> Idem, p.182.

<sup>275</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil ou analyse critique du rapport de M. d'Avezac sur la récente Histoire générale du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858, p.5, 7, 10.



## Considerações finais

A primeira edição da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen foi publicada entre 1854 e 1857 e constava de dois volumes. A partir de 1906, a referida obra começou a ser anotada criticamente por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Em função da morte de Capistrano, Garcia assumiu tal desafio pelo menos até 1948, quando então falecia esse último. Após ter sofrido tal processo de adição de notas de rodapé e de finais de seção, a *História geral* passou a somar quatro tomos ao invés de apenas dois, como fora no caso das duas edições anteriores publicadas ainda em vida do Visconde. Em suma, a obra de Varnhagen dobrou em volume, sendo que as novas páginas que então se ofereciam foram ampliadas especificamente através dos rodapés e finais de seção.

Nessas notas foram estabelecidas críticas, adicionadas novas informações, divulgados novos estudos referentes ou que tangiam a história do Brasil, assim como reproduzidos documentos recém publicados ou descobertos. Neste processo, as linhas estruturais fundamentais da *História geral do Brasil* foram retificadas e reforçadas.

Destarte, observamos através do processo de anotação da *História* de Varnhagen estabelecido por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia as características de um determinado conjunto de crenças acerca da história e da historiografia brasileiras. Segundo este substrato de crenças, os documentos históricos ocupavam função essencial e fundamental no processo de composição das consequentes narrativas historiográficas, como se os documentos fossem *índices* de realidades pretéritas que possibilitassem um acesso o mais direto possível a tais realidades cujas existências estariam potencialmente garantidas para além das representações sobre esses passados. Consequentemente, tal conjunto de crenças implicava também a noção de uma estrutura essencial da história do Brasil passível de ser traduzida em um registro narrativo historiográfico que seria tão mais completo quanto mais documentos fossem utilizados para a composição de tal narrativa, posto que estes documentos eram compreendidos como *índices* de realidades pretéritas e, portanto, instrumentos potenciais para se atingir uma totalidade do real não mais existente, ou seja, que seria acessível somente através de seus indícios. Tal realidade, o passado colonial configurado em “História Pátria”, era compreendida como essencial e determinante no processo de formação da nacionalidade brasileira. Assim, os documentos ocupavam um papel fundamental – no sentido mesmo de fundação, de base – no exercício de construção de representações de uma história e de uma historiografia nacionais capazes de determinar aquilo que supostamente deveria ser o Brasil e

os brasileiros, uma vez que tais documentos tocavam essa realidade supostamente existente para além das representações criadas sobre ela.

Analisamos alguns dos documentos coloniais mais citados nas notas de rodapé e de finais de seção, os quais foram em grande parte descobertos, criticados, editados e publicados por Varnhagen e/ou por Capistrano e Garcia. O que observamos foi a existência nas notas da *História geral* e nos documentos estudados, de um movimento de autorreferenciação do discurso historiográfico. Tal movimento discursivo colaborou para a consolidação de determinadas possibilidades de efetuação de enunciados acerca da história e da historiografia brasileiras tais quais estabelecidas pelo Visconde, como por exemplo, o privilégio de uma *perspectiva orientadora* de viés nacional que configurava o passado das antigas colônias portuguesas na América em passado e história especificamente brasileiros.

Esses eram os “quadros de ferro” varnhagenianos: era como se Capistrano e Garcia seguissem prudentemente os conselhos historiográficos de Varnhagen. Isso não significou e não impediu que críticas ou inovações fossem realizadas porque as mesmas surgiram dentro do quadro de discursivo de referência pautado pelas linhas fundamentais do discurso fundador do Visconde de Porto Seguro. Tais críticas significaram antes um reforço, um *aumento* da autoridade de Varnhagen do que sua negação.

Portanto, ao mesmo tempo em que Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia anotavam a *História geral*, também prefaciavam e anotavam documentos coloniais, determinando discursivamente o espaço de possibilidades para a efetuação dos enunciados acerca da história do Brasil criando também o referido movimento circular de autoreferenciação do discurso histórico que também reafirmava a autoridade de Varnhagen sobre a história nacional.

No que tange a *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, uma das referências bibliográficas contemporâneas aos anotadores mais citadas em suas notas de rodapé e de finais de seção, o que observamos foi que mesmo apesar de uma disputa quanto ao caráter monumental da *Historia da Colonização* em relação ao da *História geral do Brasil*, e de sua importância para a história e a historiografia brasileiras, as linhas estruturais da autoridade discursiva de Varnhagen foram reforçadas novamente. A grande valorização do uso de documentos coloniais, a *perspectiva orientadora* nacional e a crença numa estrutura de realidade existente para além das representações historiográficas permaneceram. Mesmo a disputa percebida em torno do passado colonial na narrativa das duas obras permaneceu tendo em comum o reconhecimento da função da herança portuguesa na formação da história e da identidade brasileiras. Este passado em comum, mesmo que tenha sido na *História da Colonização* configurado em parte como história do império português através de suas

colônias na América, não deixou nunca de ser também configurado como história colonial do Brasil, embora tais passados e história tenham sido articulados simbolicamente no sentido de tentar recuperar a antiga glória que o Estado e a nação portugueses não mais possuíam em inícios do século XX. Assim, o passado e a história do Brasil surgiam como uma forma de enaltecimento do passado e da história portuguesas.

Por fim, observamos novamente entre a *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil* e a *História geral do Brasil*, o referido movimento de autorreferenciação do discurso historiográfico. Isso não apenas em função do conjunto de documentos coloniais utilizados por ambas as obras era consideravelmente o mesmo. Além da *Historia da Colonização* ter aparecido recorrentemente nas notas de Capistrano e Garcia, a edição da *História geral* anotada por eles apareceu frequentemente em notas e referências no corpo do texto da *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Entretanto, faltava ser abordada uma última questão. Como argumentamos no último capítulo, Varnhagen pode ser reconhecido como autoridade da “História Pátria” não somente em razão do reconhecimento de dois elementos fundamentais de sua prática e discurso historiográficos – a saber, a função essencial dos documentos coloniais e a adoção de uma *perspectiva orientadora* nacional –, lastreados sobre o conjunto de crenças numa existência do passado para além de suas potenciais representações, como também, e de forma fundamental, pelo fato da *História geral do Brasil* respresentar um projeto de história e de historiografia que então se desejava ao país. Observamos que discordâncias quanto aos parâmetros estabelecidos por Varnhagen, os tão citados “quadros de ferro”, existiram e serão sempre passíveis de existirem. Todavia, a instituição de Varnhagen enquanto autoridade da história e da historiografia nacionais permaneceu garantida não somente no caso da ratificação das linhas discursivas gerais de sua obra por seus anotadores, mas também no que tange o caso das críticas que eram construídas especialmente a partir da matriz fundada pelo Visconde de Porto Seguro.

O exame das notas de rodapé e de finais de seção possibilitou que analisássemos tal fenômeno de conformação e instituição da autoridade discursiva de Varnhagen em relação à história do Brasil, especificamente em função de ser um registro do fenômeno de reconhecimento essencial e inerente a toda e qualquer relação de autoridade, presente no próprio discurso e na materialidade mesma da obra. Assim, o discurso sobre a “História Pátria” segundo os moldes propostos na obra de Varnhagen foi perpetuado, reapropriado e reatualizado no sentido de manter a fundação histórica e historiográfica por ele realizada, até pelo menos meados do século XX.

## Fontes

- ABREU, J. Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954-1956.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 2. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1932.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 3. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: [Tecnoprint], 1968.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- DIAS, Carlos Malheiro (Org.). *História da colonização portuguesa do Brasil. Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da Independência do Brasil*. Porto: Litografia Nacional/ Sociedade Editora da História da Colonização Portuguesa do Brasil, 1921-1924.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. *História da Província Santa Cruz; Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- GARCIA, Rodolfo. *Discurso de posse do Sr. Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8478&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.
- \_\_\_\_\_. *Escritos avulsos*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1969.
- MENDOÇA, Heitor Furtado de. *Primeira visita do Santo Officio as partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia (1591-1592)*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1935.

- \_\_\_\_\_ . *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denunciaç es da Bahia (1591-1593)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1925.
- \_\_\_\_\_ . *Primeira visitação do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Denunciaç es de Pernambuco (1593-1595)*. São Paulo: Ed. Paulo Prado, 1929.
- SALVADOR, Vicente do, Frei. *Historia do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1931].
- SOUSA, Pero Lopes de. *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa: 1530-1532*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927.
- \_\_\_\_\_ . *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brazil até o Rio Uruguay (de 1530 a 1532)*. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. dos Santos, 1867.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil ou analyse critique du rapport de M. d'Avezac sur la récente Histoire générale du Brésil*. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858.
- \_\_\_\_\_ . *História geral do Brasil: antes da sua separa o e independência de Portugal*. 3. ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, [1927-1936].
- \_\_\_\_\_ . *História geral do Brasil: antes da sua separa o e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.

## **Bibliografia**

- ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2007.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Rodolfo Garcia - Biografia*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.. Texto disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=212&sid=350>. Acessado em: 17/02/2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Cidade do México: Fonde de Cultura Econ mica, 1993.
- ALVES, Jorge Luís dos Santos. A memória do lusobrasileirismo na historiografia brasileira: a "História da Coloniza o Portuguesa do Brasil. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro, 2006. <http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf>

Acessado em 18/05/2010 às 15:10.

- \_\_\_\_\_ . *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo: um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Tese de Doutorado. Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós-graduação em História, 2009.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p.28-54, 1988.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./jun, 2005.
- \_\_\_\_\_ . *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. François Hartog. Paris: EHESS, 2002.
- \_\_\_\_\_ . Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). *História em revista*. Pelotas, v.6, p.37-58, dez., 2000.
- \_\_\_\_\_ . Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7Letras, v.8, n.15, p. 159-207, jul.-dez., 2007.
- DARBO-PESCHANSKI, Catherine (Org.). *La citation dans l'Antiquité*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2005.
- FOUCAULT, Didier & PAYEN, Pascal (Orgs.). *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_ . *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_ . *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_ . *O que é um autor?* Lisboa: Vega Editora, 1997.

- GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GENETTE, Gérard. *Introdução ao architexto*. Lisboa: Vega Editora, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.30, n.59, p.15-36, 2010.
- \_\_\_\_\_. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*. São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.
- \_\_\_\_\_. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, v.14, n.26, p.41-76, dez., 2007.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- \_\_\_\_\_. Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.156, v.1, n.388, p.459-613, jul./set., 1995. Texto disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1995numero0388.pdf>. Acessado em 27/09/2010.
- \_\_\_\_\_. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n.48, p.145-170, 2004. Texto disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a07v24n48.pdf>. Acessado em 29/09/2010.
- \_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v.9, n.18, p.147-170, jan., 2005. Texto disponível em [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg18-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg18-7.pdf). Acessado em 29/09/2010.
- \_\_\_\_\_. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.155, v.1, n.384, p.479-498, jul./set., 1994. Texto

disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1994numero0384.pdf>. Acessado em 27/09/2010.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

- \_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, 1988.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- \_\_\_\_\_. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

- HARTOG, François. *A Arte da Narrativa Histórica* In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / Ed.FGV, 1998, p.193-202.

- \_\_\_\_\_. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Gallimard/Éditions de EHESS, 2005.

- \_\_\_\_\_. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2003.

- \_\_\_\_\_. O Tempo desorientado, Tempo e História: “Como escrever a história da França?”. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, n.7, p.7-28, jul., 1997.

- \_\_\_\_\_. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB, 2003.

- HERCULANO, Alexandre. *Solemnia verba: cartas ao senhor A. L. Magessi Tavares sobre a questão actual entre a verdade e uma parte do clero*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

- HRUBY, Hugo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no limiar da República (1889-1912): momentos decisivos. *Anais do IX Encontro Estadual de História ANPUH/RS*. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Texto disponível em: [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581\\_ARQUIVO\\_HugoHruby.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158581_ARQUIVO_HugoHruby.pdf). Acessado em 06/12/2010.

- \_\_\_\_\_. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.2, p.50-66, mar., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/7/7>. Acessado em 06/12/2010.

- KOJÈVE, Alexandre. *La notion d'autorité*. Paris: Éditions Gallimard, 2004.



- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.
- \_\_\_\_\_. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed.UNICAMP, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Capítulos de Capistrano. In: *Modernos Descobrimientos do Brasil*. Texto disponível em: <http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/frame.htm>. Acessado em 19/09/2010.
- \_\_\_\_\_. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; [Brasília, DF]: INL, 1987.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MOLLO, Helena Miranda. *História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo* In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007, p.99-118.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. n.2, p.86-99, mar., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/9/9>. Acessado em 01/10/2010.
- \_\_\_\_\_. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2002.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- REVAULT D'ALLONNES, Myriam. *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Teoría de la interpretación. Discurso y excedente de sentido*. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978-1988.
- \_\_\_\_\_. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.
- \_\_\_\_\_. Varnhagen: o primeiro mestre da historiografia brasileira (1816-1878). *Revista de Historia de America*. Mexico, n.88, jul./dez., 1979, p.93-122.
- RÜSEN, Jörn. *História viva. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Reconstrução do passado. Teoria da história: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Ítala Byanca M. da. Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da Historiografia*. n.3, p.83-105, set., 2009. Texto disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/55/35>. Acessado em 04/01/2011.
- \_\_\_\_\_. Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o “Caminho do Mar”. *Anais, Programa e Resumos da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: 2006. Texto disponível em:

<http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Jorge%20Luis%20Santos%20Alves.pdf> . Acessado em 18/05/2010.

- SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre azul, 2007.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SÜSSEKIND, Flora & DIAS, Tânia (Orgs.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita: Do manuscrito ao hipertexto*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa: Vieira e Lent, 2004.
- TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora UNB, 2008.
- WALDER, Dennis (Org.). *Literature in the Modern World: Critical Essays and Documents*. New York, Oxford University Press/The Open University, 1990.
- WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Niterói: Ed. UFF, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.